

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Simone Lerner

**De Coleções a Narrações:
recortes de um *caminhamento* em terapia ocupacional**

Porto Alegre

2008

Simone Lerner

**De Coleções a Narrações:
recortes de um *caminhamento* em terapia ocupacional**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora:
Profa. Dra. Simone Moschen Rickes

Porto Alegre

2008

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

L616d Lerner, Simone

De coleções a narrações: recortes de um caminhar em terapia ocupacional [manuscrito] / Simone Lerner; orientadora: Simone Moschen Rickes. – Porto Alegre, 2008.

132 f. + Anexo.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2008, Porto Alegre, BR-RS.

1. Psicanálise – Ética. 2. Terapia ocupacional. 3. Saúde mental. Freud, Sigmund. 4. Lacan, Jacques Emile. I. Rickes, Simone Moschen. II. Título.

CDU – **159.964.28**

Simone Lerner

**De Coleções a Narrações:
recortes de um *caminhamento* em terapia ocupacional**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 10 out. 2008.

Profª. Dra. Simone Moschen Rickes - Orientadora (UFRGS)

Profª. Dra. Ana Maria Medeiros da Costa (UERJ)

Profª. Dra. Andréa Máris Campos Guerra (UFMJ)

Profª. Dra. Analice de Lima Palombini (UFRGS)

Profª. Dra. Margareth Schäffer (UFRGS)

*Ao Moa
Que, do traço
Faz rastro
Aos pequenos grandes colecionadores
Eduardo e Rodrigo*

Agradeço a minha mãe, Roseline, pela memória e pela transmissão da injunção ético-política de dar andamento à história; e a meu pai, Ruy, pelo cultivo, não intencional, do espaço da ficção.

Agradeço às famílias Amon, Serafini e Trein Lerner, pela presença incansável em todas as horas.

A minha irmã, Claudia Lerner Zimmer, e a minha amiga e colega, Larissa Gomes, agradeço pelo afeto, demonstrado em inglês e lá de longe, na elaboração do *abstract* desse trabalho.

Aos colegas do Cais Mental, agradeço pela experiência e pela possibilidade do exercício do trabalho em equipe e da amizade.

Pela experiência, agradeço também aos pacientes do Cais Mental.

Agradeço a minhas amigas, Francilene Nunes Rainone e Marcia Sottili, redundantemente, pela amizade.

A Francilene Nunes Rainone, agradeço, também, por muitas outras coisas, desde os tempos da graduação, em terapia ocupacional, até hoje, dos encontros na praia, aos encontros nas oficinas. Agradeço a minha amiga pelo compartilhamento e pelo exemplo de generosidade, ética e pique de trabalho.

A minha amiga e comadre Marcia Sottili, também agradeço pelos *não-disjuntivos*, pelos baldes de água fria que joga em nossas quentes cabeças, trazendo sempre, à cena, a justa medida da sensatez. Um agradecimento especial a sua compreensão das ausências nos churrascos e banhos de piscina, quando eu escrevia a dissertação. Por esta compreensão de amigo, também agradeço a meu compadre, Nelson Sottili.

Agradeço a nossa colega, Marialva Nardi, pela parceria agradável e incansável nas oficinas de culinária e nas tardes de CAD.

Muito especialmente, agradeço às colegas do grupo de pesquisa: Giovana Serafini, Ana Carolina Rios Simoni, Thoya Mosená, Claudia Bechara Fröhlich e Tatielle Souza da Silva. Agradeço a elas pelo testemunho e pelas contribuições preciosas, que tantas vezes me deixaram sem chão, provocando a inscrição de buracos e bordas, da escrita.

Também pelo testemunho, compartilhamento e parceria, agradeço a Ester Luisa Rosso Trevisan e Denise Maracci da Silveira.

Pelo encontro, agradeço aos colegas do grupo de pesquisa em oficinas terapêuticas: Marieta Madeira Rodrigues, Ana Flávia Baldisserotto, Ana Carolina Rios Simoni, Maira Brum Rieck, Genara Quevedo, Francilene Nunes Rainone, Paulo Gleich e Laura Corso.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, agradeço pelo acolhimento, por ter me permitido habitar esse (a mim) entranho e inquietante território da pesquisa.

Agradeço a Ana Costa, Analice Palombini e Margareth Schäffer pela transmissão e pela possibilidade do exercício do endereçamento. Também pela leitura generosa de meu projeto de dissertação, levando-me, simultaneamente, a fechar e abrir caminhos. Agradeço por terem aceito o convite de serem minhas leitoras.

Pela disponibilidade generosa de aceitar um desconhecido convite de última hora, assim como pelas contribuições conceituais preciosas ao texto e ao cotidiano do trabalho, agradeço a Andréa Guerra, psicanalista mineira cujas formulações teórico-clínicas vêm, já há algum tempo, fomentando espaços de abertura e criação nos dispositivos da rede de serviços de saúde mental.

A Margareth Schäffer, agradeço, também e especialmente, pela oportunidade dos encontros, nas sextas feiras pela manhã. Sempre foram um ótimo começo de fim de semana.

Por todos esses substantivos, agradeço a minha orientadora, Simone Rickes (trocando, claro, os encontros de sexta feira pela manhã pelos de sexta feira à tarde). Muito obrigada, Simone, por teres me permitido experienciar o convívio privilegiado com isso que é da ordem da mestria.

Agradeço ao amor e à paciência do meu marido, Moa. Também pelo amor e paciência, juntamente com a inspiração, agradeço aos meus filhos, os pequenos grandes colecionadores Eduardo e Rodrigo.

*Catar feijão se limita com escrever:
jogam-se os grãos na água do alguidar
e as palavras na folha de papel;
e depois, joga-se fora o que boiar.*

João Cabral de Melo Neto, *A Educação Pela Pedra*

RESUMO

LERNER, Simone. **De Coleções a Narrações**: recortes de um caminhar em terapia ocupacional. – Porto Alegre, 2008. 132 f. + Anexo. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2008.

A presente pesquisa buscou refletir acerca do processo de trabalho clínico, em terapia ocupacional, nos atendimentos a sujeitos com transtornos mentais graves. Partindo da experiência de trabalho da pesquisadora, que se desenvolve em um centro de atenção psicossocial (caps), da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, procurou-se refletir acerca do processo de construção narrativa e do estatuto do objeto na clínica da terapia ocupacional, inserida no contexto da rede pública de dispositivos de saúde mental. Tomando como ponto de partida o ato de colecionar, esse estudo se tramou a partir de fragmentos da prática clínica cotidiana, bem como de uma reflexão mais detalhada acerca do processo de escrever de um paciente, a quem se chamou de *Ciro*. Utilizou-se o termo *caminhamento*, cunhado por Antoninho, também paciente do caps, como eixo metodológico, alçando referido termo ao estatuto de conceito. Com o sentido de *caminhar acompanhado*, tomou-se o conceito de *caminhamento*, no qual não se tem, propriamente, como objetivo, um bem aprioristicamente determinado a alcançar, mas sim, uma posição de disponibilidade para um encontro.

A construção do objeto de estudo se deu a partir de elementos articulados, primeiramente, aos moldes de uma coleção. Estes elementos, ao longo do texto vão sendo tramados para produzir a narrativa dessa dissertação. Utilizou-se a figura topológica da *Banda de Moebius* como lente para refletir acerca do trabalho que se produz em *dobra*, no sentido de que, como efeito do jogo transferencial, o formato que a escrita da dissertação toma é homólogo aos processos trilhados por *Ciro*, os quais considerou-se terem sido da ordem de um movimento que partiu de coleções, chegando a narrações possíveis. Entendendo o trabalho em oficinas terapêuticas como situado em um espaço híbrido (Rickes, 2007), em uma zona de fronteira entre o campo clínico e o educativo, utilizou-se, para escrever e ler a experiência, referenciais conceituais oriundos da psicanálise, principalmente das obras de Freud e Lacan, e de leituras das mesmas realizadas por autores contemporâneos.

Procurou-se pensar, tomando o *caminhamento* como método, nos efeitos produzidos através deste trabalho em terapia ocupacional, a partir das reflexões acerca da *negativa* (Freud, 1925), na perspectiva da disjunção que produz o campo do *não eu*, marcando, conseqüentemente a diferença entre *o fora* e *o dentro*; do *estranho* (Freud, 1919), para problematizar os momentos em que se faz necessária a (re)fundação destes campos; do *endereço* (Lacan, 1955-1956), no sentido de que a inscrição psíquica só se efetiva quando encontra representação no discurso social (no Outro, desde a psicanálise); e da *densidade simbólica diferenciada* (Guerra, 2004), estatuto do objeto produzido em um espaço de oficinas terapêuticas, como operador de um corte, uma disjunção na relação de continuidade que se estabelece entre o psicótico e o Outro.

Palavras-Chave: **1. Psicanálise – Ética. 2. Terapia ocupacional. 3. Saúde mental. 4. Freud, Sigmund. 5. Lacan, Jacques Marie Emile.**

ABSTRACT

LERNER, Simone. **De Coleções a Narrações**: recortes de um caminhamento em terapia ocupacional. – Porto Alegre, 2008. 132 f. + Anexo. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2008.

The aim of the present work is to reflect on the process of clinical occupational therapy practice, in the caring for individuals with severe mental disease. Based on the author's experience working at a municipal psychosocial outpatient center ("CAPS") in the city of Porto Alegre, Brazil, the objective was to reflect on the process of developing a narrative and also on the status of the object in the occupational therapy practice as part of the public mental health system. Utilizing the act of collecting as a starting point, the study evolved from fragments of daily clinical practice into a more detailed reflection into the writing process of a patient whom we named *Ciro*. The term "caminhamento" (a word not existent in the Portuguese language, coined by *Antoninho*, also a patient at the "CAPS") was used as methodological axis, as well as, eventually, a concept. While uttered originally with the meaning of "walking with a companion", the concept of "caminhamento" refers to a process without an objective to be reached, but as a situation of openness to an encounter.

The objective of this study grew from articulated fragments assembled as a collection, initially. These elements are intertwined throughout the text, producing a narrative, which is this dissertation. The topological picture of a Moebius strip was used as a lens through which to view this work, as a loop. As an effect of transferential play, the format that this narrative took is homologous to the process utilized by *Ciro* considering he started with collections and proceeded to tentative narratives. From the standpoint that the therapeutic workshop is a hybrid space (Rickes 2007), on the border between clinical and educational, the conceptual references used to describe the experiences herein came from the field of psychoanalysis, specially the works of Freud and Lacan and their more contemporary scholars.

Utilizing "caminhamento" as a method, the author attempted to think about the effects of this work in occupational therapy. Reflecting on *negation* (Freud, 1925), in the perspective of the disjunction that creates the field of "not me", consequently stressing the difference between the out and the in; on the *uncanny* (Freud, 1919), to question the moments when the (re)foundation of these fields is necessary; on the *addressment* (Lacan, 1955-1956), in the sense that psychic inscription is only effective when it finds representations in the social discourse (in the Other, from psychoanalysis); and, on the *differentiated symbolic density* (Guerra, 2004), status of object originated in therapeutic workshops as the one that severs the relationship of continuity that is established between a psychotic individual and the Other.

Keywords: 1. Psychoanalysis – Ethics. 2. Occupational therapy. 3. Mental health. 4. Freud, Sigmund. 5. Lacan, Jacques Marie Emile.

SUMÁRIO

1. JONAS, O COLECIONADOR	15
2. DAS COLEÇÕES	17
2.1 UNS NOVELOS	17
2.1.1 O Colecionador	19
2.1.2 Antoninho, um Colecionador	21
2.1.3 Irmãos Collier, uns Colecionadores?	23
2.1.4 De Coleções a Narrações	26
2.1.5 Da Posição Moebiana, a <i>Dobra</i>	28
2.1.6 Da <i>Carta roubada</i> , o <i>Jogo Posicional</i>	30
2.2 UNS FIOS	33
2.2.1 Dos <i>Caminhamentos</i>	33
2.2.2 Da Reforma Psiquiátrica.....	38
2.2.3 Do Caps Cais Mental Centro	39
2.2.4 Da Terapia Ocupacional	41
2.2.5 Da Escolha e da Responsabilização	43
2.2.6 Do <i>Fazer</i> , do <i>Vazio</i> e da Responsabilidade	46
2.2.7 Da Inserção e da Inscrição	47
2.2.7.1 Da Clínica <i>Ampliada</i>	50
2.2.8 De Alguns Conceitos	52
2.2.8.1 Do Compartilhamento, Testemunho e Endereçamento: considerações acerca das psicoses	52
2.2.8.2 <i>Fazer</i> e Transicionalidade: algumas idéias	64
3. DAS NARRAÇÕES	73
3.1 UMA TRAMA: da escrita da experiência	78
3.1.1 Do <i>Aportar no Cais</i>	78
3.1.2 Da <i>Ancoragem</i>	80
3.1.2.1 Na Superfície do Inferno, o <i>Estranho</i>	83
3.1.2.2 Na Caixa com os Demônios, a <i>Negativa</i>	94
3.1.2.3 O partido Azul, o <i>Endereçamento</i>	104

3.1.3 Da Partida: na superfície do inferno – o livro, a <i>densidade simbólica Diferenciada</i>	112
3.2 UM TECIDO: da experiência da escrita	118
3.2.1 Assinaturas em <i>Dobra</i>	123
REFERÊNCIAS	125
ANEXO	133

1 JONAS, O COLECIONADOR

Cedo na vida, Jonas se descobriu um colecionador.

Um dia, enquanto brincava em uma praça cheia de esconderijos feitos de terra e árvores, achou umas pedrinhas diferentes e decidiu guardá-las no bolso.

Desde então, passou a catar pedras de tudo quanto é tipo, que, de dentro dos bolsos, iam parar em um copinho com tampa, que ficava na estante do seu quarto.

Os pais de Jonas achavam estranha aquela coleção, meio sem sentido, meio sem finalidade. Jonas entendeu, então, de tanto ouvir os pais, que esse era o princípio da coleção: guardar por guardar, cuidar por cuidar. Não tinha nada a ver com usar, com fazer sentido, com ter finalidade.

Jonas gostava, também, de desenhar. Desenhava tanto, que estava sempre fazendo pontas em seus lápis, lápis preto, lápis de cor. Um dia, olhou para umas pontinhas coloridas e as achou tão bonitinhas. Decidiu colecionar pontas. Mais um copinho, mais uma tampinha. E um montão de pontas, de tudo quanto é cor.

Na escola, tinha uma turma de amigos de Jonas que juntavam pontas pra ele, e a coleção cresceu bastante e rapidamente.

Foi também na escola que Jonas conheceu seu primeiro álbum de figurinhas, seu primeiro projeto de coleção. Essa coleção era diferente, pois tinha um final a ser alcançado. E Jonas se empenhou muito pra chegar até ele. Logo aprendeu a bater figurinhas e negociar figurinhas “raras”. Se fosse necessário, trocava duas por uma, e seu álbum ia ficando cheio delas, até que um único espaço ficou vazio em todo o álbum.

O pai de uma colega de Jonas prometeu que ia conseguir a figurinha que faltava. Levou alguns dias, mas ele conseguiu mesmo, e Jonas completou o álbum. Que sensação estranha! Jonas nunca tinha terminado uma coleção. De repente, com o álbum completo, se sentiu meio vazio. Bater figurinhas, que era tão divertido, perdeu a graça. Assim como ficar pensando, na hora do almoço, nas trocas que ia fazer na escola, com tantos amigos novos e diferentes que colecionavam aquelas figurinhas. Completar o álbum foi, ao mesmo tempo, bom e ruim. Jonas entendeu que, por mais que tivesse um projeto, uma autêntica coleção não deveria chegar a um fim, não deveria terminar nunca. Deveria ser como respirar: quando a gente solta o ar, já tem que pegar ele de novo. Jonas achou bonito dizer essas palavras juntas: respirar e colecionar.

Um dia, Jonas foi viajar com seus pais. Ficou pensando no que poderia levar da viagem, como uma lembrança de um lugar. Alguma coisa que, em casa, ia lhe lembrar daquela viagem. Comprou um mapa. Mandou fazer um quadro e pendurou no seu quarto. No começo, mostrava para os amigos, apontando no mapa, os lugares que tinha visitado e contava histórias incríveis de cada um. Algumas aconteceram com ele, outras eram de pessoas que também já tinham ido naquele lugar. Histórias verdadeiras, histórias um pouco inventadas, às vezes, aumentadas, mas sempre histórias.

Jonas ficava tão encantado com aquele mapa, com tanta história, que decidiu que ia colecionar mapas dos lugares pra onde viajasse. Achou que tinha a ver com o álbum de figurinhas, mas não tinha tanto assim. Aquela coleção não vinha pronta e não tinha fim, só começo. Jonas foi enchendo suas paredes de mapas, mapas de tudo quanto é tipo, carregados de tudo quanto é história. Às vezes, olhando um mapa, Jonas se lembrava de uma história que tinha vivido, ou que alguém lhe contou. Jonas pensava no passado e imaginava um futuro.

Lembrou-se, então, subitamente, das pedrinhas e das pontinhas de lápis. E foi aí que Jonas sentiu a coleção como uma máquina que viaja no tempo, como uma linha que costura o que passou com o que é, inventando o que vai ser. De tantas histórias colecionadas, Jonas inventou seu futuro: decidiu ser escritor.

2 DAS COLEÇÕES

2.1 UNS NOVELOS

A presente pesquisa se debruça sobre um campo empírico que nos permite pensar acerca da tensão existente entre o sujeito e suas possibilidades de se representar no discurso social, sendo, para isto, imprescindível que esses campos se coloquem em relação. Dito de outra forma, para que alguém se represente, no discurso social, é preciso que se coloque em relação a ele.

Para um leitor psicanalista, salientamos, neste trabalho, um certo modo de pensar a materialidade do objeto. Para um leitor terapeuta ocupacional, ou demais trabalhadores do campo da saúde mental, procuramos, justamente, salientar o esvaziamento da materialidade do objeto, que, por vezes, o satura, na direção da centralidade do processo, da processualidade.

Entendemos compartilhar, aqui, com o que traz Andrea Guerra (2004), ao se referir ao objeto produzido em oficinas terapêuticas¹, tratando-se, justamente, de algo que se configura “[...] na intersecção entre objeto, no campo da clínica, e produto, no campo sociopolítico” (ob.cit., p.51). Tal colocação nos remete, ainda, à temática relativa à articulação possível, entre a clínica e a política, que incluímos como ponto de reflexão neste trabalho.

Desde o início desse processo, tínhamos, como questão, algo que já nos intrigava há bastante tempo, no sentido de nos indagarmos acerca da função clínica de um trabalho em oficinas terapêuticas. Para além da questão do encontro, das possibilidades de compartilhamento entre pares, na perspectiva da inserção dos sujeitos (isolados pela própria condição psicótica e pelos tratamentos aos quais teriam se submetido anteriormente), nos perguntávamos acerca da potência clínica, de produção de si, possível em um trabalho em oficinas, ou mesmo em atendimentos individuais em terapia ocupacional, nos quais a produção de um objeto, de algo material se coloca em cena.

¹ Retornaremos ao tema do objeto produzido (nesse campo de trabalho) ao longo de nosso texto.

Seguindo nossas indagações, consideramos ser, precisamente, a questão do estatuto do objeto o tema organizador de nosso *caminhamento*², sendo sobre e a partir dela, que procuramos nos debruçar em nosso percurso de pesquisa. Nessa trajetória, tomando, então, como território, os atendimentos, em terapia ocupacional, a sujeitos com psicoses, ou portadores de transtornos mentais graves³, prática cotidiana de trabalho que desenvolvemos, há alguns anos, no Caps Cais Mental Centro⁴, entendemos termos colecionado alguns objetos, os quais, na escrita desse texto, se colocaram em relação, a partir de uma ordem narrativa.

Os objetos de nossa coleção vão desde cenas do cotidiano de nossa prática, passando por histórias que capturaram nossa atenção e fragmentos da defesa de nosso projeto de dissertação, até alguns operadores conceituais que nos permitiram refletir acerca de nossa experiência, escrevendo-a. Embora estes elementos, que se referem à experiência, à reflexão e à escrita da mesma, apareçam seqüenciados, não há como situá-los no sentido de uma temporalidade que defina exatamente o que veio antes e o que veio depois, o que nos leva a considerar que se trata de uma operação *em simultaneidade*.

É partindo de uma posição possível de ser ocupada, pelo jogo transferencial que se dá no atendimento aos sujeitos com os quais trabalhamos, que propomos, nesta trajetória de pesquisa, um percurso de trabalho que vai de coleções a narrações, sobre o qual versarão as páginas que se seguem.

² Apesar de entendermos que a noção de *caminhamento* vai se construindo ao longo deste trabalho, fazemos uma referência mais direta a ela no item **2.2.1 Dos caminhamentos**.

³ Escolhemos, em algumas passagens do texto, utilizar o termo *transtornos mentais graves*, preconizado, atualmente, pelo Ministério da Saúde, por entender que o mesmo pode dar conta de um espectro mais amplo de sintomas (não somente da psicose), que são tomados como efeito de um declínio da função paterna e uma conseqüente dessimbolização, segundo as teses de Dufour (2005) e Lebrun (2004), entre outros autores. Jurandir Freire Costa (2004), neste sentido, aponta, também, novos sintomas, na contemporaneidade, os quais entendemos se encontrarem na mesma direção. Ao utilizar o termo *psicose*, estaremos nos referindo, especificamente, à estruturação psicótica, tal como foi conceituada por Lacan ([1955-1956] 1992), no sentido da forclusão do Nome-do-Pai: “[...] Não se trata de fenomenologia. Trata-se de conceber, não de imaginar, o que se passa para um sujeito quando a questão lhe vem dali onde não há significante, quando é o buraco, a falta que se faz sentir como tal” (Lacan, [1955-1956] 1992, p.230-1).

Como toda a tentativa de nomeação, esta também nos coloca alguns problemas, no sentido de não abarcar a diversidade dos impasses enfrentados pelos sujeitos que freqüentam um caps. Na medida do possível, procuraremos vetorizar nossa reflexão na direção da psicose, embora questões oriundas de outros campos estejam conjuntamente contribuindo para a mesma.

⁴ Centro de Atenção Psicossocial, dispositivo da rede de saúde mental da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, no item **2.2.3 Do caps cais mental centro**.

2.1.1 O colecionador

Em nosso projeto de dissertação⁵, trabalhamos a noção do colecionador para pensar acerca do estatuto do objeto na clínica da terapia ocupacional. Iniciamos, nessa direção, com Hannah Arendt (1993), referindo-se ao que confere sensação de consistência, de permanência aos homens, apontando que os objetos mais inúteis (que não têm no uso seu fim) são, justamente, os que produzem esta sensação (entre eles, os objetos de arte). Tais objetos não portam, em si, a dimensão da necessidade, e confeririam, portanto, ao homem, uma existência eminentemente humana e, ao mundo das coisas, a possibilidade da permanência⁶:

Entre as coisas que emprestam ao artifício humano a estabilidade sem a qual ele jamais poderia ser um lugar seguro para os homens, há uma quantidade de objetos estritamente sem utilidade e que, ademais por serem únicos, não são intercambiáveis, e portanto não são possíveis de igualação através de um denominador comum como o dinheiro; se expostos no mercado de trocas, só poderiam ser apreçados arbitrariamente. Além disso, o devido relacionamento do homem com uma obra de arte não é 'usá-la'; pelo contrário, ela deve ser cuidadosamente isolada de todo o contexto dos objetos de uso comuns para que possa galgar o seu lugar devido no mundo. Da mesma forma, deve ser isolada das exigências e necessidades da vida diária, com as quais tem menos contato que qualquer outra coisa. [...] Ainda que a origem histórica da arte tivesse caráter exclusivamente religioso ou mitológico, o fato é que a arte sobreviveu magnificamente à sua separação da religião, da magia e do mito (ARENDR, ob.cit., p.180-181).

Abordando, desta forma, a questão da inutilidade do objeto, ou a produção de artefatos que não portam relação com o que é da ordem da necessidade, a autora conclui que a mais alta capacidade do *homo faber* (manifesta, por exemplo, nos artistas, poetas, historiógrafos, escritores) é o que permite que o único produto da atividade humana, ou seja,

⁵ *Caminhamentos em Terapia Ocupacional – a Construção de Endereçamentos Possíveis no trabalho em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)*.

⁶ Para Platão (*apud* Arendt, ob. cit.), a obra de arte era considerada divina, por se assemelhar à imortalidade.

sua história, possa sobreviver. E é, justamente, a história que deve ser, portanto, a medida das coisas (e não a necessidade da vida biológica ou o utilitarismo da fabricação e do uso).

Lacan ([1959-1960] 1997), ao abordar, em certo sentido, a questão da inutilidade do objeto, conta-nos a respeito de uma visita que fez a um amigo, colecionador de caixas de fósforo vazias. Antes de tal exemplo, adverte que o objeto, no caso de uma coleção, distingue-se do objeto que dá satisfação a uma pulsão.

Em outros termos, esse arranjo manifestava que uma caixa de fósforos não é simplesmente algo com uma certa utilidade, [...] que a caixa de fósforos sozinha é uma coisa, com sua coerência de ser. O caráter completamente gratuito, proliferante e supérfluo, quase absurdo, dessa coleção visava, com efeito, sua coisidade de caixa de fósforos. O colecionador encontrava assim sua razão nesse modo de apreensão que incidia menos na caixa de fósforos do que nessa Coisa⁷ que subsiste na caixa de fósforos (LACAN, 1997 [1959-1960], p.143-4).

Para Ana Costa (2003), a questão da coleção, em Lacan, refere-se, justamente, a um esvaziamento do objeto a seu mínimo estatuto e a relação a ele como traço, “[...] que faz necessária a série como estabelecimento de um diferencial” (ob. cit., p. 133).

Assim como Lacan, Benjamin também se interessou por coleções, ele próprio sendo um colecionador. Arendt (1987), no escrito biográfico que faz dele, lembra de sua coleção de citações, sistematicamente organizadas em seus cadernos de capa preta, portados e alimentados por ele ao vagar pelas cidades. Benjamin tinha uma idéia de poder escrever um trabalho inteiramente composto pelas citações que colecionava.

Para Arendt, Benjamin, ao analisar a paixão do colecionador, procurou ilustrar a ambigüidade das atitudes em relação ao passado, no sentido de, simultaneamente, tratar-se de querer preservar e de querer destruir:

“[...] o colecionador é a paixão das crianças, para quem as coisas ainda não são mercadorias e não são avaliadas segundo sua utilidade, e também o passatempo dos ricos, que possuem o suficiente para não precisar de nada útil e portanto podem se permitir a fazer da *transfiguração de objetos* o seu negócio. [...] Em qualquer caso, o objeto colecionado possui apenas um valor diletante e nenhum valor de uso, qualquer que seja” (p.169, grifo da autora).

⁷ A noção de *Coisa* é desenvolvida por Lacan, a partir da referência, de Freud, a *Das Ding*, no *Entwurf (Projeto para uma psicologia científica)*, e se relaciona ao vazio em torno do qual criam-se bordas, como um oleiro faz seu vaso a partir de um buraco (criando, simultaneamente, o vaso e o buraco) o que nos remete, justamente, ao vazio no centro do real, ou “o que do real padece de significante” (Lacan, ob. cit., p.157).

Nessa direção, Benjamin aproximava a paixão do colecionador da atitude do revolucionário, uma vez que, em ambos, “[...] as coisas estão liberadas do trabalho humilhante da utilidade”, complementando a redenção dos homens (Arendt, ob. cit., p.169). O objeto passa a ter, então, um valor intrínseco, não sendo mais um meio para determinado fim.

Entendemos que Paul Valéry (1991), também nessa direção, define suas *obras de espírito*, ou seja, “[...] aquelas que o espírito quer fazer para seu próprio uso, empregando, para esse fim, todos os meios físicos que possam lhe servir [...]”, dando ao *fazer*⁸, à *ação que faz* uma dimensão maior que a coisa feita. (ob. cit., p. 180-1).

2.1.1.1 Antoninho, um colecionador

Há alguns anos, venho acompanhando Antoninho, em terapia ocupacional, no Caps Cais Mental Centro⁹. Antoninho graduou-se em arquitetura, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na década de oitenta. Em sua primeira experiência de trabalho, já como arquiteto formado, adoeceu, motivo pelo qual acabou abandonando o exercício profissional. O predicado “arquiteto”, entretanto, manteve-se presente em seu discurso, acompanhando-o nas situações em que fala de si.

Encontramos, na arquitetura e nas tantas possibilidades que daí se abriram, uma via de trabalho com Antoninho, que sempre nos mostrou, a seu jeito, sua “paixão” pela fotografia, pelos livros (de arquitetura, principalmente), escritos (sobre favelas, recorrentemente), pelos desenhos com poucos traços.

Com alguma resistência inicial de sua família, passamos a acolher suas atitudes de gastar uma parte significativa de sua aposentadoria na compra de objetos relacionados a suas “paixões”, ou à carreira na qual se graduou. Com os objetos trazidos em cada encontro de trabalho, inventamos diferentes projetos, aos quais ele passou a dar andamento, a seu ritmo, também nos intervalos entre um e outro atendimento. Utilizou, por exemplo, as lapiseiras e

⁸ Utilizaremos, assim, a palavra *fazer* para nos referirmos ao processo de produção de um objeto, através do trabalho em terapia ocupacional. Tomamos o conceito na direção que aponta Valéry e não na que traz Aristóteles, ao colocar o *fazer* como a algo eminentemente técnico, onde se opera uma nítida separação entre o criador e a criatura.

⁹ Conforme nota anterior, discorreremos acerca do Caps Cais Mental Centro no terceiro capítulo deste trabalho.

folhas importadas que comprava para desenhar casas ideais (inclusive para o caps), tomando, como base, os fragmentos de leitura que fazíamos, durante os atendimentos, de alguns livros adquiridos por ele.

A constância desse movimento de adquirir objetos determinados e trazê-los ao espaço dos atendimentos, levou-nos a levantar como hipótese, que Antoninho, agia como um colecionador: de lapiseiras, livros de arquitetura (que, muitas vezes, não eram para ler), fotografias, fichas que escrevia, estojos, réguas.

Tomando outro caminho, tal atitude foi interpretada, pela equipe de trabalho, como algo da ordem de uma pura acumulação, que deveria, portanto, ser questionado, uma vez que se referia ao lugar que Antoninho ocupara no passado, ao se graduar em arquitetura, mantendo-o imaginariamente cristalizado nele. Minha tendência era, justamente, outra: a de ver Antoninho como alguém que fazia uma tentativa de, talvez, liberar o objeto de seu caráter de utilidade, revelando-se um colecionador.

Acompanhar Antoninho, considerando esse traço de colecionador, que poderia ser parte de sua história, e as tentativas que fazia, em nossos encontros, de criar diferentes projetos com os objetos que adquiria, levou-nos a pensar, entre outras coisas, acerca de nosso recorte clínico de trabalho, desde a terapia ocupacional. Estaria este dirigido aos objetos que permanecem sempre (e apenas) constantes, presentes, depositados, ou aos que constituem, partindo de uma presença, um outro endereço, que seria a narração, ou a ficção compartilhada¹⁰?

O primeiro efeito dessa reflexão foi, justamente, a escrita de *Jonas, o colecionador*. Na verdade, não pensávamos em apresentá-lo nesse *caminhamento*. Ele foi, entretanto, aparecendo, supomos que por falar um pouco desse processo de colecionar, que vimos fazendo, e das possibilidades de colocar os objetos das coleções em uma ordem narrativa, em uma narração.

¹⁰ Temas que trabalharemos ao longo de nosso texto.

2.1.1.2 Irmãos Collyer, uns colecionadores?

Entendemos que a questão das coleções pode ser tomada de diferentes formas, que vão desde a atitude de acumular objetos, como uma certa *estocagem*, no sentido de não ser possível se desfazer de nada, até algo que já envolve um certo método e, conseqüentemente, alguma experiência de seriação, temporalidade, narração.

Ana Costa (2003) nos lembra que “O colecionador sabe esconder seu valor na *essência* do objeto, subtraindo-o da circulação, do gasto das trocas que a equivalência dos valores põe em causa” (ob. cit., p. 129). Segundo a autora, ao mesmo tempo em que tal figura pode adquirir um considerável status social, pode estar, também, nas margens da sociedade. Desenvolve, então, tal questão na direção de pensar o colecionador como uma “figura da ausência”, no sentido de que sua representação se sustentaria por uma espécie de subtração.

O colecionador compõe uma peculiar figura, que sugerimos como uma das tantas alegorias de “figuras da ausência”. São *figuras* cuja representação se sustenta de uma espécie de subtração. Ao buscarem registrar em uma peculiaridade de seu lugar social, o instituem suportando em uma condição de subtração (COSTA, ob. cit., p. 134, grifos da autora).

Para situar este ponto de sua reflexão, Ana Costa se refere a um texto de Ernest Dupré, escrito 1913, no qual este autor aborda casos que denominou de “mendigos-tesoureiros”. Tratavam-se de pessoas idosas, em situação de miséria extrema, que morriam, muitas vezes, de inanição. A surpresa era que, após sua morte, eram encontradas, nos locais em que viviam, somas consideráveis de dinheiro, que lhes teriam permitido viver bem a vida e por muitos anos. A questão é que estas somas eram “[...] guardadas zelosamente, como se guarda uma coleção de *coisas*” (ob. cit., p. 134, grifo da autora).

No extremo do termo *coleção*, ou das “figuras de ausência”, encontramos a história dos Collyer¹¹, dois irmãos americanos que viveram em Nova Iorque, na primeira metade do século vinte. Em função de sua compulsão por acumular objetos, forneceram os elementos para, em seu continente, criar-se a categoria nosográfica “Collyer brothers syndrome”, que se caracterizaria pelo medo de jogar qualquer coisa fora, de se desfazer dos objetos.

¹¹ Ver detalhes em http://en.wikipedia.org/wiki/Collyer_brothers e no filme (curta-metragem) de Alfeu França (2006): *Irmãos Collyer: uma fábula do acúmulo*.

Homer Lusk Collyer (1881–1947) e Langley Collyer (1885–1947) obsessivamente colecionaram jornais, livros, móveis, instrumentos musicais, entre outros objetos, cuidadosamente protegidos de possíveis “intrusos”, através de janelas lacradas e armadilhas por eles desenvolvidas. Foram encontrados mortos, na casa em que vivam como hermitões, rodeados, ou melhor, soterrados por mais de cem toneladas de “entulhos”.

Enquanto viviam, por falta de pagamento, seu gás, telefone, água e eletricidade foram cortados, o que levou Langley, a partir de suas habilidades inventivas, a criar engenhocas e a sair à noite para buscar água e alimentos. Em seus trajetos, alimentava também suas coleções, voltando sempre, para casa, com pedaços de objetos abandonados, que despertavam seu interesse.

Em 1947, um telefonema anônimo denunciou que havia uma pessoa morta na casa dos Collyer. A polícia, após enfrentar dificuldades para entrar, em função do acúmulo de “lixo”, encontrou o corpo de Homer. Duas semanas mais tarde, havendo sido retiradas, aproximadamente, 100 toneladas deste “lixo”, encontrou-se o corpo de Langley parcialmente decomposto, a alguns metros além de onde se encontrara o corpo de seu irmão. Aparentemente, Langley estaria tentando levar comida para Homer, engatinhando sob túneis formados entre pilhas de jornais diários, quando disparou uma de suas armadilhas. Dias depois, Homer, que, além de ter ficado cego, sofria de reumatismo, teria morrido de fome.

Destacamos, ainda, desta história, uma passagem que, ao nosso ver, é bastante potente para pensarmos a relação dos Collyer com os objetos que acumulavam. Em 1942, entrevistado a respeito do porquê acumular tantos jornais diários, Langley respondeu: *I am saving newspapers for Homer, so that when he regains his sight he can catch up on the news*. Traduziríamos, por impulso e seguimento semântico da pergunta, que Langley estava *guardando* os jornais para Homer poder lê-los quando recuperasse a visão. Chama a nossa atenção, porém, o uso da palavra *saving*, literalmente traduzida por *salvando*. Estariam, então, os Collyer, *salvando* os objetos que acumulavam, ao subtraí-los de sua circulação social, ou seja, poupando-os da perda necessária a sua circulação no laço social, ao seu uso pelo homem, a sua apreensão no sistema simbólico? Ou, por outro lado, nesse movimento de subtração dos objetos, como uma posição primeira de apagamento, estariam fazendo uma tentativa de produção de uma falta no campo do Outro¹²?

¹² Tomaremos o tema do *campo do Outro* no item **2.2.7 De alguns conceitos**.



(Interior da casa dos Collyer)

Se consideramos que há, aqui, algo relativo a um “puro acúmulo”, poderíamos, então, tensionar a relação que se coloca entre acúmulo e narração. Quando podemos pensar que há, mesmo em se tratando de um acúmulo, algo da ordem de uma narração? Seria possível considerar que, na história dos Collyer, estaria em jogo um certo paradigma do acúmulo, aí sim, desprovido da dimensão narrativa?¹³

Parece-nos que, nesse caso, a sobreposição dos objetos, ou de seus pedaços, achata qualquer possível intervalo entre eles, indiferenciando-os, no sentido de produzir um bloco único, sem destaque de elementos e sem uma relação subsequente entre eles. Há, aqui, um apagamento do intervalo (que é o que permite, precisamente, alguma diferença entre os elementos), não sendo possível qualquer produção de ordem narrativa.

¹³ Não deixamos, aqui, porém, de considerar que, mesmo minimamente, havia uma dimensão de escolha no acúmulo dos objetos, no sentido de que determinadas coisas eram “estocadas”, outras, não.

2.1.2 De coleções a narrações

Podemos pensar que o ato de colecionar porta, necessariamente, algum elemento de ordem narrativa, se consideramos que há, mesmo que minimamente, uma certa organização metodológica no “acúmulo” de objetos. Tal organização se relaciona com as (conscientes ou não) estratégias, escolhas, critérios, catalogação, organização, entre outros aspectos, de uma coleção¹⁴. É como se a coleção estivesse em um espaço “entre”: espaço intervalar entre a acumulação (do que se sobrepõe, quase sem lógica) e a narração (dos elementos em um seqüenciamento no tempo e da perda aí implicada).

Ana Costa (2003) trabalhou o tema das coleções, para pensar a relação entre natureza e cultura, no sentido da descontinuidade que se impõe entre elas. Lembra-nos que, em um museu, por exemplo, “A maneira como são dispostas e construídas as coleções constitui, por si mesma, uma criação artística” (ob. cit., p. 72). Tal apontamento nos remete a pensar que as escolhas envolvidas em uma coleção já dizem de um sistema simbólico, do elemento subjetivo dela inseparável, ou do que “[...] interrompe a continuidade entre homem e natureza” (ob. cit., p. 72).

A autora aponta, então, para os princípios de uma coleção, ou seja, “A possibilidade de estabelecer, ao mesmo tempo, descontinuidade e permanência” (ob.cit., p. 72), indicando-nos o que é da ordem de uma diferenciação. Lembramos, aqui, da referência que faz Arendt (1987) sobre a visão de Benjamin acerca da atitude do colecionador, no sentido de querer preservar e querer destruir. Diz Ana Costa:

O descontínuo, para os humanos, é introduzido pelos seus sistemas de símbolos, que estabelecem o próprio indivíduo como um entre outros, por relação a outros (diferença, identidade, taxonomia), em uma condição de contar-se no real, entre seus semelhantes e no tempo (COSTA, ob. cit., p. 73).

¹⁴ Ver <http://en.wikipedia.org/wiki/Collecting>

Queremos que esse trabalho fale disto: do que vamos acumulando, ao longo da vida, como coleções mesmo, de imagens, passagens, textos, conceitos, afetos, e do que podemos fazer com isto, ou em que tipo de colcha os retalhos vão ser transformados num final. O que está em jogo é, justamente, a possibilidade de que estes elementos, os objetos colecionados, se coloquem em uma seqüência, experimentando-se, desta forma, as diferenças de sentido produzidas a cada novo elementos incluído. Já, aqui, observamos a dupla dimensão da narração, isso de *ser transformados em*: trata-se de algo que cria um novo (a partir de uma referência) e modifica a própria referência...

Destacando os fios dos romances, para poder tecê-los, dividimos nosso texto em duas partes: na primeira, "Das Coleções", levantamos alguns pontos colecionados, que dizem respeito aos operadores e aos "tensionadores" com os quais procuramos construir nossa narrativa; na segunda, "Das Narrações", tratamos de fazer sua tessitura, a partir e através da escrita da experiência.

Trazendo a produção escrita de Ciro, um paciente por nós acompanhado, parece-nos termos imprimido, no texto, esse movimento que vai de coleções a narrações, no sentido de aparecer, em nosso *caminhamento* de pesquisa e de trabalho clínico, a possibilidade de se colocar em uma série, em uma narrativa, em uma tessitura, o que era, em alguma medida, da ordem de uma coleção, ou as palavras que se foram colecionando ao longo do tempo. Apontamos este movimento no que diz respeito a nossa escrita e a de Ciro. Na perda que aí opera, algo pode passar, provocando, subjetivamente e simultaneamente, enlaçamento e distinção.

A forma, portanto, que acabou tomando nosso texto, inspira-se (não intencionalmente, mas como efeito) em nosso percurso de trabalho com Ciro. É como se estivéssemos elaborando, em simultaneidade, um conhecimento acerca de sua produção e do trabalho que desenvolvemos, dando a este uma estrutura homóloga ao percurso que Ciro fez durante o tempo em que esteve trabalhando comigo.

Pensamos estar, aqui, em questão, um método de *caminhamento* que nos remete ao que é da ordem de uma *dobra*, tal como a ela se refere João Trois (2007), ao trabalhar, em Lacan¹⁵, o movimento de retorno enunciativo ao texto freudiano: o retornar para, então, como efeito dizer desde outro lugar. Tal apontamento nos permite refletir acerca da operação simultânea dos movimentos de continuidade e distinção e, conseqüentemente, da

¹⁵ Conforme Trois (2007, p. 31), Lacan utilizou, em vários momentos de sua obra, o dispositivo da *dobra*, através de figuras topológicas como, por exemplo, a *Banda de Moebius* e o *Oito Interior*.

semelhança estrutural entre nosso texto e a experiência que nos propusemos a escrever. Como falar acerca da experiência a não ser através da forma como Ciro faz seu percurso de escrita no trabalho conosco?

2.1.2.1 Da posição moebiana, a *dobra*

O matemático August Ferdinand Möbius (ou Moebius)¹⁶, em 1858, descobriu o que se denominou de *Banda (Laço, Fita) de Moebius*, a partir dos estudos que vinha fazendo acerca de superfícies com uma só cara. Conforme a figura abaixo, percebemos que tal banda pode ser formada ao tomarmos uma tira retangular de papel e unirmos suas extremidades, após a execução de uma meia volta na tira.



Banda de Moebius

Como se pode ver, no desenho moebiano do artista holandês Escher, por exemplo, um animal que se arrastasse sobre esta superfície, andando sempre pelo meio da tira, chegaria a sua posição original no lado inferior da mesma, se tivesse partido do lado superior e vice-versa. Em outras palavras, alguém que caminhasse, sem interrupção, sobre um dos lados da banda, em algum momento, encontrar-se-ia em seu avesso, sem perceber, entretanto, qualquer descontinuidade no percurso.

¹⁶ <http://www.sitographics.com/conceptos/notas/moebius.html>



M. C. Escher

Tomando, então, a *Banda de Moebius*, inspirados em Lacan, podemos experienciar o efeito da *dobra* na relação entre o sujeito e o mundo, ou, no caso, entre paciente e terapeuta. Trata-se, aqui, de pensar que não é uma descontinuidade que está posta em cena, tampouco suporíamos algo simplesmente da ordem de uma continuidade.

Lacan ([1959-60] 1997, p. 173) traz, justamente, a noção de *extimidade* (neologismo que cria para falar acerca dessa posição moebiana entre o dentro e o fora), colocando, em cena, uma exterioridade íntima, ou o paradoxo de algo que se configura como uma realidade íntima ao sujeito e, simultaneamente, uma exterioridade. A relação moebiana pressupõe, portanto, simultaneamente, diferença e continuidade, o que só é possível a partir de uma *dobra*, que é sempre algo a ser construído e não naturalmente dado. Sem a meia volta da tira, sem a torção, tratar-se-ia de uma superfície com duas caras, uma para cada lado, sem encontro possível entre elas.

Entendemos que, ao fazer a *dobra* operar, falamos do lugar em que estamos situados, na transferência¹⁷, com alguém que acompanhamos, ou seja, falamos de um encontro, no qual se está, simultaneamente, dentro e fora, em distinção e continuidade.

¹⁷ Seguindo Lacan ([1964] 1985), que coloca a transferência como um dos quatro conceitos fundamentais da psicanálise, podemos pensá-la (a transferência) como o que estrutura as relações particulares (ob. cit., p. 120) do que entendemos, nesse caso, como o encontro entre o paciente e o terapeuta, que será marcado pelas manifestações de seus inconscientes (assim como as marcará), no sentido do lugar desde o qual cada um vai tomar o outro. Trata-se, portanto, de um vínculo que se estabelece entre os dois, e que vai ser, justamente, o motor dos movimentos possíveis no processo deste encontro.

Segundo Maurano (2006), “A transferência é a aposta de que há de existir um saber que virá dar conta dessa falta do encontro perfeito, desse furo na relação do sujeito e do Outro” (ob. cit., p.28).

Salientamos que, desde a psicanálise, os fenômenos transferenciais estão presentes em todos os campos da vida de relação dos sujeitos, o que nos aponta para o fato de que os efeitos de um encontro serão sempre originais e imprevisíveis, por se criarem nesse espaço *entre* os sujeitos.

Desde esta posição, na qual nos encontramos, o material do qual se trata, então, não é apenas do paciente que está sendo acompanhado em seu *fazer*, no momento em que nos toma, também, produzindo-se nesse espaço *entre* dois.

2.1.2.2 Da *carta roubada*, o jogo posicional

No conto *A Carta Roubada*, de Edgar Allan Poe, o investigador Dupin, conhecido por suas acertadas deduções, é chamado para auxiliar na solução de um caso. O comissário de polícia, responsável pelo mesmo, lhe pede ajuda para recuperar uma carta, que teria sido roubada por um certo ministro a quem daria poder de chantagem.

O caso em questão estava sendo mantido em sigilo (em função do envolvimento de uma figura pública importante: a Rainha), sigilo este agora quebrado, pois o comissário precisava da ajuda de Dupin: já havia realizado minuciosas inspeções na casa do ministro, bem como contratado batedores de carteira para tirar a carta de seu poder. Apesar de todas as tentativas, não encontrara a carta.

Ao ser informado que ganharia uma soma em dinheiro, no caso de resolver o mistério, Dupin, no mesmo momento, tira a carta de uma gaveta e a entrega ao comissário. Explicando, logo depois (ao narrador do conto), que já tomara conhecimento do caso e que, sabendo da esperteza do ministro, tinha certeza de que a carta não havia sido escondida em um lugar onde a polícia a pudesse encontrar. Deduz que o ministro tentaria confundir os investigadores, deixando a carta à vista e não escondida, conclusão que o leva à casa do mesmo, onde encontra a carta, “disfarçada”, com o selo do ministro, entre outros cartões. Seguindo Dupin, o comissário jamais encontraria a carta, pois a lógica com que a procurava (a sua lógica) era diferente da utilizada ao ser “escondida”.

Lacan (1998), em *O seminário sobre “A carta roubada”*, traz a idéia de que Dupin desvenda o enigma da carta por se concentrar na questão relativa às posições dos personagens da história. É como se, por exemplo, quando olhamos uma cena, escutamos uma narrativa ou nos deparamos com fatos da vida, considerássemos que é mais potente nos indagarmos acerca de como se ocupam os lugares em questão do que sobre seus possíveis sentidos.

Lacan vai dizer que, justamente, o sentido deriva de um jogo de lugares, de um jogo posicional, referindo-se à idéia de que a produção de sentido deriva da posição que o significante ocupa em uma cadeia. O mesmo significante, em posições diferentes, na cadeia, gera efeitos de sentido diversos.

Ao apontar, então, que a carta, em posse do ministro, porta o selo do mesmo, lança a seguinte questão: como uma carta, que chega ao seu destinatário, tem o selo do destinatário e não do emissor?

Foi assim de fato que ele [o ministro] teve de operar, à maneira como na época uma carta era dobrada e lacrada, para liberar o lugar virgem onde escrever um novo endereço.

Esse endereço passa a ser o dele mesmo. Seja por seu próprio punho ou pelo de outro, [...] ele imprime ali seu próprio sinete. Essa singularidade de uma carta marcada com o sinete de seu destinatário é ainda mais impressionante de notar em sua invenção [...] (LACAN, ob. cit., p. 38-9).

Trata-se de um sinal de que aquela carta está deslocada de sua posição. O que denuncia sua presença é, portanto, o fato de estar em um lugar de “não pertença” ao sistema. Lacan vai dizer que a convicção de Dupin ao acreditar que encontrara a carta, na casa do ministro, “[...] é fortalecida pelos próprios detalhes, que parecem forjados para contrariar a descrição que ele tem da carta roubada, exceto pelo formato, que é compatível” (ob. cit., p. 16).

Retomamos o fato de que a polícia não encontra a carta por estar, narcisicamente, presa em sua própria lógica, oriunda do campo da exatidão e não do registro da verdade. Este último, segundo Lacan, “[...] situa-se num lugar completamente diferente, propriamente, na fundação da intersubjetividade” (ob. cit., p. 22). Acrescenta Lacan que:

[...] Poe aqui introduz [...] que a polícia, há dezoito meses voltando ali tantas vezes quantas lho permitiram ausências noturnas e habituais do ministro, vasculhou meticulosamente a mansão e suas adjacências. Em vão, embora qualquer um possa deduzir da situação que o ministro conserva a carta a seu alcance (LACAN, ob. cit., p. 15).

Qual a diferença que imprime Dupin às tentativas de encontrar a carta? Se pensamos desde a psicanálise, comecemos por considerar que existe um saber acerca do lugar desde o qual o sujeito vai emergir, ao mesmo tempo em que sempre algo que é da ordem do novo,

do lado do sujeito, vai irromper. Dito de outra forma, se, por um lado, há uma tendência ao mesmo, por outro, o ponto de engate do sujeito a si mesmo, antecipado pelo Outro¹⁸, é sempre da ordem de um certo acidente, não havendo determinação unilateral possível. Poderíamos dizer que se trata de uma tendência à coesão em tensão com uma tendência à dispersão: a relação em *dobra* entre o sentido antecipado do lado do Outro e o sujeito. É disso que nos fala Dupin ao se colocar no jogo posicional em questão no desaparecimento da carta. Entre a poesia e a matemática, pode decifrar o enigma da carta roubada:

O que eu quero dizer é que, se o ministro não fosse mais que um matemático, o comissário não teria tido a menor necessidade de me dar este cheque. Todavia, eu sei que ele é ao mesmo tempo matemático e poeta, e, deste modo, minhas medidas foram adaptadas a sua capacidade, com referência também às circunstâncias que o rodeavam (POE, 2003, p. 28).

Podemos pensar, então, a partir deste conto e de uma das leituras que dele faz Lacan, a transferência, no trabalho, como um jogo de posições. Se o comissário é aquele que quer encontrar a carta, dentro de sua lógica somente, sem considerar a lógica na qual o objeto foi roubado, mantém-se preso em uma posição narcísica, desconsiderando o que de novo pode surgir do lado do sujeito, no caso, o ministro. É como o que diz Dupin, ao se referir ao chefe de polícia e seus auxiliares:

Consideram somente *as próprias idéias* de engenhosidade e, ao procurarem alguma coisa escondida, atentam somente para as maneiras segundo as quais eles mesmos a teriam ocultado (POE, ob. cit., p. 23, grifos do autor).

Já Dupin, como investigador, nos remete à posição que ocupamos no trabalho clínico, no sentido de abrir mão de nosso narcisismo, para poder entrar no jogo posicional em que o

¹⁸ Segundo Lacan ([1955-1956]1992, p. 286-7), o Outro é o lugar do simbólico, da linguagem, do código fundamental da linguagem, sem o qual não haveria cultura. O Outro, grafado em maiúscula, foi adotado para mostrar que a relação entre o sujeito e o grande Outro é diferente da relação com o outro simétrico, especular. Procuraremos, ao longo do texto, trabalhar a noção do Outro, desde a perspectiva da psicanálise.

outro nos coloca. Desde aí, então, em *dobra*, será possível criar as condições para que um objeto (no caso de Ciro, sua produção escrita) possa circular.

2.2 UNS FIOS

2.2.1 Dos *caminhamentos*

Nosso paciente colecionador, Antoninho, em uma entrevista, cunhou o termo *caminhamento*, para falar dos atendimentos, em terapia ocupacional, comigo.

Para chegar a esse neologismo, começou contando que escrevia *por militância, pra ter um texto depois*, mas lembrava que tinha sempre alguém por perto. Eu havia perguntado a ele, justamente, que motivação tinha para escrever, desenhar, fotografar (dentro do tema *favela*, ao qual vem se dedicando há mais de dez anos), atividades que, freqüentemente, realiza.

Militância. Militância sábado de tarde. Sábado de tarde, eu me sento e escrevo uma ficha. Eu fico com uma ficha, em branco, e fico pensando no que posso escrever, olhando a fotografia. A fotografia, as fotografias são um trajeto meu dentro da favela. Então, tu tá lendo o drops, mas tu tá vendo a favela desde a entrada, o percurso da favela, o que a favela foi. Tu tá escrevendo a ficha, e a pessoa que não foi à favela tá conhecendo a favela pelas fotografias.

Minha hipótese, que me levou a fazer a pergunta seguinte, nesta entrevista, a partir de sua resposta, é de que ele escrevia para alguém, no caso, para a pessoa que não foi à favela. Mas Antoninho tinha outro ponto de chegada para seu texto (e suas fotografias), que parecia não remeter a uma pessoa, em sua tentativa de lançar sua produção ao encontro de um endereço.

Escrevo pra ter um texto depois. É pra guardar esse texto. Vou guardando. Às vezes, tem uns congressos, a gente pode escrever um texto pro congresso. Às vezes, se põe nos anais do congresso.

Lembrei, então, que fizemos alguns trabalhos *juntos*, no sentido de que ele organizasse suas produções, articulando fotografias e escrita. Teria alguma relação o fato de trabalharmos *junto* e essas coisas que fazia *por militância*?

É muito por eu tá mais saudável, de cuca, pelo atendimento de vocês aqui, do Nilson e teu. Com a atendimento de vocês, aqui dentro, eu fui melhorando, melhorando a minha escrita, melhorando a escrita das fichas, revendo as fontes, organizando os textos. Antes não tinha uma organização, depois que eu fui aperfeiçoando essa história, e agora vou guardar esses textinhos pra quando tiver um congresso...

E, no período de férias, como conseguia produzir *por militância*?

de uma maneira um pouco mais caótica. Quando começa aqui, de novo, o atendimento de vocês aqui, é que eu começo a ficar com a cuca mais certa, mais exata, e vou escrevendo as fichinhas. Então, cada sábado, trabalho na militância, me sento, escrevo uma fichinha na história e guardo. A militância sábado, a militância...

Antoninho me fazia pensar na questão da *presença*, atualizando, a questão da diferença que faz uma *presença*. Esse outro, que não vai embora, como sustenta os efeitos de sua *presença*? De que forma se inclui, em determinada cena, provocando inscrição, experiência, transmissão? Lembrei, então, de uma exposição que organizamos com as fotografias que tirou do *Parque da Redenção*.

Eu me lembro da gente fazendo os painéis, isso eu me lembro. A exposição não me lembro muito. Mas lembro da gente fazendo os painéis e as legendas das fotos. Tinha uma mocinha da psicologia que tava junto...

Antoninho não lembrava muito da exposição, mas lembrava da *presença* da mocinha da psicologia. Era uma estagiária que trabalhou, durante seis meses, na oficina de terapia ocupacional, conosco.

*É, e tinha essa mocinha que tava por perto, me ajudava, às vezes, conversando comigo. Ela tava por perto quando eu organizei os painéis. Eu pus o parque de diversões. Lembra que nós tiramos as fotos com aquela lente? Era uma grande angular, eu chegava bem perto e tirava a foto, vamos tirar foto da iluminação?, tiramos da iluminação e tinha uma foto do interior do Araújo Vianna... Os **caminhamentos** que a gente fazia...*

Acompanhei Antoninho em seus **caminhamentos**... Em sua narrativa, percebia a *presença* de pessoas como o que lhe coloca em movimento, demandando-lhe algo que é da ordem da ação: um irmão, um professor da faculdade, um colega, terapeuta, médico, uma mocinha da psicologia. Sua ação, então, fazia com que se sentisse *mais inteligente*, que tivesse o que dizer, o que contar ao outro, procurando supor, talvez, um endereço para escutá-lo.

*Antes da doença, eu fotografava, eu tinha um equipamento de fotografia e fotografava. **Meu irmão** trazia pra mim, trazia da França pra mim, e eu fotografava, tirava foto, fotografava. Uma época, a gente revelou filme uma época. Mas eram umas fotos mais de, umas fotos mais, Simone, foto da Sulcolor, slides, fotografias da diplomação. Tinha a diplomação e uma cadeira que teve antes, uma cadeira de história da arquitetura brasileira. Era eu e um amigo meu. **O professor se interessou** numa história. **Ele disse** faz esse trabalho de tombamento de casa popular. Tinha só a história de tombamento de prédios mais caros, mais eruditos, era o que tinha. E as casas popular? Vamos tombar ou não vamos tombar as casas popular? E aí começou a história. Tiramos A na história. **Eu e o meu amigo**. Ele tirou A, eu tirei A. Depois da diplomação que teve uma história no Solar. **Ele disse** vamos fazer um estudo no Solar, não só de diplomação de estudantes, em uma cidade menor. De levar, pra prefeitura idéias pro solar, passo municipal, a praça, a igreja. Pensar umas casinhas na praça, umas igrejas, uns posto de gasolina. Fazer um passo municipal, na história. Tinha uns fascículos que eu tinha da arte no Brasil, saíam só em bancas de revistas. Eu precisava tirar as fotos. E eu levei seis pessoas pra lá um dia, pra ajudar no levantamento, eu e mais um fotógrafo, um outro que era fotógrafo. Os outros todos em volta, me ajudando, conhecendo a cidade. Passar um tempo numa cidade histórica é diferente que passar um tempo em Porto Alegre, com esses prédios com essas histórias. É uma outra história que tem de cidade histórica. De morar numa cidade histórica, as casas, os lugares históricos, de caminhar... Como a gente fica mais inteligente... **Eu voltava pra cá e começava a conversar, falar, escrever, olhando as fotos, desenhando. Como a gente fica mais inteligente** quando a gente visita uma cidade mais antiga, de uma outra época, do passado...*

Será que nos falava, mais uma vez, da importância da *presença*, da função de *testemunho*, talvez? Quando lembrei-lhe de ter, recentemente, se separado do pai, com quem vinha morando, foi enfático e pareceu relacionar a possibilidade de agir com a de compartilhar, quando, espontaneamente, deslizou de um assunto a outro. Separar-se do pai

foi um pouco difícil... Agora, eu tô sozinho... Não me fala em separação, Simone, não me fala em separação, não me fala em separação. Tô com essas fotos, essas histórias, não me fala de separação... Agora, vamos ver essas fotos, essas fotos de favela, de São José do Norte... Eu tenho 220 slides de São José do Norte...

O neologismo *caminhamento*, cunhado por Antoninho, nos remete à *flânerie*, ou esse andar a passeio, do qual nos fala Benjamin (1989), referindo-se ao *flâneur* (figura que toma do poeta oitocentista Baudelaire), como o transeunte que, em meio à multidão, com seu vagar ocioso, sem direção ou propósito, pela cidade, a transforma em paisagem.

Tal transformação se dá, segundo o autor, a partir das novas percepções que o “flanador”¹⁹ pode ter sobre a cidade e seus detalhes, como um artista que cria sua obra. Para Benjamin,

As ruas são a morada do coletivo. O coletivo é um ser eternamente inquieto, eternamente agitado, que, entre os muros dos prédios, vive, experimenta, reconhece e inventa tanto quanto os indivíduos ao abrigo de suas quatro paredes. Para esse ser coletivo, as tabuletas das firmas, brilhantes e esmaltadas, constituem decoração mural tão boa ou melhor que o quadro a óleo no salão burguês; os muros com ‘*défense d’afficher*’ (proibido colocar cartazes) são sua escrivania, as bancas de jornal, suas bibliotecas, as caixas de correspondência, seus bronzes, os bancos, seus móveis do quarto de dormir, e o terraço do café, a sacada de onde observa o ambiente. O gradil, onde os operários do asfalto penduram a jaqueta, isso é o vestibulo, e o portão que, da linha dos pátios, leva ao ar livre, o longo corredor que assusta o burguês, é para ele o acesso aos aposentos da cidade. A galeria é o seu salão. Nela, mais do que em qualquer outro lugar, a rua se dá a conhecer como o interior mobiliado e habitado pelas massas (BENJAMIN, ob. cit., p. 194-5).

Pensamos encontrar, na figura do *flâneur*, em seu andar quase embriagado pela cidade, a alegoria para os *caminhamentos*, dos quais nos fala (e nos quais nos inclui) Antoninho. Ao contrário de Baudelaire, porém, que, segundo Benjamin, “[...] amava a *solidão*, mas a queria na multidão” (ob. cit., p. 47, grifo nosso), Antoninho elege o caminhar acompanhado como o ponto que lhe permite a relação com a cidade e sua possível transformação em paisagem.

Passamos a tomar, então, a expressão *caminhamento*, para tentar falar de nosso método enquanto sujeitos de uma pesquisa e de nosso modo de trabalhar no cotidiano da clínica. Nos sentimos, aqui, contemplados pela frase, de Picasso, citada por Lacan ([1959-

¹⁹ Como aparece traduzido, em alguns momentos do texto de Benjamin.

1960] 1997, p.149), “Eu não procuro, acho”, no sentido de não se tratar de um bem aprioristicamente idealizado a alcançar, mas sim, da disponibilidade para um encontro.

Da fala de Antoninho, tomamos, também, a questão do acompanhamento, ou do compartilhamento: os *caminhamentos que a gente fazia*, fala que nos remete ao caminhar junto, mover-se junto, fazer junto, fazer com, ao que é da ordem de um coletivo. Escolhemos, assim, na maior parte do tempo deste trabalho, empregar o uso da primeira pessoa do plural, que diz, justamente, dos sujeitos que caminham, de certa forma, juntos²⁰: pacientes, equipe, professores, colegas, autores, amigos, familiares, interlocutores.

Em uma espécie de *flânerie* acompanhada, de *caminhamento*, procuramos construir nosso trabalho de pesquisa, a partir de uma posição que não é propriamente a de quem procura algo, mas sim a de quem, nesse vagar um tanto quanto sem direção ou propósito (no sentido de um bem a alcançar) pode se colocar em uma posição de disponibilidade para um encontro, que é sempre em *dobra*. Entendemos ter sido também desta forma que se desenrolou nosso trabalho com Ciro, assim como sua experiência de escrita.

²⁰ Salientamos que *juntos* tem, aqui, o sentido de se estar em relação, não em continuidade, mas sim, desde lugares heterogêneos que ocupamos e que podem estar em relação. Abordaremos o tema da relação entre heterogêneos dissimétricos mais adiante, neste trabalho.

2.2.2 Da reforma psiquiátrica

É no século XX que, após a segunda guerra mundial, buscando-se romper com as práticas excludentes, segregacionistas e ineficazes das instituições asilares, se inicia, na Itália, o movimento da Reforma Psiquiátrica, cuja essência era a de romper com o modelo asilar (considerado manicomial) de tratamento e seu caráter fechado, segregacionista e excludente. Neste contexto, cria-se o campo da *saúde mental*, dentro do qual a questão do resgate da singularidade e das possibilidades de inserção no tecido social surgem como questões essenciais, no sentido de se passar a conceber a “loucura” como um modo de estar no mundo, e não mais como uma doença a ser debelada.

No Brasil, é a partir da década de 1980, que se iniciam os questionamentos em relação à reforma do campo da saúde mental, deflagrando-se o movimento da reforma psiquiátrica no país, que terá, como uma espécie de “lema” o pressuposto *por uma sociedade sem manicômios*, entendendo-se que, com a estrutura do manicômio, não há aliança possível.

O movimento da Reforma Psiquiátrica brasileira foi marcado pela psiquiatria democrática italiana, na qual a questão do exercício da cidadania e dos direitos dos portadores de transtornos mentais graves era fundamental, articulada à noção de *território*, entendido não apenas como território geográfico, mas também, e principalmente, como o espaço onde se situam as relações sociais. O trabalho clínico, em especial, a psicoterapia institucional francesa, influenciou, também, o movimento no Brasil²¹, abrindo caminhos para alguns encontros, entre eles, dos dispositivos de assistência com os referenciais psicanalíticos.

Lima (2004) exemplifica a associação entre o trabalho em saúde mental e o campo conceitual da psicanálise, referindo-se a instituições como Bonneuil e La Borde, ambas na França:

Aqui, podemos já vislumbrar questões importantes que estão em pauta nesse tipo de proposta: a tentativa de criar um espaço de jogo, para que uma singularidade possa inscrever-se no mundo; a participação em atividades que tenham lugar na cultura como prática social; as possibilidades que trazem de serem reinterpretadas e recompostas, participando da construção de novos territórios; o caráter a um só tempo expressivo e construtivo desses trabalhos (LIMA, ob. cit., p.70).

²¹ Sobre os diálogos do movimento da Reforma Psiquiátrica brasileira com projetos na Itália e na França, ver GOLDBERG, 1996, p. 61-91.

A Reforma Psiquiátrica propõe novos paradigmas de tratamento aos portadores de transtornos mentais graves, na rede pública de serviços, que passa a se configurar a partir de um diferente modo de funcionamento. Provoca-se uma quebra na hegemonia médica e hospitalocêntrica, observada até então, passando o trabalho a ser desenvolvido por diferentes disciplinas, a partir de novas estratégias de atenção, cujo foco se encontra nas questões relativas ao resgate da cidadania e dos direitos e à reabilitação psicossocial.

Criam-se, então, novas modalidades de assistência que se caracterizam por ser *abertas e substitutivas* ao manicômios: CAPS²², centros de convivência, pensões protegidas, entre outras, possibilitando-se novas formas de compartilhamento do tecido social. (GUERRA, 2004, p.37-8).

Segundo Guerra (ob. cit., p. 38), tais dispositivos objetivam a ressocialização, a reintegração do portador de transtornos mentais graves a uma rede comum de significados cotidianos, partilhados socialmente. Oportuniza-se, assim, o resgate da cidadania e a recuperação, ou criação de novos enlaçamentos sociais, permitindo-se, ao sujeito, inserir-se em alguma forma de liame social, à medida que lhe for possível.

2.2.3 Do caps cais mental centro

Os CAPS se configuraram, então, como dispositivos de atendimento, no campo da saúde mental, que compõem a rede de serviços substitutivos à internação psiquiátrica, definida pelo movimento da Reforma Psiquiátrica no Brasil. Caracterizam-se por imprimirem novas formas de acolhida e acompanhamento a sujeitos com transtornos mentais graves, objetivando a construção de possibilidades de que estes sujeitos possam estar em relação com o espaço da cidade, com o discurso social. Desta forma, os CAPS se constituíram como o principal dispositivo, dentro da lógica da Reforma Psiquiátrica, em substituição ao modelo manicomial de assistência, até então em vigor.

Na definição do Ministério da Saúde,

²² Centro de Atenção Psicossocial.

[...]os CAPS são instituições destinadas a acolher os pacientes com transtornos mentais, estimular sua integração social e familiar, apoiá-los em suas iniciativas de busca da autonomia, oferecer-lhes atendimento médico e psicológico. Sua característica principal é buscar integrá-los a um ambiente social e cultural concreto, designado como seu 'território', o espaço da cidade onde se desenvolve a vida cotidiana de usuários e familiares (BRASIL, 2004, p.9).

É neste contexto que, em 1996, é fundado *Caps Cais Mental Centro*²³, na época, denominado de *Cais Mental*. A escolha deste nome, no momento em que o serviço foi concebido, mistura-se com o território que estava, então, sendo pensado desde o ponto de vista da Reforma Psiquiátrica, no sentido que vimos abordando. Como não havia, ainda, uma determinação ministerial de se padronizar o nome (sigla) CAPS no território brasileiro, em nossa fundação, escolhemos a sigla CAIS (Centro de Atenção Integral à Saúde), seguida da palavra *mental*, por ser um dispositivo da rede de serviços em saúde mental. Naquele momento, entendemos que o nome *cais* portava a potência de ser utilizado também como metáfora, como um lugar onde aportar e de onde partir, um porto, um espaço de ancoragem e passagem, de travessia.

Nossa prática cotidiana, no Caps Cais Mental Centro, que vem a ser um dos dispositivos da rede de serviços de saúde da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e se destina ao atendimento de sujeitos com transtornos mentais graves, orienta-se por um projeto de trabalho construído coletivamente, que tem, na psicanálise, um de seus eixos conceituais. Os pacientes integram-se às diferentes modalidades de atendimento, seja em nível ambulatorial, seja em regime de atenção diária (nas situações em que se faz necessário um ambiente mais protegido).

Inseridos, então, no cotidiano do Caps Cais Mental Centro, chamaremos de terapia ocupacional o campo empírico sobre o qual vimos trabalhando, mas entendemos que outras práticas, com outros nomes, podem estar aí contempladas, desde que o desejo de trabalhar com o *fazer*, grupos e as possíveis relações com o discurso social esteja nelas colocado. Lembramos que optamos pelo uso do termo *fazer*, compartilhando com Paul Valéry sua concepção das *obras de espírito*²⁴, no sentido de dar à ação que faz uma dimensão maior que a coisa feita.

²³ Cais (centro de atenção integral à saúde) Mental Centro (por estar localizado no distrito *centro* da cidade de Porto Alegre, território ao qual deve ser referência para atendimento da população portadora de transtornos mentais graves).

²⁴ Conforme referimos anteriormente, no item **2.1.1 O colecionador**, na página 21 deste trabalho.

2.2.4 Da terapia ocupacional

É também no contexto do século XX, após a segunda guerra mundial, e dentro da mesma lógica de rompimentos com práticas excludentes, segregacionistas e ineficazes, presentes, até então, nas instituições asilares, que, segundo Guerra (2004), “formaliza-se o campo de práticas e saberes da terapia ocupacional que se consolida enquanto profissão nesse mesmo período, sistematizando e conferindo novo enfoque ao uso da atividade originado no campo psiquiátrico, bem como desapropriando sua prescrição da autoridade médica” (ob. cit., p. 29). As chamadas oficinas terapêuticas surgem, então, como possibilidades em direção ao resgate da singularidade, do exercício da cidadania e da inserção social.

Em relação à prática da terapia ocupacional, encontramos-nos, aqui, com a dificuldade decorrente de sua nomeação, no que diz respeito ao lugar que ocupa na relação com os sujeitos que acompanha. Estaria esta posicionada no campo clínico ou no campo educativo? Entendemos que, uma vez que o trabalho, em terapia ocupacional, dentro de um caps, encontra-se ancorado em uma proposta de *clínica ampliada*²⁵, talvez seja uma espécie de falsa questão buscar tal posicionamento. Podemos pensar que se trata, aqui, de um dos lugares desde onde é possível a “costura” destas diferentes dimensões.

Neste sentido, ao refletir sobre o trabalho em oficinas terapêuticas, na clínica da psicose, Rickes (2006) aponta a diversidade dos campos de saberes que dele se ocupam, compartilhando sua condução, “[...] interrogados acerca das próprias fronteiras entre os saberes, as práticas, os campos e as profissões”. A autora acrescenta:

Este trabalho estabelece territórios híbridos de atuação dos quais os diferentes saberes podem retirar indagações e ensinamentos que podem operar no interior mesmo de seus campos de forma a desenhar com mais clareza suas possibilidades e seu limites, aquilo que está assentado e aquilo em que se precisa avançar (RICKES, ob. cit.).

²⁵ Apesar do tema da *clínica ampliada* não ser o foco desta dissertação, procuraremos “tangenciá-lo”, nesse capítulo, por entendermos estar nele inserido nosso recorte de trabalho.

Em palestra proferida na Associação Psicanalítica de Porto Alegre, em julho de 2008, Dóris Rinaldi pontua que o termo *clínica*, nos CAPS, é utilizado normalmente acompanhado de um adjetivo: *ampliada, do encontro, do cotidiano, no coletivo*.

A questão colocada, acerca do *hibridismo*, no trabalho em oficinas terapêuticas, nos permite pensar que também a prática da terapia ocupacional, diante da necessidade de uma tomada de posição referente a seu campo de intervenção, estaria nessa zona híbrida, de fronteiras não tão delimitadas, tirando, também, daí sua potência.

Serafini (2006), na mesma direção, referindo-se à experiência na oficina de escrita por ela coordenada, coloca que:

O trabalho na Oficina de Escrita configura-se num espaço que não é nem estritamente clínico, nem estritamente educacional, mas num lugar de fronteira entre esses dois campos de saberes. Não é estritamente clínico, na medida em que se situa a partir de uma proposta que vem da coordenadora da oficina e que objetiva abrir o espaço das letras para esses sujeitos. Não é estritamente educacional, na medida em que não se trata de ensinar o bem escrever, mas de constituir um lugar onde o escrever e o ler possam produzir efeitos subjetivos (SERAFINI, ob. cit. , p.14).

Com estas questões em mente, e diante da necessidade de se fazer uma escolha, optamos por falar em *clínica da terapia ocupacional*, considerando, também, que esta se insere no território que se denominou de *clínica ampliada*, justamente, para dar conta da articulação entre o sujeito e o social.

Disciplinas diversas vêm compondo o território do campo da saúde mental, entre elas, conforme referido anteriormente, a psicanálise, que além de nos ajudar a pensar acerca da estruturação psíquica, intrinsecamente relacionada ao que é da ordem do social, permite-nos refletir sobre o lugar que ocupamos diante do sofrimento e das diferentes formas de se habitar o tecido social (e do que podemos fazer com isto).

2.2.5 Da escolha e da responsabilização

Para refletir acerca das questões relativas às escolhas, em nossa prática de trabalho, e à responsabilização delas decorrente, tomamos o drama de *Antígona*, escrito por Sófocles há dois mil e quinhentos anos e abordado por autores diversos, entre os quais encontramos também Lacan.

Hannah Arendt (1993) nos lembra que a palavra *drama* vem do verbo grego *dran*, que significa agir, sendo a representação teatral uma imitação da vida, cujo assunto exclusivo é o homem e suas relações com outros homens. As reações provocadas pela ação de determinado homem constituem-se como causas de novos processos, novas ações com potencial de atingir e afetar tanto seu agente quanto os outros homens: “[...] o menor dos atos, nas circunstâncias mais limitadas, traz em si a semente da mesma ilimitação, pois basta um ato e, às vezes, uma palavra para mudar todo um conjunto” (ob. cit., p. 203).

Na mesma direção, Aristóteles, em sua *Poética*, aponta para a importância da ação na tragédia e, portanto, na vida dos homens:

A mais importante dessas partes [da tragédia] é a disposição das ações; a tragédia é imitação, não das pessoas, mas de uma ação, da vida, da felicidade, da desventura; a felicidade e a desventura estão na ação, e a finalidade é uma ação, não uma qualidade. Segundo o caráter, as pessoas são tais ou tais, mas é segundo as ações que são felizes ou o contrário. Portanto, as personagens não agem para imitar os caracteres, mas adquirem os caracteres graças às ações. Assim, as ações e a fábula constituem a finalidade da tragédia e, em tudo, a finalidade é o que mais importa (ARISTÓTELES, 1996, p. 36).

Aristóteles se refere ao drama como o que trata de fazer uma *mimesis* das ações humanas, caracterizando-se por uma abordagem do homem que age, e não do homem que é uma marionete dos deuses, não estando na condição de agir. O homem se encontra, então, no drama, com um certo efeito da sua ação.

A organização da *polis*, onde os homens precisam se responsabilizar por suas ações diante de outros homens passa a ter uma expressão que podemos ler na tragédia. Já não são somente os deuses que impõem as leis aos homens. Os próprios homens se impõem leis, que podem estar em condição de contradição com as leis dos deuses.

Feitas estas considerações, retornemos ao texto de Sófocles, que nos transmite a história da filha de Édipo (*Antígona*), ao procurar garantir ao irmão Polinices o direito aos

ritos funerários que lhe haviam sido negados pelo governante Creonte. Polínicês e Etéocles, irmãos de Antígona, morrem ao disputar o trono de Tebas. Seu tio Creonte, então, herdeiro do trono, sepulta Etéocles com as honras que lhe cabiam e nega sepultura a Polínicês, considerado, por ele, traidor. Deixa-o exatamente onde caíra, proibindo aos demais enterrá-lo. Antígona, colocando-se contra os desígnios do tirano, decide enterrar o irmão, garantindo-lhe sua *morte simbólica*, **escolha** pela qual se responsabilizará, mesmo lhe custando a própria morte. Antígona, então, existe, pois escolhe morrer a se subjugar à tirania de Creonte, garantindo, também, existência a Polínicês (que morre em defesa da *polis*, ou seja, da existência).²⁶

É, então, desde uma posição de “na-finda-linha”, lugar trabalhado por Lacan ([1959-1960] 1997, p. 330), a partir do drama de Antígona, para refletir acerca da condição do herói trágico diante da contingencialidade de uma escolha a ser feita, que pensamos se situar a questão da clínica em nosso cotidiano de trabalho. Para Lacan, tal posição se refere a um ponto extremo, uma zona limite entre a vida e a morte, onde um impasse ético se colocaria.

Nesse sentido, pensamos que, tanto o trabalho clínico, quanto o trabalho educativo envolvem um julgamento, uma escolha (mesmo forçada, como exemplifica Lacan, na escolha entre a bolsa e a vida²⁷), pela qual vai ser preciso responsabilizar-se. Lembramos, aqui, que a experiência da responsabilidade se dá sempre na relação com os outros e jamais a partir de um exercício narcísico. Entendemos que nossa escolha se relaciona com a função de nos colocarmos como uma espécie de guardiões da existência de um intervalo, ou seja, do espaço que se coloca entre o sujeito e o Outro, a bolsa e a vida, espaço, ao mesmo tempo, de enlaçamento e de distinção.

No momento em que se faz uma escolha, se está no terreno da ação (e não da contemplação)²⁸, no qual, simultaneamente, se tem um solo firme (da tradição, herança, ancestralidade) e um escorregadio (do que é novo, enigmático, imprevisível) onde pisar. E,

²⁶ Lacan trabalha, justamente, a idéia de que não se colem vida e existência. Quando fala em existência, refere-se à existência simbólica, enquanto a vida se relaciona à presença orgânica: *A vida é isto – um rodeio, um rodeio obstinado, em si mesmo transitório e caduco, e desprovido de significação.(...) Um sentido é uma ordem, isto é, um surgimento. Um sentido é uma ordem que surge. Uma vida insiste para entrar nele, mas talvez ele expresse algo de totalmente para além desta vida, já que quando vamos à raiz desta vida, e por detrás do drama da passagem para a existência, não achamos nada senão a vida conjugada com a morte. É aí que a dialética freudiana nos leva.* (LACAN, 1997, p.292)

²⁷ “Se escolho a bolsa, perco as duas. Se escolho a vida, tenho a vida sem a bolsa, isto é, uma vida decepada” (LACAN, [1964], 1988, p.201).

²⁸ Hannah Arendt (1993, p.332), coloca, ao se referir à era moderna, que se processa, na mesma uma passagem da ação à contemplação (enquanto traz que a ação e o discurso são as formas de existência e singularização dos seres humanos).

justamente, nesta tensão, vai se colocar o desejo, trazendo a possibilidade do novo, do que há de imprevisível e irreversível em toda a ação²⁹.

Pensamos que o que está em questão, nas indagações que, cotidianamente, levantamos, então, é algo que diz respeito a uma relevância mais ampla, uma amplitude maior, e não apenas à psicose, ou aos transtornos mentais graves, indo além da clínica, do universo empírico sobre o qual estamos nos debruçando. Lacan ([1955-1956] 1992), nesse sentido, estabelece uma relação entre transmissão e tradição. Ao mesmo tempo em que a transmissão se sustenta em uma tradição, implica em certa transposição, modificação da tradição. Se o sujeito aprende algo, aquilo que ele aprende já introduz, na tradição, uma diferença.

Ao se perguntar, então, acerca de como se dá a transmissão de algo, Lacan ([1955-1956] 1992) coloca uma questão que consideramos bastante pertinente ao campo da educação, ou seja, o que opera uma transmissão, o que faz com que uma transmissão aconteça? Lacan vai construindo sua resposta no sentido de que se trata “com efeito, de uma realidade estruturada pela presença de um certo significante que é herdado, tradicional, transmitido – e como? É claro, pelo fato de que, em torno do sujeito, fala-se”. (LACAN, ([1955-1956] 1992, p.283).

Trazemos tais considerações, que se relacionam com os temas da interdisciplina (clínica e educação), da ética e responsabilização, para contextualizar a direção de reflexão que tomamos: posicionamo-nos um pouco porque queremos, mas, também, porque “podemos”. Não se trata, portanto, de uma prescrição, mas do que se pode fazer neste intervalo entre o ancestral, as referências que portamos e o que não “dominamos”, o que “podemos” fazer com o que nos é transmitido, nesse plano que é da ordem de uma contingência. Fazemos nossa escolha, portanto, no sentido de zelar pela existência de um espaço intervalar, sem suspender os enigmas que nos convocam à ação.

²⁹ A ação, aqui, é tomada desde a perspectiva de Hannah Arendt, no sentido de conceituá-la como o que se dá entre os homens, sendo, portanto, sua condição a pluralidade, através da qual se cria a possibilidade da história, que depende, inteiramente, da presença de outros homens (ARENDR, 1993, p. 31).

2.2.6 Do *fazer*, do vazio e da responsabilidade

É pensando na questão da contingência, como motriz de um *fazer*, que se efetiva em um espaço intervalar, que lemos o que coloca Lacan ([1964] 1988, p. 200), em relação ao *não-senso*, no sentido de ser o espaço articulador entre o sujeito e o Outro, um espaço “vazio”. Ao longo de sua obra, Lacan põe, justamente, o vazio no centro de todo argumento. Talvez um vazio um tanto quanto paradoxal, pois não se trata exatamente de um *nada*, mas sim de um buraco que tensionará e terá como bordas a relação entre a tradição e a possibilidade de criação de algo novo.

Lebrun é um dos autores que se refere a este lugar que não é totalmente garantido por ninguém, ao vazio, ao ponto de impossibilidade. Em uma passagem, utiliza-se da metáfora da cicatriz para representar o movimento necessário de se fazer algo a partir deste ponto:

Representemos aqui nossa afirmação dizendo que esse ponto não pode ficar aberto, hiante; convém que, de uma certa forma, esse orifício seja cicatrizado, que se torne um umbigo para que se produza um arranjo que não deixe o futuro sujeito completamente à deriva com relação ao sistema linguageiro, ou em risco de ser engolfado no mundo materno (LEBRUN, 2004, p. 30).

Mais adiante, no mesmo texto, adverte para a importância de que furo e tampa estejam em certa relação, uma vez que o furo manter-se-á como algo impossível de suturar, e a tampa dispor-se-á de maneira a evitar o efeito similar ao de uma corrente em turbilhonamento.

Sublinhemos imediatamente que estamos lidando com um duplo movimento: de um lado, a necessidade de apelar ao pai para se organizar diante do vazio originário, a fim de não deixar hiante um furo no qual se arriscaria ser engolfado; de um outro lado, não obturar esse furo de maneira tal que seja completamente eludido; ele é como a casa vazia do jogo de “resta um”, ou de passa-passa que permite que o jogo possa acontecer (LEBRUN, ob.cit., p. 31).

A este duplo movimento, Lebrun atribui a função do pai, ou seja, a de, ao mesmo tempo, deter a possibilidade de um engolfamento e permitir certa confrontação com o furo, com o vazio, no sentido de viabilizar a convivência com ele, que, conforme referido acima,

“[...] é o que permite que o jogo possa acontecer”. Lebrum aponta que se trata, justamente, em relação à função paterna, de “[...] *estar ali não estando ali demais*” (ob. cit, p. 31, grifo nosso).

2.2.7 Da inserção e da inscrição

Questões diversas se colocam em nosso cotidiano de trabalho e pesquisa, tensionando-o. Uma delas, referimos, aqui, como, precisamente, a não equivalência, mas sim, a relação entre *inserção social* e *inscrição psíquica*, ou uma reflexão acerca do lugar desde o qual nos posicionamos, quando pensamos na problemática da inserção social.

Muito embora não seja esta objeto de nosso estudo de dissertação, em função de sua relevância e potencial de adensar nosso problema, decidimos inseri-la nesta coleção/*caminhamento*, para com ela tensionar.

No trabalho com as psicoses, inúmeras vezes, nos encontramos com a perspectiva do quanto poderia ser interessante, para um determinado sujeito, publicizar uma produção, na direção de lhe possibilitar algo da ordem de uma inserção social. Muitas vezes, porém, não é possível sustentar os efeitos que uma publicização implicaria. A idéia da inserção (social) e da inscrição (psíquica) coloca-se, assim, como uma questão delicada.

No cotidiano do trabalho, com alguma regularidade, encontramos-nos com um discurso que garante que o sujeito, ao se colocar como cidadão, terá sua palavra reconhecida. Entendemos que produzir uma inscrição psíquica, porém, nem sempre vai passar pela condição do exercício da cidadania, tal como se coloca no imaginário de nosso discurso social (podendo, justamente, se desviar dela).

Aqui, pensamos em Gislaine, paciente do caps há alguns anos, avaliada, pela equipe de trabalho, como alguém bastante *capaz*, o que gerou insistentes encaminhamentos a cursos, inclusive profissionalizantes. A cada tentativa, sucedia-se um fracasso, no sentido de provocarem-se, para ela, justamente, situações de exclusão, sensações de estranhamento e precipitação de momentos de crise. Foi preciso iniciar e sustentar um trabalho (além de seu atendimento clínico) mais “lento” para que pudesse, de certa forma, suportar os efeitos (ou o que entendia como a ausência de efeitos) de suas produções no tecido social. Voltaremos a falar de Gislaine ao longo da escrita deste trabalho.

A esse respeito, encontramos uma passagem de Andréa Guerra, ao se referir às possibilidades de transformação subjetiva em um trabalho em oficinas terapêuticas:

Transformação subjetiva não se opera simplesmente pelo intercâmbio social, pela transformação do ocioso em trabalhador ou pelo indício da possibilidade de acúmulo de riquezas ou do exercício da cidadania. Assim, não basta que se produzam objetos materiais, circuláveis qualitativamente e vendáveis no mercado para que haja realmente algum deslocamento de posição quanto ao participante de uma oficina. Certamente as trocas através das relações intersubjetivas produzem efeitos, inclusive “terapêuticos”, se se pensa na possibilidade de circulação social do participante e no trabalho sobre o imaginário popular constituído sobre o que é a loucura. Porém, para que haja algum tipo de arranjo subjetivo com vistas ao estabelecimento do laço social na psicose, é preciso que algo do sujeito, de seu *savoir-faire* com o adoecimento psíquico, seja fisgado e transformado em atividade sobre um objeto qualquer, produzindo nele uma densidade simbólica³⁰ GUERRA, 2000, p. 259) .

Ser reconhecido, portanto, em um lugar fálico por conta da publicização de uma produção, pode funcionar como uma injunção, não sendo possível suportar os efeitos deste reconhecimento. Às vezes, um sujeito, em uma condição psicótica, pode vir a produzir algo do qual vai, justamente, precisar se desfazer depois. Ao nosso ver, constitui-se, aqui, um certo impasse para nossa intervenção: será necessário preservar a produção ou autorizar seu desaparecimento?

Se, por um lado, nosso trabalho vai na direção de que algo se inscreva, que permaneça, por outro, tenderíamos a pensar que o que está em jogo, então, é, precisamente, a necessidade de se produzir uma certa perda, para que o que for da ordem de uma acumulação possa se deslocar na direção de uma experiência narrativa.

Seguindo nessa direção, salientamos que a relação da loucura com o social tem sido objeto de reflexão de vários autores, não necessariamente no sentido de resolvê-la, mas sim, de problematizá-la ainda mais. Esta posição nos interessa neste trabalho, pois conserva os enigmas que a alteridade coloca, sem procurar respondê-los, obturando-os. Neste sentido, coloca Lobosque (2001) que:

O social, nas suas várias formações, é aqui um espaço que se faz indispensável considerar – posto que o embate com a psicose lhe traz problemas e questões, que podem ser tratadas de maneiras muito diferentes: podem ter como efeito a recusa, com a conseqüente dureza da segregação; ou a pergunta aceita, com a problematização inevitável que se segue (LOBOSQUE, 2001, p. 97).

³⁰ Retomaremos ao tema da *densidade simbólica* do objeto mais adiante neste trabalho.

Pensamos que, ao não acolhermos esse tipo de tensionamento, presente em nosso cotidiano de trabalho, na medida em que se pode colocar uma muito tênue fronteira entre a inserção social e o apagamento da diferença, corremos o risco de produzir algo que vai na direção de uma homogeneização do espaço social. Pelbart (1993), ao redigir um de seus ensaios sobre o tempo da loucura, tensionando, justamente, a relação da *sociedade sem manicômios* com as estratégias de homogeneização do social, nos pergunta: “Quando os loucos já forem nossos vizinhos pacíficos e estiver diluída sua singularidade, o que restará da loucura, ou melhor, da dimensão desarrazoada que até hoje tem sido monopólio quase que exclusivo dos próprios loucos?” (ob. cit., p. 104).

Problematizando ainda mais, e nos aproximando, simultaneamente, da inseparabilidade entre o sujeito e o social, ou o Outro, desde a perspectiva lacaniana, trazemos a leitura que faz Julien acerca do que foi considerado cura, por Freud, no caso *Schreber*³¹, ou seja, que este teria se curado por ter publicado (ou publicizado) suas memórias³². Diz Julien:

Então, em sua prática clínica da psicose, é importante que vocês destruam a fronteira entre o psíquico e o social. Vejam o que a prática analítica da psicose nos ensina: não procurem êxito na vida privada com o psicótico, vocês fracassarão. Estou de acordo com Lacan neste ponto. É uma falsa separação, o psíquico de um lado e o social de outr. (JULIEN, 1999, p. 71).

E, nesse mesmo caminho, Ana Costa vai colocar que:

[...] se por um lado não há um eu sem inscrição social, por outro, não há código sem singularidade. O que quer simplesmente dizer, tanto que o social está representado no sujeito, quanto o sujeito o está no social (COSTA, 2001, p. 93).

³¹ FREUD, Sigmund. [1911] Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (dementia paranoides). In: Ed Standard das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

³² A questão da publicização tornará a aparecer ao refletirmos acerca do endereçamento, desde a psicanálise e ao trazeremos a escrita da experiência.

2.2.7.1 Da clínica *ampliada*

É pensando, portanto, na dissimetria entre o sujeito e o Outro que tomaremos a questão da *clínica ampliada*, na qual se encontram articulados o trabalho clínico e o político, a clínica e a política, o sujeito³³ e a cidadania. Seguindo Lobosque, não é de uma “feliz combinação” que se trata tal associação, mas sim de se poder pensar sobre uma articulação possível, a partir de uma outra concepção, uma vez que estes termos “[...] não combinam em absoluto, [...] não se complementam; eles pertencem a campos heterogêneos” (ob. cit., p. 132-133). Para a autora, o que está em questão, é, precisamente, poder formular essa equação, advinda do “problema” que o trabalhador de saúde mental se coloca ao utilizar o referencial psicanalítico em sua prática clínica.

[...] para pensar a heterogeneidade entre estes dois campos – sujeito e cidadania e, por conseguinte, psicanálise e política – não nos podemos contentar com as habituais contraposições entre individual e coletivo, singular e universal, público e privado; todas estas duplas trazem implícita a idéia de uma certa correspondência entre seus termos, onde um deles responderia pelo que está ausente no outro. Como resgatar, então, num outro registro, este *e* da expressão tão assídua em nosso discurso, “sujeito *e* cidadania”? Como estabelecer este elo, cuja necessidade se coloca para definirmos as questões da saúde mental? Pois, se as questões da saúde mental têm alguma especificidade, se pretendemos fazer aqui algo mais que uma superposição heteróclita de discursos e práticas, a especificidade buscada residirá talvez nesta operação: pensar ambos os termos, sujeito e cidadania, levando em conta a relação de *descontinuidade* que guardam entre si (LOBOSQUE, ob. cit., p. 134-5, grifos do autor).

Palombini (2007), refletindo acerca da relação entre subjetividade e cidade, reforça a idéia da heterogeneidade dos campos, insistindo que não se trata, também, entre eles, de uma complementaridade. Tal relação nos remete ao que Lacan trabalha, em *Lituraterra* ([1971], 1986), no sentido da diferença entre fronteira e litoral: tratar-se-ia, no primeiro termo de uma ausência de solução de continuidade entre os campos, limitados, apenas por um marco de ordem simbólica. Já no último, estariam em questão dois campos heterogêneos limitados, “sulcados” por uma borda, a qual o autor chamará de *letra*. O interessante, aqui, é

³³ Lobosque (2001) enfatiza que o sujeito, aqui referido, é o sujeito que a psicanálise pensa, o sujeito do inconsciente (ob. cit., p. 133).

pensar que, seguindo Lacan, nem os campos, nem a letra, são pré-existentes, ou seja, cada um produz e é produto do outro, em simultaneidade.

Pensamos ser a partir dessa noção de heterogeneidade, que Palombini (2007), acerca dos campos da clínica e da política, vai nos dizer que:

A idéia de complementaridade, aqui, não pressupõe uma homogeneidade entre esses pólos, entre a clínica e a política, de forma que a sua soma pudesse abarcar a totalidade do campo da reforma, mas antes se refere à necessária articulação entre saberes plurais, na perspectiva inter ou transdisciplinar que implica a afetação recíproca entre os saberes e onde a ignorância, o insabido, igualmente faz função. A polaridade, contudo, insiste ainda, sob novas formas, quando um ou outro desses saberes pretende impor sua hegemonia ao conjunto heterogêneo de teorias, pensamentos e práticas que constitui o campo da reforma, sob o pretexto de que tal hegemonia visa o alcance da boa ‘clínica’ ou da boa ‘política’ – aquela que, fiel aos princípios da reforma, viria assegurar o êxito de sua realização (PALOMBINI, ob.cit., p. 10).

Entendemos que esse tema, da relação entre a clínica e a política, o sujeito e a cidadania, a subjetividade e a cidade, tem sido largamente pesquisado por autores que vêm se debruçando sobre o processo da Reforma Psiquiátrica e seus desdobramentos no Brasil (Guerra, 2004, Lobosque, 2001, Palombini, 2007, entre outros), não sendo este o foco de nosso trabalho.

Entretanto, gostaríamos de salientar que nosso referencial de trabalho, no campo da saúde mental, é fruto do engajamento de pessoas comprometidas com os pressupostos da Reforma Psiquiátrica no Brasil, não no sentido de algo pronto e estabelecido como norma a seguir, mas sim (e justamente) na direção de uma *clínica ampliada* que carrega, com sua denominação, um processo de permanente construção. É nesse território, de práticas, conceitos e embates, que se origina e caminha (nem sempre na mesma direção) o trabalho que desenvolvemos no Caps Cais Mental Centro³⁴.

Apesar de não nos propormos, nesse momento, a refletir mais verticalmente acerca do conceito de *clínica ampliada*, tal como a ele nos referimos, consideramos de fundamental importância explicitarmos, aqui, que é a esta posição que nos remetemos, ao pensar nosso trabalho clínico, em terapia ocupacional, com sujeitos psicóticos. Embora entendamos que o termo *clínica ampliada* vem sendo utilizado, pelos trabalhadores do campo da saúde mental,

³⁴ Destacamos, aqui, dentre vários colegas da equipe do Cais, nossa coordenadora-fundadora, Maria Cristina Carvalho da Silva, que esteve à frente deste projeto de trabalho por dez anos, até ser remanejada para um outro serviço da Secretaria Municipal de Saúde da cidade de Porto Alegre.

desde a perspectiva que abordamos anteriormente, optamos por utilizar, em nossa escrita, apenas o termo *clínica* (da terapia ocupacional), justamente, por concebermos que este já deve trazer, ao ser enunciado, a relação entre o sujeito e o social. Abrimos mão, desta forma, da redundância que poderia decorrer do uso do termo *ampliada*.

Salientamos que é precisamente a relação entre heterogêneos dissimétricos, esse certo desencontro presente constitutivo, que sustenta a existência de um campo vivo, dinâmico, aberto, nunca totalmente apreensível, domesticável ou que possa se pretender completo. É por isto, também, que nos propusemos a falar a partir de um recorte, de uma das tantas facetas das questões que se colocam em nossos *caminhamentos* de trabalho.

2.2.8 De alguns conceitos

2.2.8.1 Do compartilhamento, testemunho e endereçamento – considerações acerca das psicoses

Em nosso projeto de dissertação, nos perguntávamos, também, acerca do lugar do testemunho e do endereçamento no trabalho com sujeitos psicóticos. Seria a função do testemunho viabilizar ou produzir as “condições” de um endereçamento possível? Um espaço de trabalho em oficinas, onde a produção de algo material está em jogo, poderia acionar estas “dimensões”? De que forma? Para contemplar tais questões, em nossa tessitura, colecionamos³⁵ alguns conceitos, a partir da leitura que fizemos da questão da estruturação psíquica e seu recorte, na psicose, desde a psicanálise.

Começamos por Lacan, em seu seminário sobre as psicoses, quando estava, justamente, formulando a idéia do Outro (grande Outro) como o lugar do simbólico, da linguagem, do código, sem o qual não haveria cultura. O Outro, grafado em maiúscula, foi adotado para mostrar que a relação entre o sujeito e o grande Outro é diferente da relação com o outro simétrico, especular.

Simultaneamente, no mesmo seminário, Lacan trabalha a questão do imaginário, como o que se precipita, deste Outro, no sujeito:

³⁵ Não se trata, aqui, de uma pura acumulação, mas de algo que já porta uma dimensão narrativa.

O primeiro, o outro com a minúsculo, é o outro imaginário, a alteridade em espelho, que nos faz depender da forma de nosso semblante. O segundo, o Outro absoluto, é aquele ao qual nós nos dirigimos para além desse semblante, aquele que somos forçados a admitir para além da relação da miragem, aquele que aceita ou que se recusa na nossa presença, aquele que na ocasião nos engana, **aquele ao qual sempre nos endereçamos** (LACAN, [1955-1956]1992, p. 286-7, grifo nosso).

A primeira operação de estruturação psíquica do sujeito vai ser, portanto, fazer uma espécie de circunscrição do que é completamente indeterminado, no campo do Outro, no sentido de que algo, deste campo, se dirija a ele (sujeito). Introduce-se, desta forma, no sujeito, a dimensão da falta, experienciada de forma transitiva, no momento em que é situado como objeto da demanda do Outro.

A falta, desta forma, aparece, primeiramente, no campo do Outro, sendo experienciada, pelo sujeito, de forma transitiva. A operação de se demandar algo, do sujeito, só se efetiva pelo fato do Outro ter se colocado “em falta”. Trata-se da primeira operação de entrada no campo da linguagem: esse corpo, antes puro organismo, transforma-se em objeto, a partir de algo que lhe é especificamente dirigido. Nesse sentido, Laia (2001) coloca que:

Encontraremos, portanto, a afirmação lacaniana de que o homem, antes de falar, já é falado desde um Outro lugar, diverso daquele em que ele se encontra, falado a partir de um campo que – para ressaltar a diferença com relação ao sujeito e aos outros que não deixam de lhe ser próximos, aos seus ‘semelhantes’ – Lacan chama de campo do Outro (LAIA, ob. cit., p. 141).

Entendemos que Lacan, neste sentido, refere-se à defesa, desde a psicanálise, enfatizando que a mesma “[...] dirige-se contra uma miragem, um nada, um vazio e não contra tudo que existe e pesa na vida” (ob. cit., p. 246). Ana Costa (1998) vai pensar, então, na relação dissimétrica, entre o sujeito e o Outro, que entendemos ser o que provoca a fundação do que é da ordem de um *entre-lugares*:

[...] entre o Sujeito e o Outro existe uma tensão constante. Essa tensão é responsável por uma diferença de lugares – uma dissimetria – criando-se, assim, a necessidade de uma versão. O sujeito é construído por essa versão em que ele tematiza, sem saber, sua ligação com o lugar do Outro. Essa construção emerge a partir de uma referência temporal, desse sentido do Outro que está antecipado à condição de apropriação do sujeito (COSTA, ob. cit., p. 49).

O primeiro tempo da estruturação psíquica implica, portanto, uma tomada de posição na alienação e, na seqüência lógica do processo, a constituição de estratégias de defesa contra ela. Ana Costa, trabalhando o conceito de alienação, em Lacan, salienta que a mesma “se fundamenta na suposição de que toda afirmação do lado do sujeito parte de algo compartilhado, do que ele tem em comum com o Outro” (ob. cit., p. 54). Para se separar, é preciso ter sido incluído no desejo do Outro.

Acerca da introdução, então, do humano na ordem simbólica, a partir da leitura do *Projeto*, de Freud, Garcia-Roza (2001) ilustra:

Se um recém-nascido premido pela fome chora e agita os braços e as pernas essas respostas motoras não são eficazes para a eliminação do estado de estimulação na fonte corporal. Essa conduta, considerada em si mesma, é ineficaz para a obtenção do alimento; no entanto, em se tratando do recém-nascido humano, ela se inscreve num outro registro, o da comunicação por sinais, e aparece como demanda, demanda do Outro, deixando de ser um mero *behavior* ineficaz para se constituir numa forma de introdução do sujeito na ordem simbólica. O choro é ouvido pelo próximo como demanda, e na medida em que essa demanda é atendida, ela passa a fazer parte da troca simbólica, especificamente humana” (GARCIA-ROZA, 2001, p. 130).

Desta forma, devido à prematuridade e fragilidade do ser humano, ao nascer, faz-se necessária a presença e auxílio de um outro que, ao interpretar o mal-estar do bebê, procura saná-lo: “Se assim é, a ajuda externa não se reduz à satisfação da necessidade, *ela introduz o sujeito na ordem simbólica.*” A demanda do bebê é, então, dirigida ao Outro, no momento em que “[...] o destinatário é a ordem simbólica e não o outro especular” (Garcia-Roza, ob. cit., p. 133).

Entendemos, dessa forma, que o apelo, ao ser dirigido ao sistema simbólico e não ao outro semelhante (que, neste caso, seria a mãe, ou quem presta os cuidados maternos ao bebê), insere o sujeito na ordem da linguagem, na relação ao Outro. O bebê, então, apela ao sistema simbólico, só podendo realizar tal operação, entretanto, se o outro semelhante estiver ali, como um “passador” (ao Outro). O que faz, portanto, com que a demanda se dirija ao Outro é que o semelhante se constitua como um “passador”.

A partir dessa relação (dissimétrica) do sujeito com a ordem simbólica, Laia conclui que “Não foi, então, sem razão, que Lacan definiu ainda o inconsciente como ‘o discurso do Outro’, como esse linguajar tramado em um lugar ao mesmo tempo heterogêneo e estruturante para o sujeito” (ob. cit., p. 142).

É de outra ordem, entretanto, o que observamos, muitas vezes, no discurso dos sujeitos psicóticos. Não raramente, nos encontramos com pessoas que se colocam como os únicos destinatários possíveis das produções destes sujeitos. O que se observa, na estruturação psicótica, é uma demanda dirigida ao outro (semelhante), que se coloca como o único e último destinatário e possível acolhedor da mesma. Percebe-se que a estratégia, na psicose, não será a de constituir um saber para dar conta disso que o Outro quer, constituindo-se, então, um saber totalizante, no momento em que não há relação com a falta.

No trabalho com a psicose, entendemos estar em questão um exercício que tem a ver com a impossibilidade de constituir um saber parcial acerca do Outro, de se separar dele, uma vez que, como coloca Palombini (2004), na psicose, não há “[...] inscrição psíquica, simbólica da castração”(ob. cit., p. 36). A autora segue, dizendo que, em função disto, “não se sustentam as descontinuidades, os vazios que marcam a diferença entre o eu e o Outro, diferença que possibilita ao eu deslocar-se da posição de objeto de desejo do Outro primordial, tornando-se sujeito de seu próprio desejo” (ob. cit., p. 36). Sem esse corte, então, o sujeito habitaria (ou seria) tudo e nada, ao mesmo tempo.

Na medida em que o sujeito não consegue, portanto, eleger um saber que dê conta da demanda do Outro em relação a ele, acaba correndo sempre o risco iminente de nele se perder. Vai procurar, então, constituir um saber totalizante, para se proteger dessa perda. Talvez a estrutura do delírio nos fale um pouco disto, no sentido de não estar nele comportado o que é da ordem da dúvida, da falta, propondo como equivalentes a representação e a coisa representada.

Neste sentido, Lacan, referindo-se a Schreber, exemplifica:

Num sujeito como Schreber, as coisas vão tão longe que o mundo inteiro está tomado nesse delírio de significação, de tal modo que se pode dizer que, ao invés de estar só, quase nada há de tudo que o cerca que, de certo modo, ele não seja. Em compensação, tudo o que ele faz existir nessas significações é de alguma maneira vazio dele próprio (LACAN, [1955-1956] 1992., p. 95).

A partir daí, pode-se ter uma idéia acerca da simultaneidade, na psicose, da plenitude (o tudo e o nada), ou seja, um delírio que abrange tudo, ao mesmo tempo em que as significações por ele produzidas permanecem vazias de sujeito. Estando na lógica do todo, da pura presença, não há como inscreverem-se as marcas, registrar-se no simbólico, e, como

defesa, infla-se a dimensão do imaginário, das equivalências, das significações mais estáveis, mais cristalizadas.

De que forma seria possível, então, para o sujeito, a experiência de distanciamento, ou melhor, de separação de sua produção? Lacan (ob. cit., p. 246) diz que o psicótico ama o delírio como a si mesmo, não havendo tal separação. É como se, na psicose, o lugar da enunciação, do eu que fala, equivalêsse ao do enunciado, do eu que é falado, colando-se um ao outro. Diz Lacan:

O Outro, com A maiúsculo³⁶, eu lhes disse que ele estava excluído, enquanto detentor do significante. Por isso ele é tanto mais potentemente afirmado, entre ele e o sujeito, no nível do outro com minúscula, do imaginário (LACAN, ob. cit., p. 221).

Referindo-se a Schreber, ainda nessa direção, segue:

Temos a impressão de que é na medida que ele não conseguiu, ou perdeu esse Outro, que ele encontra o outro puramente imaginário, o outro diminuído e decaído com o qual não pode ter outras relações que não as de frustração – esse outro o nega, literalmente o mata. Esse outro é o que há de mais radical na alienação imaginária (LACAN, ob. cit., p. 238).

O Outro, portanto, não é um ente (com vontades) e sim uma rede de significantes (mais ou menos) em relação. No entanto, observamos, na psicose, a necessidade, pela fragilidade da organização simbólica, de imaginarizar o Outro em um outro, como uma ancoragem possível, como alguém, ou algo que organizaria o mundo, para além desse sistema vazio de significação. Não nos iludamos, como lemos, na citação acima, “esse outro o nega, literalmente o mata.”

Entendemos que é neste lugar que o sujeito vai procurar encontrar a pessoa que com ele trabalha (analista, terapeuta, educador) e será para onde remeterá suas produções (verbais ou materiais). Apesar disto, embora essa seja a modalidade de relação transferencial que se coloca, acreditamos que o trabalho acontece no sentido de se tentar provocar que determinada produção possa vir a ser endereçada. Para que um endereçamento se produza, será necessário ocupar, na transferência, um lugar de “passador”.

³⁶ O “A maiúsculo”, aqui, refere-se ao *Autre*, do original, em francês.

Ao se referir aos mecanismos que estão em jogo, na psicose, buscando a dinâmica que a especifica, Lacan, porém, adverte:

Na ordem do imaginário, a alienação é constituinte. A alienação é o imaginário enquanto tal. Não há nada a esperar do modo de abordagem da psicose no plano imaginário, pois o mecanismo imaginário é o que dá a sua forma à alienação psicótica, mas não sua dinâmica (LACAN, ob. cit., p. 169).

Se, como coloca Lacan, é sempre ao Outro que nos endereçamos, como construir um endereçamento, uma vez que o outro (semelhante) acaba atualizando seu absoluto (do Outro)? Entendemos que o registro, a inscrição psíquica se dá quando determinada produção, após atravessar, após rodear o campo do Outro, retorna, deste encontro, ao sujeito que a produziu. A partir, portanto, de uma posição auto-referenciada, não há inscrição possível. Em outras palavras, podemos considerar que é no ponto de chegada que uma inscrição se faz.

O Outro, então, opera como um ponto de referência simbólica, a partir do qual, Lacan dirá, cada sujeito recebe sua própria mensagem, ou seja, a fala que o sujeito emite, e que produz um efeito sobre os outros, só assume sua efetividade na medida em que é sancionada pelo Outro, o que faz portanto com que o sujeito receba sua própria mensagem sob forma invertida. Assim, através do Outro, o sujeito é constituído em sua própria enunciação, que lhe retorna transformando-o. Sem o Outro, os outros permaneceriam absolutamente em errância e suas falas jamais poderiam produzir efeitos de sujeito, uma vez que estariam condenadas a permanecer aquém da significação de seu ser, assumindo, na melhor das hipóteses, uma estrutura de alusão, em um cercamento infundável de um sujeito irremediavelmente não nascido (FREIRE, 2001. p. 46).

Saindo, um pouco, do terreno mais específico da psicose, nos indagamos, novamente, acerca de quem seria, então, o destinatário de uma produção. Ana Costa volta a enfatizar a dissimetria entre o sujeito e o Outro, impossível em se tratando de uma relação eminentemente especular. Esta relação, na medida em que não comporta o absoluto de um encontro, funda, nesse *entre-lugares*, o espaço da ficção.

Desde que o campo humano depende da significação, o lugar da “relação” é ocupado pela ficção, na medida em que não é possível um encontro absoluto entre sujeito e Outro. Como é uma resultante relacional, esta ficção não tem a propriedade de ser uma construção individual, senão que precisa adquirir o caráter de uma certa construção coletiva” (COSTA, ob. cit., p. 29).

Mais adiante, no texto, Ana Costa vai retomar o tema da ficção como resultante “coletiva” deste encontro/desencontro entre o sujeito e o Outro. Traz, agora, neste sentido, a questão da *ficção compartilhada*, afirmando que “Para que tenhamos palavras torna-se necessário que tenhamos ficções com estatuto de verdade. O que permite esse estatuto é o reconhecimento do outro” (ob. cit., p. 76).

Pensamos que, quando falamos em reconhecimento³⁷, nos referimos a algo que opera no plano imaginário, relacionando-se, portanto, ao outro, ao semelhante, e produzindo, assim, uma espécie de relação em espelho, à estrutura do outro no espelho. Se consideramos, desta forma, a diferença que há entre reconhecimento (isso que o sujeito dirige, como um pedido, ao outro semelhante) e endereçamento (algo que o sujeito produz no laço com o Outro), ressaltamos que um objeto só ganha estatuto de produção quando encontra, nesse universo do Outro, um lugar de inscrição.

Lembramo-nos, aqui, do filme, *O zero não é o vazio*, de Andrea Menezes e Marcelo Masagão, através do qual acompanhamos as tentativas de seus “personagens”, a partir da escrita, construir algo que desse conta dos impasses da condição de laço com o Outro, do ordenador do mundo³⁸. Trata-se de um filme-documentário, realizado a partir da experiência, da psicanalista Andréa Menezes, na condução de uma oficina de escrita em um caps de São Paulo. Os “personagens” do filme são, em sua maioria, sujeitos acompanhados nesta oficina, que nos contam, um pouco, através dele, sobre sua relação com a escrita.

A escrita aparece, então, no filme, como um recurso de tentar escrever o que não está inscrito, constituir um lugar desde o qual falar e ser reconhecido, um traço. Como Márcia, uma das “personagens” do filme, que “não se cansa de escrever sua história, que, aos

³⁷ Apontamos, aqui, uma diferença entre as palavras *reconhecimento* e *compartilhamento*, no sentido de entendermos que, esta última parece nos remeter a algo sempre implicado no *endereçamento*.

³⁸ *Função paterna*, para a picanálise.

poucos, vai produzindo marcas no elegante bairro de Higienópolis”. Ou, o *Condicionado*³⁹, que procura “marcar o papel com sua caneta na busca de que um traço original permaneça”⁴⁰.

Assistimos, no filme, as tentativas de constituição de algo da ordem de um endereçamento, quando o que aparece são lugares quase anônimos: as produções não são dirigidas imaginariamente a alguém, ou a um Outro, mais ou menos, recortado, mas sim, para quem passar por elas.

Sobre o processo do filme, Andréa Menezes nos conta que:

Não queríamos documentar, retratar, identificar, tínhamos apenas uma pergunta: Qual a relação dessas pessoas com a escrita? Nesse sentido o filme foi o trabalho de situar essa pergunta, sem no entanto respondê-la (MASAGÃO e MENEZES, 2005, p. 51).

Trazemos, também, tal exemplo, para pensarmos na questão da *reabilitação psicossocial*, ou da *inserção social*, sobre a qual discorreremos brevemente. Entendemos que, no filme, cada um tenta alçar sua escrita a um lugar de inscrição, através de estratégias bastante diferentes do que se espera, imaginariamente, em termos de homogeneização com o tecido social (como algo imprescindível a qualquer possível compartilhamento da realidade).

Consideramos se tratar, neste filme, justamente, da construção de endereçamentos possíveis e não propriamente da busca de um reconhecimento imaginário, trazendo, talvez, à cena, dimensões singulares de inserção social. Construir um endereçamento, estar referido ao campo do Outro, nem sempre vai passar pela via da inserção em homogeneidade ao campo social.⁴¹

Podemos pensar que o que está em questão, no filme, é uma aposta na possibilidade da construção de narrativas, composição difícil para quem as palavras, praticamente, não se separam do corpo. Dito de outro modo, talvez se trate da necessidade de se produzir um

³⁹ Assistindo o filme, parece-nos que, tanto Márcia, quanto o *Condicionado*, escrevem na rua, e não no âmbito da oficina de escrita do caps.

⁴⁰ Trechos do filme *O zero não é o vazio*.

⁴¹ É possível pensar, desde este exemplo, no enlaçamento singular que cada um pode construir com o campo do Outro, não sendo possíveis generalizações, ou idealizações, a respeito da inserção social ou da reabilitação psicossocial.

diferencial, um traço que separe o corpo do sujeito da invasão do Outro, que instaure a relação dissimétrica entre o sujeito e o Outro, fundando o *entre-lugar* da ficção, da criação.

Consideramos que há outro elemento na composição deste filme: a busca de se constituir um espectador, ou um leitor. É preciso que alguém se interesse pela produção de cada um e a dirija ao campo do Outro, o que poderia ser, justamente, uma espécie de efeito da produção e projeção do filme. É a própria Andréa Menezes quem diz:

Durante anos fui acumulando escritos; os pedacinhos de papel retirados dos maços de cigarros fumados por Orlando, que em determinado momento me tomou por depositária de suas letras. Escritos muitas vezes ilegíveis e que por um desvio da rota que os levava sempre a lata do lixo, foram parar em minhas mãos (MASAGÃO e MENEZES, ob. cit., p. 51).

Menezes segue:

Foi surgindo a necessidade de me livrar daquelas letras, de me separar delas e assim, talvez poder passar para outra coisa, mas não podia simplesmente jogá-las fora. Talvez estimulada pelo desejo de Gregório de se ver sendo visto e pelo interesse de Marcelo pelas escrituras, pensamos na possibilidade de fazer um filme (MASAGÃO e MENEZES, ob. cit., p. 51).

A autora nos fala, desta forma, dos efeitos, na transferência, sofridos por ela, no trabalho, e do que é possível fazer com eles, no sentido de fazer passar os elementos dos quais se sente depositária.

Entendemos que, quando determinado produto não encontra endereço, pode ficar preso a um circuito auto-erótico, colocando-se um movimento que se esgota na produção mesma. É como se uma máquina, e não um sujeito, estivesse, aqui, em questão, não se construindo, assim, qualquer possibilidade de um endereçamento. Trata-se, precisamente, da idéia de um automatismo, do qual o sujeito estaria excluído.

Trilhando esse caminho, o da possibilidade de que um endereçamento, na psicose, se constitua a partir do interesse e “direção”, passagem, de determinada produção ao campo do Outro, ou seja, da presença de alguém que faça esta função, pensamos, novamente, em Ana Costa (1998) que aponta, justamente, para o fato de que a verdade e o real “[...] dependem de uma ficção compartilhada [...]” (ob. cit., p. 76). Para que nossas ficções adquiram o estatuto de verdade, é preciso o reconhecimento do outro, tema trabalhado pela autora:

Podemos cercá-lo de dois lados: naquilo em que ele mostra sua face imaginária, sendo responsável pelo amparo do eu na imagem do semelhante; ou sua face simbólica, onde as produções de sujeito ganham amparo na circulação fálica, naquilo em que essas produções podem estar referidas a um determinado traço simbólico qualquer (COSTA, ob. cit., p. 101).

A autora trabalha, então, com a tragédia de Hamlet, para pensar, ao nosso ver, a questão da função do testemunho e sua relação com o endereçamento:

Nas passagens em que Lacan se detém na análise de Hamlet [...], a grande indagação é de por que Hamlet não produz seu ato, do qual não tem nenhuma dúvida de precisar produzir. Então, a dúvida não se situa do lado do ato em si. Lacan a coloca do lado do ser, ou seja, de Hamlet ter perdido o lugar desde onde produzir tal ato.

Por todo o texto, Hamlet vai vagar por esse infinito, sem amparo de um lugar desde onde possa produzir seu ato. Lacan propõe o encontro desse lugar na cena do cemitério, onde ele testemunha e se reconhece no luto de Laerte. Laerte, como semelhante, tem a função de indicar para Hamlet o luto de um objeto capaz de recortar a causa do desejo [...].

Assim, encontramos esta importante função do semelhante de poder testemunhar para o sujeito a inscrição do lugar de um objeto enquanto perda radical.

Ou seja, o semelhante situaria o objeto para o sujeito, esta seria a função do semelhante, como alguém que pode dar testemunho ao encontro com a perda, com a falta (COSTA, ob. cit., p. 122-3).

Novamente, lembro de Gislaine, que, justamente, se queixa, em uma entrevista acerca do trabalho, em terapia ocupacional, que com ela desenvolvo, da falta de reconhecimento, por parte dos outros, de sua atitude de *tentar fazer alguma coisa*. Para Gislaine, é apenas a equipe que trabalha no caps que valoriza seu trabalho, que olha para ela, ao olhar seus trabalhos.

*Na verdade, o crochê, não só o crochê, também o trabalho com os velhinhos, toda essa movimentação em torno de tentar fazer alguma coisa, **que ela reverta em algo a ser admirado, financeiramente, ou não, tá muito longe**. Nem o trabalho com os velhinhos, nem o crochê não têm, pra mim, uma resposta das pessoas que eu conheço, falo da minha família e da sociedade, por exemplo, em relação aos crochês não consigo vender. E o trabalho com os velhinhos, também, **se teve algum valor, foi aqui no Cais**, assim, um valor que as outras pessoas vissem algum valor nisso, né? Foi aqui no Cais e tão somente aqui no Cais. Os crochês, até hoje, tenho lá um carrinho de feira, de trabalhos que exponho, mas, às vezes, a pessoa passa reto e nem olha... Eu acho lindo, mas **me dói** quando as pessoas passam e **nem olham**...*

Nessa direção, segue, falando do enxergar, olhar, ver, reconhecer, talvez:

*Então, esse trabalho, esse empreendimento todo lá na instituição, em que eu praticamente me doei, porque não rendia muito financeiramente (R\$150,00, por mês, duas tardes por semana). Claro que, para mim, ajudava, mas as pessoas sempre falavam é, é um trabalhinho. Não, não era um trabalhinho, era quase uma doação, era um trabalho importante, eu sei que era importante. Mas, como eu tava falando, esses dias, eu tava contando, tava minha mãe e uma amiga dela, e eu tava contando desse trabalho com os velhinhos, de todas as dificuldades que tinha, de tudo o que foi feito, dos livros que eu li, de todo um contexto lá, situação, ambiente, calor, sem ar condicionado, sem ventilador, tudo muito difícil para trabalhar, além das pessoas, da dificuldade, também é um ambiente, eu tinha que fazer tudo sozinha, ajeitar, suportar toda uma estrutura que não era bem adequada... Eu tava falando isso, mas a minha mãe, acho que ela tava fazendo palavras-cruzadas, e assim como ela tava fazendo, ela seguiu fazendo, sem uma pergunta, sem nada, mínimo interesse, nenhum... E isso que era a primeira vez que eu tava falando sobre isso... **E não é uma coisa interessante.** Até pro meu filho também. Eu quis, também, com esse trabalho dos velhinhos, com os crochês, dar o exemplo, dar exemplo pra ele de continuar, isso eu aprendi aqui, de continuar, de continuar, de desmanchar, refazer, continuar. Mas **ele não enxerga com esses olhos, ele não vê...***

Se pensamos no par compartilhamento/endereçamento, no sentido, talvez trazido por Gislaine, de situar como necessário algum compartilhamento para a possível construção de um endereçamento, percebemos que ela ainda busca, no caps, o espaço que lhe configure essa experiência, de poder, ali, encontrar alguma possibilidade de que suas produções sejam olhadas, replicando-se, aí, a função da *polis* na produção de subjetividade, de existência. Gislaine, fala, então, na seqüência, de algo que talvez nos evoque, hipoteticamente, um rudimento de uma experiência de endereçamento, quando se refere às atividades que vem desenvolvendo em casa (e não no caps):

*É que, daí, em casa, eu me envolvo, tu vê, tem que tirar xerox das receitas, tem que escolher modelo, tem que pensar na cor da linha... Então, isso eu faço lá no meu canto, sozinha, lá em casa, enfim, se eu tiver aqui, não dá pra fazer isso. Mas, também, pode ter um lado quase que de uma dependência disso. Na verdade, essa peça que eu tô fazendo é totalmente inútil, ela não é para ninguém, ninguém pediu, **tô fazendo porque eu tô fazendo**, porque, se eu não tiver fazendo, provavelmente, vou vir pra cá. Essa é a questão.*

Ao ir finalizando sua fala, porém, enfatiza:

O trabalho cansa, eu acho natural que canse, mas é natural que a pessoa se queixe que tá cansada. Mas eu não tenho esse apoio. Então, por mais que a gente trate,

converse, um pouco me desanima também isso, também tem esse lado, né? Então, bom, eu penso de procurar outra coisa pra fazer, mas, ao mesmo tempo, me sinto sozinha...

De que solidão fala Gislaïne? Que tipo de presença quer que lhe acompanhe? Seria a *ficção compartilhada*, da qual nos fala Ana Costa? Ou seria a lógica da pura presença, a qual nos referimos anteriormente, ao falar acerca da simultaneidade, na psicose, da plenitude (do tudo e do nada)?

Pensamos, que, no trabalho com sujeitos psicóticos, percebemos-nos, na maior parte das vezes, ocupando um lugar excessivamente imaginarizado, fazendo intervenções mais na direção do reconhecimento de uma produção possível que do encontro de um endereço e a inscrição psíquica dele conseqüente. Retomamos, aqui, a passagem de Andréa Guerra (2000), que referimos anteriormente, no sentido de que “[...] para que haja algum tipo de arranjo subjetivo com vistas ao estabelecimento do laço social na psicose, é preciso que algo do sujeito, de seu *savoir-faire* com o adoecimento psíquico, seja fígado e transformado em atividade sobre um objeto qualquer, produzindo nele uma densidade simbólica” (ob. cit., p. 259).

Nesse momento, encontramos, talvez, em Ana Costa, um certo refúgio deste lugar excessivamente imaginarizado, uma espécie de ancoragem para seguirmos trabalhando:

Não há nada de “mais real” que a ficção, não há nada “por trás” da ficção. Nosso *eu* é uma ficção construída, no lugar de um dejetivo corporal qualquer, que necessita o reconhecimento do outro para que se torne algo possível de compartilhar. Não há nada de “mais verdade” do que isso (COSTA, ob. cit., p. 74).

2.2.8.2 *Fazer* a transicionalidade: algumas idéias⁴²

A possibilidade de se tomar a transicionalidade, como operador, nos remete tanto ao lugar dado aos objetos produzidos na clínica da terapia ocupacional (a escrita, o crochet, as fotografias), quanto ao campo de relação em que determinada produção acontece. Esse objeto, ao qual estamos nos referindo, porta algo que é “coletivo”, algo desse espaço de transicionalidade, constituindo-se como um “entre-deois”, a partir de uma relação dual, e surgindo, primeiramente, como objeto: o *objeto transicional*. Desde o ponto de vista lacaniano, trata-se, na transicionalidade, de um tempo anterior à possibilidade de separação, criando-se uma certa plataforma de sustentação para a separação. A transicionalidade, então, relaciona-se com o que se inscreve entre a condição de alienação absoluta e a de separação: um tempo em que o *eu* e o *Outro* se confundem, mas já são *eu* e *Outro*.

Ricardo Rodulfo (1990) nos lembra que Winnicott utilizava-se da palavra *brincar* e não *brinquedo*, ao se referir à tal atividade da criança, uma vez que o verbo, no infinitivo, remeteria a um processo e não a algo finalizado. Da mesma forma, escolhemos empregar a palavra *fazer*, ao abordamos esse empenho do sujeito em realizar algo, e não *atividade*, termo correntemente utilizado na escrita advinda do campo da terapia ocupacional, sobre o qual procuraremos nos debruçar.

Seguimos Rodulfo, então, na direção de “[...] acentuar o sentido de prática significante que tem para nós essa função [o brincar]; enquanto o brinquedo remete ao produto de certa atividade, a um produto com determinados conteúdos, a atividade em si deve ser marcada pelo verbo no infinitivo, que indica seu caráter de produção” (ob. cit., p. 91). Podemos, aqui, se toamos o campo da terapia ocupacional, substituir os termos *brincar* e *brinquedo* por *fazer* e *atividade*, respectivamente. Utilizar o verbo no infinitivo nos remete, novamente, ao que coloca Paul Valéry (2001, p. 180-1) acerca de suas *obras de espírito*, no sentido de dar à ação que faz uma dimensão maior que a coisa feita.

Feita esta breve introdução, partimos, com uma passagem de Lacan, em direção a uma breve reflexão acerca de uma possível relação entre a transicionalidade e o trabalho clínico em terapia ocupacional, heterogêneos dissimétricos, que procuraremos colocar em relação. Para tanto, nos utilizaremos, além das referências de Freud e Lacan, alguns conceitos de

⁴² No caminho que fomos traçando, ao longo deste trabalho, a questão da transicionalidade, como mais um operador colecionado, também se colocou, a partir dos apontamentos de Ana Costa, no momento da qualificação de nosso projeto de dissertação.

Winnicott que consideramos potentes nesse sentido. Tomaremos, aqui, o texto de Winnicott não propriamente no sentido de dar conseqüências ao campo conceitual winnicottiano, mas sim de tomar os elementos que nos auxiliam a qualificar as questões relativas aos movimentos de alienação e separação, trazidos por Freud e Lacan.

Lacan, na parte final do texto *O Estádio do Espelho como Formador da Função do [Eu]*⁴³ tal qual ela nos é Revelada na *Experiência Psicanalítica* (apresentado no ano de 1936 e publicado no ano de 1949) coloca que “[...] somente a psicanálise reconhece o nó de servidão imaginária que o amor deve sempre tornar a desfazer ou cortar” (ob. cit., p. 14). É partindo desta passagem que iniciamos, então, nossa reflexão acerca do *fazer* como um dos processos de produção de uma perda, na psicose, e não como um incremento, ou algo que viria no lugar de encobrir uma falta, ou enriquecer uma vida empobrecida pela condição psicótica.

Referindo-se ao *estádio do espelho*⁴⁴, Lacan observa que é em torno dos seis meses de vida que se inicia este momento da estruturação psíquica (que perduraria até, aproximadamente, os dezoito meses de vida⁴⁵), no qual o filhote do homem, apesar de sua excessiva prematuração, passa a reconhecer a imagem “completa” que vê no espelho como sendo sua. Observa-se, então, na criança, o “afã jubilatório”, ou a relação lúdica que se estabelece no encontro do bebê humano com sua imagem no espelho, índice de que o que é da ordem de um reconhecimento se produziu.

Trata-se, a partir de então, da relação identificatória com uma imagem, ou seja, da criança assumir a imagem que vê como sua, sendo, então, transformada por ela. Para Lacan, o que está em questão, no *estádio do espelho* é uma *identificação*, ou seja “[...] a transformação produzida no sujeito quando assume uma imagem (ob. cit., p. 8)”.

Lacan vai chamar atenção, então, para essa dissimetria entre a imagem que a criança reconhece como sua e a excessiva prematuração experienciada, por ela, neste momento da vida. Sobre tal dissimetria, ou tal desencontro, nos diz que:

⁴³ Utiliza-se, na tradução para o português, o *[eu]*, para se referir ao *je*, que se relaciona ao sujeito da enunciação (do inconsciente), e o *eu*, para se referir ao *moi*, ou sujeito do enunciado.

⁴⁴ Note-se que não se trata de *estágio*, pois Lacan não se refere a tal momento como fase, ou etapa, o que remeteria a um sentido evolutivo da questão que está colocando. A imagem do *estádio* é justificada, no próprio texto, por Lacan, dizendo respeito à arena, cercada por muralhas, ao campo fortificado, onde se dará o embate da relação entre o sujeito *[eu]* e sua imagem especular. (ob. cit., p. 12)

⁴⁵ É, justamente, por volta dos dezoito meses de vida, que Freud observará, na criança, a brincadeira do *fort-da*, que abordaremos mais adiante neste trabalho. Como se, à medida que fosse se inscrevendo o estádio do espelho, fosse surgindo, como possibilidade de lidar com a presença/ausência do outro, este brincar infantil.

O ponto importante, porém, é que esta forma situa a instância do eu, desde antes de sua determinação social, em uma linha de ficção, irredutível para sempre apenas pelo indivíduo – ou antes, que somente assintoticamente se juntará ao vir a ser do sujeito, qualquer que seja o êxito das sínteses dialéticas por meio das quais tem de resolver enquanto [eu] sua discordância com sua própria realidade (LACAN, ob. cit., p. 8-9).

Sendo a imagem da ordem de uma exterioridade constituinte, ao mesmo tempo em que assegura a permanência do [eu], configura sua destinação alienante (ob. cit., p. 9), precipitando-se, para o sujeito, o drama que vai da insuficiência à antecipação (ob. cit., p. 11). Por aí, podemos pensar, também, a dissimetria que se coloca na relação entre o sujeito e o Outro. Lacan utiliza-se, neste texto, de termos como *discordância*, *realidades psíquicas heterogêneas*, *dissimetria*, *discórdia primordial*, *ficção*. Tendemos a considerar o *entre-lugares* que está se estabelecendo neste momento da vida, a partir do descompasso que se coloca entre a imagem “completa” assumida pelo bebê e seu estado natural de prematuração, ou, como coloca Rodolfo, “[...] a antecipação de uma certa unificação ainda distante da experiência efetiva do próprio sujeito (ob. cit., p. 137)”. É interessante que, já neste ponto, Lacan menciona a *linha de ficção irredutível para sempre...*

E, neste sentido, acrescenta:

A função do estágio do espelho revela-se para nós desde então, como um caso particular da função da *imago*, que é a de estabelecer uma relação do organismo com a sua realidade ou, como dizemos, do *Innenwelt* com o *Unwelt* (LACAN, ob. cit., p. 10).

Lacan coloca, então, que, ao “término” do *estádio do espelho*, em torno dos dezoito meses de vida, inaugura-se “[...] a dialética que desde então liga o [eu] a situações socialmente elaboradas (ob. cit., p. 12)”, referindo-se, sem desenvolver neste momento, à função alienante do [eu] e a agressividade daí decorrente. Sobre este ponto, retomamos a passagem que trouxemos, anteriormente, na qual Lacan estaria abordando, a nosso ver, a inseparabilidade dos movimentos de alienação e separação. Nesse momento, o reconhecimento da imagem exterior como própria, lança o sujeito no “nó de servidão imaginária”, na alienação, portanto, de ser nesta imagem. Daí decorrerão as relações com a realidade, com os outros, com as “situações socialmente elaboradas”, a partir, ou não, das possibilidades subjetivas de, pela via da agressividade, produzir-se a separação, a perda da totalidade.

Freud, em *Além do Princípio do Prazer*, texto de 1920, escreve acerca da observação à brincadeira de seu neto, um menino, com idade de dezoito meses, justamente em torno da qual, Lacan vai referir o “término” do estágio do espelho. Freud aponta, aqui, para o fato de que as diferentes teorias que versam sobre a brincadeira das crianças, não trazem à cena seu motivo econômico, ou seja a produção de prazer que está envolvida em seu desenrolar.

O autor denomina a tal brincadeira observada de *Fort-da*, em função dos sons emitidos durante a mesma: ao lançar um carretel, amarrado a um barbante, ao longe, o menino dizia *óóó*, no sentido de ir embora. Ao puxá-lo para si, dizia *da*, querendo dizer *aqui*.

O menino tinha um carretel de madeira com um pedaço de cordão amarrado em volta dele. Nunca lhe ocorrera puxá-lo pelo chão atrás de si, por exemplo, e brincar com o carretel como se fosse um carro. O que ele fazia era segurar o carretel pelo cordão e com muita perícia arremessá-lo por sobre a borda de sua caminha encortinada, de maneira que aquele desaparecia por entre as cortinas, ao mesmo tempo que o menino proferia seu expressivo ‘o-o-ó’. Puxava então o carretel para fora da cama novamente, por meio do cordão, e saudava o seu reaparecimento com um alegre ‘da’(‘ali’). Essa, então, era a brincadeira completa: desaparecimento e retorno. Via de regra, assistia-se apenas a seu primeiro ato, que era incansavelmente repetido como um jogo em si mesmo, embora não haja dúvida de que o prazer maior se ligava ao segundo ato (FREUD, [1919], 1987. p. 25-6).

Esta brincadeira, para Freud, era como “brincar de ir embora com eles” (ob. cit., p. 26), ou seja, com os brinquedos, um jogo de presença/ausência, como se fosse a produção mesma de uma perda, a perda dos brinquedos, remetendo-nos à relação que há entre a inscrição da perda e o trânsito pelo sistema simbólico. O reaparecimento do carretel, ao ser puxado para junto do menino, era acompanhado, além da emissão do som *da*, de uma expressão de alegria.

A brincadeira completa constituía-se, então, do desaparecimento e do retorno, havendo produção de prazer nesse segundo momento, quando se esboçava a alegria. A criança, para Freud, encenava, então, a partida de sua mãe, ao lançar o carretel para longe de si, e seu retorno, no segundo momento, acompanhado da produção de prazer.

É neste momento que Freud lança a idéia de que a criança realiza ativamente, pela via do brincar, o que teria sofrido passivamente. Considerando a questão da produção de prazer, diz:

[...] não devemos, quanto a isso, desprezar o fato de existir uma produção de prazer provinda de outra fonte. Quando a criança passa da passividade da experiência para a atividade do jogo, transfere a experiência desagradável para um de seus companheiros de brincadeira e, dessa maneira, vinga-se num substituto (FREUD, ob. cit., p. 29).

Winnicott (1975) foi um autor que, extensamente, se debruçou sobre o tema do *brincar*. A partir da hipótese, que formula no ano de 1951, de que a tendência dos bebês de estimularem zonas do corpo (como colocar o polegar na boca, por exemplo) estaria relacionada ao que depois se configurará como a primeira possessão do bebê, um objeto, em sua palavras, da ordem de um “não eu”, introduz os termos *objeto transicional*⁴⁶ e *fenômeno transicional*:

[...] para designar a área intermediária de experiência, entre o polegar e o ursinho, entre o erotismo oral e a verdadeira relação de objeto, entre a atividade criativa primária e a projeção do que já foi introjetado, entre o desconhecimento primário de dívida e o reconhecimento desta [...] (WINNICOTT, ob. cit., p. 14).

Gostaríamos de frisar sua formulação acerca desta *área intermediária da experiência*, como se estivesse se referindo a um *entre-lugares*, que começa a se estabelecer. Não se trata de uma zona completamente interna ou externa, aproximando-se do que traz Lacan ([1955-1956], 1992) acerca da não objetividade absoluta da realidade, ou do que é da ordem do efeito do significante na realidade.⁴⁷ Para Winnicott, trata-se de um terceiro campo, de uma “terceira parte da vida”:

[...] uma área intermediária de *experimentação*, para a qual contribuem tanto a realidade interna quanto a vida externa. Trata-se de uma área que não é disputada, porque nenhuma reivindicação é feita em seu nome, exceto que ela exista como lugar de repouso para o indivíduo empenhado na perpétua tarefa humana de manter as realidades interna e externa separadas, ainda que inter-relacionadas (WINNICOTT, ob. cit., p. 15).

⁴⁶ Diz Winnicott: “Não é o objeto, naturalmente, que é transicional. Ele representa a transição do bebê de um estado em que está fundido com a mãe para um estado em que está em relação com ela como algo externo e separado” (WINNICOTT, 1975, p. 30).

⁴⁷ Acerca da realidade, coloca Lacan (ob. cit., p.213): “[...] o real de que se trata não deve ser tomado no sentido em que o compreendemos habitualmente, implicando a objetividade [...]. O subjetivo aparece no real na medida que supõe que temos à nossa frente um sujeito capaz de se servir do significante, do jogo do significante”.

Winnicott segue falando que esta *área intermediária da experiência*, a qual se refere, em alguns momentos, como *espaço potencial* (entre o bebê e a mãe) vai ser, na vida adulta, justamente o espaço ocupado, por exemplo, pelo campo da arte e da religião. O autor salienta que está interessado “[...] na primeira possessão e na área intermediária entre o subjetivo e aquilo que é objetivamente percebido” (ob. cit., p.15). Tal formulação nos remete à questão da *ficção*, sobre a qual viemos trabalhando.

O autor vai chamar, então, de *fenômenos transicionais* isso que o bebê faz para constituir este *espaço potencial*, transicional, a *área intermediária da experiência*. O *objeto transicional* será, justamente, o objeto que transitará por esta zona, sendo de indiscutível valor para a criança.

Para Winnicott, o padrão dos *fenômenos transicionais* surge entre os quatro e os seis meses de vida, correspondendo, de certa forma, a entrada no *estádio do espelho*, da qual nos fala Lacan. O término de tal padrão seria em torno de um ano de idade, o que também nos remete ao processo de saída do *espelho* (que se daria em torno dos dezoito meses, conforme Lacan). Parece-nos estar aqui, em questão, esse encontro com o que seria da ordem da realidade, do objetivo, do que pode ser compartilhado com o outro. Ou seja, como se dá este encontro e que espaço daí se cria, se funda.

Ao se referir às qualidades do *objeto transicional*, Winnicott, entre outras questões, salienta a seguinte: “Ele é oriundo do exterior, segundo nosso ponto de vista, mas não o é, segundo o ponto de vista do bebê. Tampouco provém de dentro; não é uma alucinação” (ob. cit., p. 18). Volta a enfatizar, desta forma, o caráter “material” do objeto, de algo a ser possuído, um “não-eu”. À medida que tal objeto vai sendo desinvestido pela criança, outros fenômenos ocuparão esse lugar:

Nesse ponto, meu tema se amplia para o do brincar, da criatividade e apreciação artísticas, do sentimento religioso, do sonhar, e também do fetichismo, do mentir e do furto, a origem e a perda do sentimento afetivo, o vício em drogas, o talismã dos rituais obsessivos, etc (WINNICOTT, ob. cit., p. 19).

Este objeto e o ato de nomeá-lo indicam uma zona necessária de presença, tratando-se do que se faz em presença, para que a possibilidade da ausência se produza. O *objeto transicional* é, então, um elemento separado, mas, ao mesmo tempo, incluído. É um objeto que indica o tanto de alienação dos dois em causa (mãe e filho), para, enfim, a mãe poder se ausentar, mantendo-se, em questão, a presença da mãe, na sua ausência. (Nesse sentido,

consideramos importante refletirmos acerca dos momentos onde a construção desse lugar, desse espaço, se faz necessária.)

Seguindo o texto de Winnicott, encontramos uma seção na qual fala acerca da *ilusão* que a mãe (ou função materna, como nos remete a leitura do texto) deve oportunizar ao bebê, iludindo-o no sentido de que o que cria existe realmente. É preciso que se iluda o bebê, portanto, em relação a sua onipotência, para, posteriormente e gradativamente, desiludi-lo. O autor frisa: para ser possível desiludir, é preciso ter-se iludido. É somente a partir desta desilusão que será possível a constituição do terceiro campo, da *área intermediária da experiência*, desde a formulação de Winnicott. Seguimos, assim, bordeando a questão da produção da perda, ou, neste caso, do objeto como algo criado, nesta “terceira parte da vida”.

Diz Winnicott:

A adaptação da mãe às necessidades do bebê, quando suficientemente boa, dá a este a *ilusão* de que existe uma realidade externa correspondente à sua própria capacidade de criar. Em outras palavras, ocorre uma sobreposição entre o que a mãe supre e o que a criança poderia conceber. Para o observador, a criança percebe aquilo que a mãe realmente apresenta, mas essa não é toda a verdade. O bebê percebe o seio apenas na medida em que um seio poderia ser criado exatamente ali e naquele então (WINNICOTT, ob. cit., p. 27).

Da aproximação dos conceitos que viemos expondo, inferimos que não se trata, no *estádio do espelho*, na brincadeira do carretel e nos *fenômenos transicionais*, do exercício de determinada etapa evolutiva, no sentido de sua elaboração, mas sim, especialmente, da produção mesma de um espaço potencial (como conceitua Winnicott), que só se dará a partir do ato de produzi-lo. Retomamos, aqui, a imagem do oleiro, moldando um vaso, referida por Lacan ([1959-1960]1997) para alegorizar a criação de um buraco e de um objeto, a partir do buraco, simultaneamente. Ambos se fundam neste fazer. Entendemos se tratar, aqui, de algo da ordem de uma dupla dimensão, no sentido de se ser, simultaneamente, em uma mesma operação, resultante e criador de algo.

Pensamos, por aí, no quanto, na brincadeira com o carretel, a criança segue produzindo algo, na linha da ficção para sempre irreduzível, da qual nos fala Lacan, no sentido de dar conta da impossibilidade da pura presença, seja da imagem, da mãe, etcétera. O interessante é considerarmos que a produção, nesse espaço de encontro entre

heterogêneos, é, justamente, a produção de uma perda, de algo que pode operar o que é da ordem de uma separação, retornando-se ao movimento dialético entre alienação e separação.

Nesta linha, entendemos como um certo mito a questão, tantas vezes colocada, para profissionais da terapia ocupacional, de que é preciso ocupar os pacientes psicóticos, para que se possa, pelo menos minimamente, enriquecer suas vidas, empobrecidas por sua condição. Pensamos que, desta forma, corre-se o risco de se cair em uma lógica da pura presença, impossibilitando-se a oportunização de espaços nos quais, justamente, o que estaria em questão é a produção de uma perda, de um corte no *nó de servidão imaginária* tão intensamente presente na psicose. Dito de outra forma, trata-se da possibilidade de cada um produzir, inventar sua perda, como no jogo do carretel, descrito por Freud.

Ao mesmo tempo, consideramos que, em alguns momentos, faz-se necessária a retomada, ou o estabelecimento de uma posição mais acolhedora, de maior compartilhamento, que, talvez, remeteria mais proximamente à questão da alienação. Nestes momentos, muitas vezes de crise psicótica, ou maior desorganização, referimo-nos, no caps, à necessidade de uma maior *continência* para o paciente, o que nos remete, logicamente, a *continente*, ou seja, ao que contém algo. Pensamos, aqui, estar falando de alienação...

Podemos pensar que é no *espaço potencial* (proposto por Winnicott e que entendemos carregar elementos trabalhados por Lacan) que o sujeito inclui o outro e, em um movimento dialético, se separa dele, ou seja, é onde será possível a experiência da tensão entre alienação e separação. Este outro, em seu lugar de sujeito, está atravessado pela mesma qualidade de relação à tradição, à cultura, ao Outro. Desta forma, entende-se que é neste espaço que se configura a possibilidade de uma produção que não seja auto-referenciada, pessoalizada, e sim endereçada. Pensamos neste espaço como um lugar, no sentido de, necessariamente, estar inextricavelmente tecido ao Outro.

Assim, retomando o início de nosso texto, quando relacionávamos *brincar e fazer*, tomamos uma passagem, de Winnicott, desta vez, para encaminharmos nossa reflexão. Ao se referir à psicoterapia como duas pessoas que brincam juntas, diz:

Em conseqüência, onde o brincar não é possível, o trabalho efetuado pelo terapeuta é dirigido então no sentido de trazer o paciente de um estado em que não é capaz de brincar para um estado em que o é (WINNICOTT, ob. cit., p. 59, grifo do autor).

Tomando, então, *brincar por fazer*, pensamos que nosso trabalho, enquanto terapeutas ocupacionais, é de, justamente, *trazer o paciente de um estado em que não é capaz de fazer para um estado em que o é*.

Neste trabalho, entendemos ser necessária a criação e a produção destes lugares que não estão bem constituídos. Caso contrário, corremos o risco de agir desde o automatismo de jogar o que se produz no lixo, ou acumular objetos que acabam por se constituir a partir desse lugar de lixo, como no caso dos irmãos Collyer. Desta história, podemos deslizar para a questão de que o ato de jogar os objetos no lixo não é suficiente para deles se separar, no sentido de que, para que a operação da separação se dê, será necessária a produção de uma perda simbólica.

Com estas questões em mente, partimos em direção ao encontro com a experiência, na perspectiva de uma construção narrativa possível.

3 DAS NARRAÇÕES

Recolhidos os elementos do que consideramos como objetos de uma coleção, com os quais o leitor, até então, veio se encontrando, passaremos, agora, a uma reflexão sob a perspectiva de uma narração, de ordenamento mais seqüencial, onde a perda aparece como operativa. Se estivemos colecionando elementos, iniciamos, então, o processo de perdê-los, ao procurar tecer uma narrativa possível.

Nesse ponto, começamos por pensar em Walter Benjamin ([1936] 1994), mais especificamente, no que nos suscita a leitura de seu texto *O Narrador*, no sentido da relação que se coloca entre experiência e transmissão. Diante deste texto, percebemos que, o narrador e, conseqüentemente, a narrativa, só se constituem diante de um outro, que escuta a história narrada, dando a ela andamento, o que seria, então, da ordem de uma experiência. Se não há um ouvinte, ou leitor, não há narração possível, e por aí, deslizamos para a relação entre experiência e transmissão.

Nos perguntamos, então, acerca do lugar que ocupamos diante das produções de nossos pacientes, no sentido da possibilidade de nos colocarmos como um lugar de endereçamento, para que algo da ordem de uma narrativa possa se produzir, um ordenamento possível dos objetos acumulados, ou colecionados, com a perda inevitavelmente, daí, decorrente e operativa.

Retomando a história dos irmãos nova-iorquinos e sua posição de “ausência”, de subtração, teriam tido os Collyer outro destino diante da possibilidade de contar a alguém sua história? Ao mesmo tempo, o que se pode fazer, diante de janelas lacradas, que blindam o sujeito e seu sofrimento até o ponto de soterrá-lo?

Jeanne Marie Gagnebin (2006) trabalha a questão de que a experiência (*erfahrung*) é o que se dá, justamente, em um limiar, em um ponto de limite, que entendemos como a zona de compartilhamento entre dois registros, da vida e da morte, como diria Lacan ([1959-1960] 1997, p. 330). A autora traduz *erlebinisse*, que comumente vemos traduzido por *vivência*, como “experiência individual particular” (ob. cit., p. 50), apontando para o fato de que se trata, na *experiência*, necessariamente, de uma relação ao coletivo. O que estaria

acentuado, na primeira é a dimensão do particular, do indivíduo, do privado, e não do indivíduo em uma coletividade⁴⁸.

Para ilustrar tal diferenciação, Benjamin ([1933] 1994) em *Experiência e Pobreza*, conta uma fábula na qual o pai, em seu leito de morte, diz, aos filhos, ter enterrado um tesouro. O ato de cavarem (para encontrar o tesouro inexistente) faz com que suas vindimas se tornem as mais abundantes da região: “Só então compreenderam que o pai lhes havia transmitido uma certa experiência: a felicidade não está no ouro, mas no trabalho.” (ob. cit., p. 114)

O que importa é que o pai fala do seu leito de morte e é ouvido, que os filhos respondem a uma palavra transmitida nesse limiar, e reconhecem, em seus atos que algo passa de geração para geração [...]; algo, portanto, que transcende a vida e a morte particulares, mas nelas se diz; algo que concerne aos descendentes (GAGNEBIN, ob. cit., p. 50).

Para Benjamin, a experiência é o que “passa de pessoa a pessoa”. Dito de outra forma, a experiência só ganha registro como tal, quando o filho se responsabiliza por transmitir o que ouviu do pai. O registro, portanto, não se efetiva no momento em que o pai diz, e sim, no momento em que o filho toma para si o dizer, o contar a história. É como se Benjamin estivesse se referindo a algo que se faz *em presença de*, remetendo ao que é da ordem do coletivo, do laço entre os homens.

Ao mesmo tempo, o autor nos remete a pensar na experiência como uma ação realizada por um sujeito, que nela deixaria suas marcas e por elas seria marcado. Falando, assim, acerca da *narração*, como algo que se distingue da informação, esta sim, atrofiadora da experiência, coloca que:

Esta não tem a pretensão de transmitir um acontecimento, pura e simplesmente (como a informação o faz); integra-o à vida do narrador, para passá-lo aos ouvintes como experiência. Nela ficam impressas as marcas do narrador como os vestígios das mãos do oleiro no vaso da argila (BENJAMIN, [1936] 1994, p. 107).

⁴⁸ Para Ana Costa (1988), o coletivo refere-se a “uma acentuação daquilo que pode promover ou ser resultante de um laço, de uma ligação”. (ob. cit., p. 29)

Benjamin relaciona, assim, experiência e transmissão. Arriscaríamos, aqui, lançar a idéia de que discutir a questão do endereçamento traz, em seu horizonte, uma possível trama com a questão da transmissão, no sentido de que toda transmissão implica um endereçamento. Nesta perspectiva, podemos pensar que narração, endereçamento e transmissão carregam uma intrínseca relação.

É como se a condição da experiência estivesse no ponto de chegada e não no de partida: na fábula contada por Benjamin, ao final da escavação, os filhos passam a “ter” a experiência que lhes foi transmitida. Lembramos, então, novamente, da frase de Picasso *Eu não procuro, acho*, (Lacan, [1959-1960] 1997, p. 149) e do que ela sintetiza neste sentido. Assim como o ato só se registra como tal quando encontra um endereço, a experiência implica uma passagem para se registrar, para se produzir.

Gagnebin (ob.cit.), em sua leitura do texto *O narrador*, de Benjamin, traz algumas pistas interessantes para pensarmos em como proceder tal leitura sem nos mantermos em uma posição excessivamente nostálgica, no sentido de que teria havido um tempo, denso simbolicamente (em que a experiência se transmitia), que se perdeu.

A autora nos leva a pensar na relação entre transmissão e tradição e nas possíveis formas de nos referirmos ao passado. Trabalha, então, no sentido de que o que está em jogo na produção da memória, por exemplo, ou na relação com o passado, como podemos entender, não equivale propriamente a uma perspectiva de comemoração, ou de apologia, como se existisse uma espécie de necessidade de se manter permanentemente determinada lembrança, como uma forma de cultivar o passado.

Ao mesmo tempo em que se refere à importância de não se deixar apagar o passado, coloca a pertinência de se tensionar essa relação entre lembrar e esquecer. Uma apologia do passado poderia, então, justamente, impedir esse tensionamento (entre lembrar e esquecer), tão necessário à invenção do novo. A comemoração do passado nos desresponsabilizaria do presente: apesar de se tratar de uma *injunção ético-política* de “[...] não deixar o passado cair no esquecimento [...]” (ob. cit., p. 53), a “[...] fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa a transformação do presente [...]” (ob. cit., p. 55). A partir daí, Gagnebin propõe uma ampliação do conceito de *testemunha*: “não seria somente aquele que viu com seus próprios olhos, [...] também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro [...]” (ob. cit., p. 57).

Ana Costa (1998), nesse sentido, coloca que seria o semelhante quem situaria o objeto para o sujeito, sendo essa, precisamente, a função do semblante, ou seja, de alguém que pode dar testemunho ao encontro com a perda, com a falta: “Os atos somente se viabilizam no suporte dos atos do semelhante, naquilo que eles indicam, não algo positivo, mas uma falta de certeza em se afirmarem” (ob. cit., p. 124).

Pensando na função do *testemunho*, perguntamo-nos, então, que diferença faz uma *presença*? Que efeito faz uma *presença*? Retomaremos este ponto na seqüência do trabalho.

Quando pensamos em *testemunho*, é como se nos remetêssemos a algo que se faz *entre*, compondo a polissemia do sentido da palavra: um fala (testemunha) o outro escuta (testemunha). A polissemia de sentido se desdobra como duas posições para um mesmo sujeito, mantendo relação com a passagem, travessia da experiência. Se a experiência só se produz no ponto de chegada, quando alguém toma para si a responsabilidade de seguir uma transmissão, podemos pensar que esse sujeito que escutou, agora fala (e assim sucessiva e retroativamente, enlaçando os homens).

Lembramos, aqui, de Alessandro, um jovem de vinte e poucos anos, encontrado vivendo na rua, motivo pelo qual é levado a um albergue municipal. Chega, ao Cais Mental, dizendo não saber há quanto tempo está na rua e ri muito quando fala algo de si: conta que ajudava a mãe nas tarefas da casa, em Capão do Leão, e que trabalhava na roça.

Por um tempo, participou da oficina de terapia ocupacional, no início, sempre rindo, dizendo não gostar *de lembrar*. Improvisa, em uma atividade com jogos dramáticos, cenas em que *amarra fumo* e realiza tarefas na casa e na roça. A partir de um documentário que assistimos, sobre sono e sonhos, e da proposta que se coloca para o grupo, começa a escrever seus sonhos, palavra que toma no sentido de ideais.

Através da escrita, começa a nos contar sua história, o suicídio do pai, a morte da mãe, os maus tratos dos parentes, seus ressentimentos... Escreve sem cessar. No dia das mães, escreve uma poesia, dizendo sentir muitas saudades de sua mãe. Motiva-se para o trabalho e busca um curso profissionalizante, na área de serviços gerais, tarefas que o remetem ao convívio com a mãe que, doente, encontrava-se incapacitada para as lidas domésticas.

Pensamos estar em questão, aqui, a implicação do testemunho, na narração, no sentido de ser, justamente, o que dá consistência, o que confere o elemento de verdade à narrativa, que é sempre algo da ordem do ficcional, uma vez que é recortada, produzida por um sujeito.

Com os elementos recolhidos até aqui, partiremos em direção ao encontro com o percurso de trabalho que se desenvolveu com Ciro, o paciente que mencionamos no início de nosso texto. Entendemos que tal percurso se produziu, justamente, em função de termos nos colocado desde um lugar de testemunho, constituindo-se, então, um campo de experiência, na *dobra* aí implicada.

3.1 UMA TRAMA: DA ESCRITA DA EXPERIÊNCIA

Nesse ponto do trabalho, procuraremos tramar nossas reflexões acerca do percurso que fez Ciro, através de seus escritos, que nos pareceu partir de algo inicialmente da ordem de uma coleção, chegando a uma narração possível. Neste *caminhamento* em *dobra*, ao escrever acerca da experiência, no mesmo movimento (da coleção à narração), aparece, então, a forma como fui tomada, na transferência com ele, colocando-me como um certo “dever” o fato de fazer passar essa história, como na condição de um testemunho. Isto diz respeito, justamente, a poder dar andamento à transferência que se articulou neste *caminhamento*.

3.1.1 Do aportar no cais

Meu primeiro contato com Ciro é no final do ano de 2001. Vem ao Cais mental, encaminhado pelo serviço de psicologia do órgão público no qual trabalha como operário especializado (desde 1995), cargo do qual encontra-se afastado: *em função dos problemas que venho enfrentando, dos problemas de relacionamento no ambiente de trabalho.*⁴⁹ Consta, no encaminhamento (o qual Ciro desconhece), escrito pela psicóloga do setor, uma solicitação de atendimento, “tendo em vista o quadro psiquiátrico que o mesmo vem apresentando”.

A psicóloga relata que Ciro tem sido acometido, atualmente, por delírios persecutórios, o que tem dificultado sua atuação no departamento, uma vez que, em função disto, se nega a trabalhar em equipe e não acata mais ordens de sua chefia, por acreditar que a mesma está querendo lhe causar *algum mal*. Paralelamente, não adere a qualquer tratamento: *não sou doente nem louco!*

⁴⁹ Utilizaremos o recurso da letra em itálico ao referirmos as citações literais de Ciro.

O encaminhamento ao Cais se justifica, também, pelo interesse de Ciro “por produções artísticas como poesia e escultura”, o que facilitaria “sua aderência ao tratamento psiquiátrico (...) e também para possibilitar uma assistência integral com outras especialidades”.

Ao final do encaminhamento, um aviso: “Ressaltamos que o servidor, em reunião realizada com sua chefia e demais colegas de setor, solicitou avaliação médico-psiquiátrica para provar aos colegas que não é ‘doente’ (sic), sendo que combinamos com o mesmo que marcaríamos tal avaliação em algum local de atendimento à comunidade”.

Ciro está, então, com 44 anos, casado há mais de vinte e com três filhos (deste casamento). No trabalho, no ano 2000, foi encaminhado ao serviço de psicologia, “devido a mudanças em seu comportamento no local”, recusando-se a desenvolver determinadas atividades que, supostamente, o estariam prejudicando. Além disto, receava que seus colegas o estivessem envenenando e se mostrava *inconformado com as injustiças sociais*.

Ciro conta que, até ingressar em seu local de trabalho, através de concurso público, *tinha uma vida normal. Daí percebi a ciranda dos vagabundos e comecei a usar maconha para aprofundar a mente*. Dois meses depois, parou, iniciando *experiências com cheiro de gasolina*. Sua primeira *crise* ocorreu em 1996, tendo, então, permanecido cerca de um mês internado em um hospital psiquiátrico. Na ocasião, apresentou *alucinações auditivas (tão te envenenando, tua mulher quer te matar), formigamentos na nuca e uma sensação de que o coração ia parar de bater. Coisas absurdas!* Encontrava-se excessivamente desconfiado das outras pessoas, inclusive da esposa e da mãe, *que mora junto*.

Para ele, a primeira crise foi conseqüência *desta experiência com drogas, ou melhor, uma intoxicação por gasolina misturada com óleo dois tempos*, produtos utilizados em seu trabalho. Após a internação, não seguiu qualquer tratamento, tendo *passado mal outras vezes. Mais duas crises, mas não tão fortes*.

Há aproximadamente um ano, *começou a crise dos cheiros*. Tapava o nariz com papelotes para não sentir o cheiro de óleo e gasolina, que lhe provocava *formigamentos, dor e queimação na cabeça. Só saía na rua com esses papelotes dentro do nariz. No trabalho, têm máquinas e tonéis com óleo e gasolina*, que lhe provocam os mesmos sintomas.

Em casa, *generalizei: não posso sentir cheiro de Omo, sabonete barato*. Passa a desfazer-se de produtos de limpeza, como água sanitária e sabão em pó, temendo intoxicar-se, em função do forte odor.

Observa, no ambiente de trabalho, *a ciranda viciosa de mau-caratismo e vagabundagem, o complô e a sabotagem às minhas tarefas. Têm pessoas lá que não são*

equilibradas e estão lá trabalhando. O chefe começou a fazer um verdadeiro ato de nazismo comigo. Uma verdadeira máfia!

Durante o período de nossas conversas iniciais, que denominamos *acolhimento*⁵⁰, Ciro é remanejado, justamente, para o serviço de limpeza de seu departamento, não conseguindo permanecer trabalhando, *por causa dos cheiros fortes!* Sente dores no peito e palpitações, o que, de certa forma, facilita a justificativa do encaminhamento, nesse momento, a uma avaliação médica, com um colega do Cais. Dois meses depois de chegar, Ciro inicia, também, seu tratamento psiquiátrico no Cais, apesar de se referir ao mesmo como *embromação*.

3.1.2 Da ancoragem

Ciro me diz que precisa *ter paz de espírito, para voltar a pintar e escrever. Sou um artista plástico. Sabe que não pode, mas gostaria de amarrar os colegas, jogar gasolina neles e tocar fogo. Essa é minha sina, sempre levando porrada.*

Quando Ciro tinha três meses, sua mãe saiu, com ele, de casa, em função das brigas com o marido, que *morreu há quatro anos no Hospital Colônia Itapoã*. Ciro foi criado pela mãe, avó e tia. Os tios e o avô moravam junto, mas nunca são mencionados por ele. Ciro tinha planos de cuidar do pai, levá-lo para casa... Uma preocupação lhe acompanha: seu pai e seu filho têm história de doença mental, o filho de Ciro foi diagnosticado como esquizofrênico. *Será que eu também sou doente? Será que eu passei isso do meu pai pro meu filho?*

Diante do espírito atormentado de Ciro, em busca de paz, *para voltar a pintar e escrever*, sugiro outro caminho, inverso: o de escrever para encontrar a paz. Do ano de 2002 ao ano de 2007, quando interrompe seu tratamento, escreve incessantemente, sempre nos encontros comigo, ou antes deles, e no atelier de escrita do Cais (do qual começa a participar

⁵⁰ Chamamos *acolhimento* (e não *triagem*) as entrevistas iniciais que se dão no Cais, seguindo o entendimento que faz Tenório (2000) da *clínica da recepção*, no sentido de pensar “(...) o ato de recepção como sendo decisivo para os lances futuros do tratamento e como já estando atravessado pelas questões que se colocam para o tratamento como um todo “ (ob. cit., p. 79). Na direção da qualificação da *recepção*, trata-se, segundo Tenório, de “instituir uma *escuta* que fosse além de uma avaliação diagnóstica apressada e de uma indicação apriorística de contida” (ob. cit., p. 82, grifo do autor). Entendemos que o que está em questão no *acolhimento* é, justamente o que traz Tenório como “palavra de ordem” na *clínica da recepção*: “(...) *desmedicalizar a demanda e subjetivar a queixa* (ob. cit., p. 82, grifo do autor).

posteriormente). Em todos os nossos encontros, havia um momento (inicial ou final) em que eu lia, para ele, em voz alta, o texto que ele produzia.

1

NA SUPERFÍCIE DO INFERNO

ENTREI O ANO DE 1997 RELATIVAMENTE BEM DE SAÚDE, PORÉM, QUANDO CHEGARAM OS MESES DE JUNHO E JULHO ME DEPAREI COM OUTRA TEMPESTADE OU, COM MEU MONSTRO.

EM UMA NOITE Nesses meses ao me preparar para dormir, senti uma espécie de formigamento na nuca, subindo lentamente para a cabeça e se transformando em uma enorme dor.

Meu coração começou a acelerar os batimentos cardíacos me sinto mal e tenho que levantar-me da cama e começo a caminhar pela casa, sentindo um imenso frio pelo corpo.

começava a me sentir mal quando entrava nos ônibus, pois a trepidação por causa do funcionamento do motor causava aceleração nos meus batimentos cardíacos.

Várias vezes tive que descer, ficava com muita falta de ar, e me parecia que ia explodir.

No trabalho me deparei também, com semelhante situação quando me preparava para sair nos caminhões aos locais de trabalho, terrenos baldios, áreas como hidráulicas.

3.1.2.1 Na Superfície do Inferno, *o estranho*

Em nossos encontros iniciais, Ciro, escrevendo sob o título, *Na Superfície do Inferno*, assim por ele nomeado, começa a fazer a retrospectiva de sua vida, levando-nos a pensar no efeito do apagamento, ou da ausência de fronteiras na relação entre o eu e o Outro. Pensamos aqui em fronteiras como a elas se refere Ana Costa (2001), ou seja “[...] onde limite e dissolução do limite se confundem” (ob. cit., p. 92). Não há espaço possível entre sujeito e Outro, tratando-se de pura indiferenciação. Escreve Ciro:

Saía pelas ruas a caminhar sempre ouvindo vozes dizendo coisas como: tu tens que praticar artes marciais, pois tu és sensitivo, paranormal e mentor, tu sintoniza um monge chinês, que realizou muitas caridades na China, por volta do ano 1600. Também as vozes diziam que os cachorros tem espiritualidade do bem e do mal. E que os espíritos se guiam pelos cheiros e também se caracterizam. E que as drogas tem sexo a exemplo da cocaína que é feminina e a maconha masculina.⁵¹

É como se o Outro o estivesse invadindo, ou melhor, fazendo “um” com ele.

Quando chegaram os meses de junho e julho me deparei com outra tempestade, ou, com meu monstro.

Tempestade, que vem de fora, ou *meu monstro*, que vem de dentro. Do que se trata o fora, do que se trata o dentro? Seria possível fazer a diferença? Estaria se referindo a um lugar onde o fora e o dentro se equivalem, anulando-se a distinção entre o sujeito e o outro?

Em uma noite nesses meses ao me preparar para dormir, senti uma espécie de formigamento na nuca, subindo lentamente para a cabeça e se transformando em uma enorme dor.

Meu coração começa a acelerar os batimentos cardíacos, me sinto mal e tenho que levantar-me da cama e começo a caminhar pela casa, sentindo um imenso frio pelo corpo.

Começava a me sentir mal quando entrava no ônibus, pois a trepidação por causa do funcionamento do motor causava aceleração nos meus batimentos cardíacos.

⁵¹ Os textos de Ciro foram digitados, mantendo-se a escrita exata dos mesmos. Não houve, de nossa parte, portanto, qualquer correção ortográfica, semântica ou de concordância, nesse material.

Várias vezes tive que descer, ficava, com muita falta de ar, e meu coração parecia que ia explodir.

No trabalho me deparei também com semelhante situação quando me preparava para sair nos caminhões aos locais de trabalho, terrenos baldios, áreas como hidráulicas.

Em casa quando deitado na cama sentia trepidação no coração, por causa do funcionamento da bomba de recalque de água da CORSAN, esta que tem um reservatório próxima a minha casa.

O coração de Ciro é como a bomba de água da CORSAN, é afetado por ela, talvez se trate de ser a própria bomba mesmo. A máquina, que nos remete a algo cujo funcionamento é autômato e repetitivo, algo que se fecha em si, produzindo a repetição do mesmo.

Certa vez, coloquei pedaços de borracha nos pés da cama para ver se amenizava essa hipersensibilidade de ondas magnéticas sonoras interligadas com meus batimentos cardíacos.

Um corpo sem superfície, sem bordas. Um organismo em funcionamento.

Independentemente de qualquer coisa, tinha e tenho certeza de que algo havia de errado no funcionamento de meu organismo, que sempre conheci muito bem. Por fim, até o barulho do motor de minha velha Frigidaire fazia com que me sentisse mal, muitas vezes me levantava da cama para desligá-la.

Assim como a bomba da CORSAN, podemos inferir que a velha Frigidaire também se impôs ao funcionamento do organismo de Ciro.

Comecei a ter muita queda de temperatura do corpo, várias vezes tinha que caminhar para poder aquecê-lo. Geralmente isso acontecia à noite.

E da invasão corporal, à invasão dos pensamentos.

Estava trabalhando, e meus pensamentos começaram a ficar confusos, também. Sentia a cabeça muito pesada e novamente os batimentos muito acelerados.

Dos objetos (bomba de água, geladeira) invasivos às pessoas que invadem.

Comecei a ficar desconfiado com minha mulher, com as pessoas no meu trabalho, achando que elas estariam colocando alguma coisa tóxica em minha comida ou bebida.

Investigando mentalmente todas as pessoas de meu relacionamento, e um parecer curioso me veio em consideração, a de que, todas as vezes que me deu tais crises, coincidiram com o retorno de minha mãe a minha casa.

Enumerando, então, os *aspectos tóxicos do trabalho* e os *efeitos em março de 1996*, poucos meses depois de ser admitido no departamento, Ciro escreve:

Experiência com Cannabis sativa, para melhor ser aceito no grupo de trabalho, e também como experiência em busca de uma melhor percepção sensitiva. [...]
Aumento da percepção como; movimentos de insetos, como moscas etc...
Expressões faciais de pessoas, profunda sensação de tranquilidade, e análises profundas da verbalização das pessoas, com certas contradições.

A admissão no trabalho, via aprovação em concurso público, parece precipitar, justamente, sua impossibilidade de diferenciação, diluindo-se os limites corporais, o que o leva às experiências com Cannabis Sativa, com o intuito de conseguir perceber, sentir o outro, tentando construir, produzir a borda inexistente.

Ana Costa (2001) ao trabalhar o texto *A Negativa*, de Freud, indaga sobre as condições de produção de um “não-eu”: “[...] precisamos estar sempre recriando a operação desse ‘não’ disjuntivo, produção necessária á diferença” (ob. cit., p. 78). Disjunção esta que vai, justamente fundar e refundar o campo do Outro e o do sujeito (do *eu*), em simultaneidade.

Diz Ana Costa:

Mas o que mesmo significa essa disjunção? Quando se precipita um “não é eu” (ou “é outro”) que permite uma certa unidade de constância para a representação do eu, cria-se uma zona nebulosa, que pode vir a se tornar “eu” (COSTA, ob. cit., p. 76).

Esta *zona nebulosa*, referida por Ana Costa, nos remete aos espaços que compreendem o transitivismo (momento de alienação no outro, próprio da estruturação psíquica) e a transicionalidade. Este último trouxemos, anteriormente, como o que configura

a *área intermediária da experiência*, tal como nomeia Winnicott (1975). Nesse sentido, segue Ana Costa:

Vivenciamos cotidianamente os incessantes deslocamentos de algumas fronteiras. Quantas vezes não nos perguntamos se determinado sintoma que nos aflige seria mesmo nosso, ou de nosso parceiro [...]? É dessa zona nebulosa, que limita/expande a representação do eu, que se produzem os atos representantes do sujeito [...]. Esses atos, ao mesmo tempo, confirmam e negam as fronteiras do que “é eu” (COSTA, ob. cit., p. 77).

Do tema da *zona nebulosa*, da qual fala Ana Costa, deslizamos para o texto de Freud ([1919] 2003) *Das unheimlich*, traduzido, para o português, como *O Estranho*, em função de sua aproximação com o que é da ordem do fantástico, do misterioso, do sinistro. Diz Freud, então, que “[...] o estranho é aquela categoria do assustador que remete ao que é conhecido, de velho, e há muito familiar” (ob. cit., p. 277).

Neste texto, escrito durante a Primeira Guerra Mundial, Freud se pergunta acerca das possibilidades e circunstâncias de que algo familiar se torne estranho, assustador, ilustrando suas questões a partir do conto *O Homem da Areia*, de Ernst Theodor Amadeus Hoffman (1776-1822), autor alemão, do gênero da literatura fantástica.

No conto em questão, o jovem Natanael encontra-se às voltas com uma lembrança de infância: a enigmática figura, justamente, do *homem da areia*, o qual, nas palavras de sua babá, era um homem mau. Quando as crianças não iam para a cama, na hora em que deveriam ir, o *homem da areia* chegava e jogava areia em seus olhos, fazendo com que saltassem do rosto. Colocava-os, então, em um saco, que levava para os filhos, a fim de alimentá-los. São deveras assustadores, também, os filhos do *homem da areia*: “Eles estão acomodados lá em cima, no ninho, e seus bicos são curvos como bicos de coruja, e eles os usam para morder os olhos dos meninos e das meninas desobedientes” (Freud, ob. cit., p. 285).

A questão é que Natanael começa a ver o *homem da areia* em outras figuras que aparecem em sua vida, passando a viver em uma espécie de confusão, como se habitasse um território *unheimlich* (*estranho*), no sentido da suspensão da fronteira entre o eu e o Outro. Tal confusão, marcada por deslizamentos significantes relacionados ao temor de ter os olhos arrancados, acaba o levando ao manicômio e, posteriormente, após aparente recuperação, ao suicídio.

Para Freud, o sentimento de *estranho*, neste conto, está ligado à idéia da

possibilidade de se ter os olhos roubados, lembrando que “[...] o medo de ferir ou perder os olhos é um dos mais terríveis temores das crianças” e que “[...] o medo de ficar cego é muitas vezes um substituto do temor de ser castrado” (ob. cit., p. 289). Este ponto do texto nos remete a considerar que o sentimento de *estranho* teria alguma relação com a atualização dos movimentos de separação (representado pelo temor de ser castrado) e alienação (como um retorno a um tempo mítico de continuidade com o Outro).

Discorrendo, então, sobre o tema do *duplo*, ou essa imagem do espelho que retorna, invadindo o sujeito, Freud aponta, em Hoffmann,

Um retorno a determinadas fases na elevação do sentimento de auto consideração, uma regressão a um período em que o ego não se distinguira ainda nitidamente do mundo externo e de outras pessoas (FREUD, ob. cit., p. 295).

Freud acrescenta: “Acredito que esses fatores são em parte responsáveis pela impressão de estranheza” (ob. cit., p. 295).

A partir da leitura do texto de Freud, apontamos que, ao se suspender algo da ordem da castração, retornando-se a um tempo de continuidade em relação ao Outro, de alienação no Outro, tem-se a experiência de um estranhamento, derivada da experimentação de um momento de indiscriminação, de indiferenciação. Freud pensa o fenômeno do *estranho* nessa direção, no sentido da experimentação de uma continuidade sem quebra, de uma certa suspensão da eficácia de um corte, de uma separação. Neste sentido, Rickes (2002) coloca que se trata do “[...] reencontro de algo que data de um momento mítico inicial de constituição do Sujeito em que este ainda não se distinguia do Outro, em que a sensação de desamparo constituía a tônica, produz no sujeito um ‘sentir’ cuja qualidade se adjetiva por estranho” (ob. cit., p. 65).

Mais adiante, a autora vai apontar para o fato de que o que provoca a sensação de estranhamento é, justamente, algo que se encontra no sujeito, atualizando “[...] o caráter constitutivo e de construção da operação de divisão Sujeito / Outro, bem como revela a sua não-garantia de perenidade, ou melhor, a sua necessidade de refundação a cada passo” (Rickes, ob. cit., p. 66). Tal colocação nos remete à questão de que, assim como não se trata de uma distinção de campos naturalmente dada, tampouco podemos pensar que uma fundação subjetiva pode se dar por concluída. Isto nos leva a pensar que a refundação das

bordas (e de seus buracos) deverá ser uma experiência praticamente da ordem de um *ad eternum* na vida de um sujeito.

Sami-Ali (1993), para pensar a relação entre o corpo e o espaço, trabalhou a questão do *estranho*, ao qual denominou *estranho inquietante*, para se referir a algo que é simultaneamente estranho e familiar, “[...] que, de familiar, converte-se em estranho e de estranho, em algo inquietante por sua proximidade absoluta” (ob. cit., p. 31). O autor segue: “O sentimento de estranho inquietante implica o retorno a essa organização particular do espaço onde tudo se reduz ao dentro e ao fora e onde o dentro é também o fora.” (ob. cit., p. 34).

O mesmo conto de Hoffman que inspirou Freud em suas formulações, permeia o texto de Sami-Ali, que, em determinado momento vai dizer que a experiência de estranhamento do jovem Natanael permite-lhe afirmar que não há distância entre o personagem e o que ele percebe. Para o autor, dessa experiência “[...] resulta uma organização espacial que se assemelha ao espaço especular, espaço onde o sujeito se apreende como um outro e onde o outro é a imagem do sujeito: mundo da metamorfose do mesmo” (ob. cit., p. 37).

Sami-Ali refere a necessidade da alternância para que se configure o sentimento de *estranho inquietante*, o que nos coloca que, se não há alguma experiência de perda, não há *estranho inquietante*.

O estranho inquietante aparece todas as vezes que se perde a distância em que se mantém normalmente o objeto porque o espaço perdeu sua dimensão “aqui-lá”. Perda circunscrita e de curta duração que deixa intacta a estrutura tridimensional subjacente, em meio do que surge o insólito. Assim, em “O Homem da areia”, os momentos de estranho inquietante que anunciam a alienação progressiva do sujeito se alternam rapidamente com outros em que a percepção permanece fiel a seu objeto. Quando essa alternância se interrompe, o familiar cessará de ser estranho para voltar a ser simplesmente familiar e o estranho que invade o familiar, será o absolutamente estranho contra o qual se rompeu a vida do herói do conto de Hoffman (SAMI-ALI, ob. cit., p. 39-40).

Consideramos, então, que, se por um lado, a experiência do *estranho* pode remeter um sujeito, como no caso do jovem Natanael, a um tempo mítico de indiferenciação entre o *eu* e o Outro, do qual não poderá mais sair (a não ser através da morte), por outro lado, é, justamente a dimensão do estranhamento, não enquanto presença constante, mas em

alternância, que vai possibilitar o processo de refundação subjetiva, de produção de si, de criação.

Talvez possamos pensar, por aí, as experiências provocadas pelo encontro com algumas produções do campo da arte, ou mesmo com fenômenos da natureza, que parecem nos remeter a um retorno a um tempo em que *não se era*, ou que *se era no Outro*. Um tempo em que, talvez, a questão da existência não esteja garantida, sendo necessário, então, um novo movimento em direção a sua fundação. Mais uma vez em *dobra*, da experiência do *estranho*, produzir-se-á experiência.

Neste sentido, Simoni coloca que:

Algumas conseqüências decorrem dessa proposição. Se o que desenha o contorno sujeito/Outro não está presente, estamos diante de um sujeito completamente jogado no campo do estranho. Tudo no mundo lhe diz respeito e, paradoxalmente, ele não pode reconhecer-se em absolutamente nada do que faz. Todas as coisas vêm de fora e não há apropriação possível. No conto de Hoffmann, trabalhado por Freud, o personagem Natanael encontra-se jogado nessa dimensão aniquilante da vivência do estranho. Entretanto, se, por outro lado, não há lugar para o estranhamento – o que pode ser observado no discurso da ciência, em que tudo pode ser reconhecido e passível de explicação – também não há experiência possível. A região em que tudo é estranho é vizinha daquela onde nada de estranho pode emergir, na medida em que ambas colocam em cena o princípio aniquilante da totalidade (SIMONI, 2007, p. 81).

Lembramos, aqui, de uma passagem, relatada por Sami-Ali, na qual uma paciente, acompanhada por ele, diz:

O senhor me devorará e eu o devorarei, morreremos ao mesmo tempo para renascermos juntos. O senhor estará dentro de mim e eu dentro do senhor, um único corpo fechado como um ovo. É a vida que começa (SAMI-ALI, ob. cit., p. 26).

Sami-Ali traz, então, como questão, acerca deste caso, “[...]a plenitude narcísica na qual coincidem sujeito e objeto, dentro e fora, passividade e atividade” (ob. cit., p. 27). Como (se) produzir(em) as bordas corporais que vão, justamente, permitir que algo da ordem de uma relação com o Outro se estabeleça?

Para Lacan ([1964] 1985), as zonas erógenas, que se produzem a partir dos orifícios corporais, constituem-se, precisamente, em estruturas de bordas. São elas que possibilitarão, portanto, a relação e a fronteira entre o sujeito e o Outro, criando-se um trajeto circular, que

deve, necessariamente, passar pelo Outro para ganhar estatuto de circuito pulsional. Neste sentido, acerca da pulsão, diz Chemama:

Ela também constitui o ponto-limite em que se percebe a especificidade do desejo do sujeito, ela revela, por sua estrutura em anel, a aporia, ela permite construir uma verdadeira topologia dos bordos, finalmente surgindo como um dos principais modos teóricos de acesso ao campo do real, termo da estrutura lacaniana que designa aquilo que é impossível para o sujeito (CHEMAMA, 1995, p. 178).

Lacan ([1964] 1985), ao se referir ao circuito pulsional, lembra da imagem, que traz Freud, de uma ejeção de lava: “essa forma de trajeto em retorno” (ob. cit., p. 171). “Será que não vemos na metáfora freudiana encarnar-se essa estrutura fundamental – algo que sai de uma borda, que reduplica sua estrutura fechada, seguindo um trajeto que faz retorno, e de que nada mais assegura a consciência senão o objeto, a título de algo que deve ser contornado?” (ob. cit., p.171). Acrescentaríamos, sobre esta metáfora da lava ejetada, que não se trata do retorno do mesmo. Algo de lava escapa, e o que retorna sofre, necessariamente, alguma ordem de transformação.

Acrescenta Lacan:

O sujeito é um aparelho. Esse aparelho é algo de lacunar, e é na lacuna que o sujeito instaura a função de um certo objeto, enquanto objeto perdido. É o estatuto do objeto *a* enquanto presente na pulsão” (LACAN, ob. cit. p.175).

Retornando, então, à produção escrita de Ciro, percebemos o quanto a questão dos odores é uma constante, sendo, por ele, tomados desde um lugar de invasão. É como se esse fosse o seu jeito de falar acerca da ausência de bordas, de sua fusão mais primordial ao Outro, como se os cheiros imprimissem uma resistência à possibilidade de produção de uma certa perda, de um certo buraco.

Trazemos, aqui, a questão que faz Andréa Guerra (2004), ao pensar no trabalho com oficinas terapêuticas na clínica da psicose: “Como trabalhar, na perspectiva da clínica ampliada através das oficinas, de forma a restituir um certo trajeto da pulsão, de tal maneira que ela não fique curto-circuitada ao invés de produzir enlaçamentos”? (ob. cit., p. 51).

Retomamos, então, a referência feita ao filme *O zero não é o vazio*, quando colocamos que, quando determinado produto não encontra um endereço, pode ficar preso a um circuito auto-erótico, imprimindo-se um movimento que se esgota na própria produção. Lacan ([1954-1955] 1992) coloca, justamente, que, no auto-erotismo, há uma colagem entre a fonte e o objeto, como se o objeto da pulsão fosse sua própria fonte: quando “[...] se trata dos investimentos denominados auto-eróticos, não podemos distinguir a fonte e o objeto” (ob. cit., p 128).

Quando há uma distensão entre a fonte e o objeto, constitui-se a dimensão da alteridade, uma vez que aquilo que emana do corpo vai precisar encontrar suas vias de satisfação, passando, então, pelo Outro, deixando o objeto de ser o próprio corpo. Lacan vai se referir, então, ao auto-erotismo como o exercício onde esta alteridade está suspensa.

Tal como o jovem Natanael, Ciro experimenta esse estado quase permanente de continuidade, de indiferenciação entre os campos do *eu* e do Outro, seja na relação com as pessoas, seja na relação com os objetos. Aliás, será que, no momento, poderíamos falar em objetos, na medida em que o objeto parece ser apenas seu próprio corpo?

Nesse início de trabalho com Ciro, quando começa a escrever, apostou-se na possibilidade de que a produção material do texto, seguida de sua leitura, em voz alta, fazendo o mesmo “circular” de um ao outro, operasse algo da ordem da constituição de uma borda corporal. Como se, em uma espécie de suplência, minha presença articulada à presença do texto, contribuíssem na experimentação dessa *área intermediária da experiência*, referida por Winnicott, ou a *zona nebulosa*, referida por Ana Costa, criando, de certa forma, alguma alternância neste estado de indiferenciação.

A partir daí, pensamos que, à medida em que experimentasse, em alternância, um estado de *estranhamento*, estaria jogado no movimento de fundação subjetiva. Entendemos que o que configura a possibilidade deste movimento é, justamente, a criação do espaço intervalar, dissimétrico, disjuntivo entre o *eu* e o Outro, que, ao longo da vida, em momentos diversos, esmorece, provocando-se as experiências de *estranhamento*. Destas experiências, recolhemos novas fundações de um intervalo, o que nos remete à questão de que a produção subjetiva se dá de forma incessante. Será necessária, então, uma alternância das tendências à coesão e à dispersão para a operação da produção de si.

Pensamos que, através da materialidade da escrita, e a partir de nossa presença, propusemos a Ciro um caminho de produção de alguma borda (ainda que evanescente), uma fronteira entre o sujeito e o Outro, que poderia se estabelecer através da materialidade do

objeto (texto escrito) e da centralidade do processo de escrever. Um pouco como a produção simultânea da borda e do furo, ligada à diferença que faz uma presença, imprimindo movimento ao circuito pulsional.

Neste sentido, acerca da diferença que faz uma presença, novamente é Ana Costa quem vai nos dizer que:

A memória que se transmite está no campo da negação. [...] A razão disso é que seja necessário pelo menos um parceiro que sirva de suporte a esse “não é a mãe”. É importante pensar-se que não é somente do lado do sujeito, mas também do lado do parceiro que se produz tal necessidade. Essa condição que o campo da representação requer é responsável por tudo o que se produz em comum. Pode-se depreender daí que toda produção do laço social depende desse “não é a mãe”. Percebe-se, também, que a negação requer o suporte de uma presença e, desta forma, compõe um campo coletivo. É resultante de duas impossibilidades: ou bem de um encontro absoluto, ou bem de uma separação (substituição) definitiva. Essas duas impossibilidades estão ligadas à necessidade da presença do outro: tanto como suporte da representação, quanto como “lembrança” da diferença (COSTA, ob. cit., p.78).

(1)

NA CAIXA COM OS DEMONIOS

Data: 21/12/13

NO ANO DE 2001, LOGO NOS PRIMEIROS MESES, EM UMA TARDE ENTRE EM UMA PEÇA SITUADA NA ÚLTIMA PARTE DO TERRENO DO SETOR DE PRACAS E JARDINS, E SENTI O MESMO SINTOMA INICIAL DE QUANDO ME DEU AS PRIMEIRAS CRISES.

ISTO É, FORMIGAMENTO NA NUCA, MINHA CABECA MUITO DOLORIDA E PESADA, FALTA DE AR, ACCELERAMENTO E DOR NO CORAÇÃO.

A TAL PEÇA QUE CITEI ERA O LOCAL AONDE GUARDAVAM A GASOLINA, TODAS AS MÁQUINAS RODOEIRAS E DEMAIS ACESSÓRIOS E FERRAMENTAS EM GERAL.

ESTAVA EVIDENTE, A PEÇA É EXTREMAMENTE PEQUENA E SEM VENTILAÇÃO, PORTANTO O CHEIRO DE GASOLINA ENNACAVA TODO O AR.

FOI ENTÃO QUE DESCOBRI QUE EXISTIA A POSSIBILIDADE DE ESTAR ENTOXICADO.

DAI PRA FRENTE O PROCESSO FOI RÁPIDO, EM FINAL DE SEMANA RESOLVI PASSAR ÓLEO QUEIMADO EM UM PORTÃO DE MADEIRA QUE QUERIA COLOCAR EM MEU PATIO.

O ÓLEO ME FOI DADO POR UM VIZINHO QUE MORA EM FRENTE À MINHA CASA.

APÓS PASSAR O ÓLEO NA MADEIRA NOTEI QUE FIQUEI EXTREMAMENTE MAL.

3.1.2.2 Na Caixa com os Demônios, *a negativa*

Tal como coloca Lacan, acerca da escolha do termo *estádio*, ao se referir ao processo em questão na assunção de uma imagem como própria, *Ciro* repete, em seus escritos, o embate em que se coloca, na tentativa de constituição de um espaço que o separe do Outro, remetendo-nos à arena, ao campo fortificado onde se trava a luta decorrente de tal embate.

O sonho de seguir e fazer uma bonita e eficiente carreira, foram água abaixo a partir do momento em que fui colocado no setor de praças e jardins; sim Simone Lerner, foi em 1996 que o monstro começou a mostrar as garras para mim. Na grande verdade eu vivi um pesadelo semelhante aos que os prisioneiros dos campos de concentração nazista viveram, eu estava morrendo aos poucos. [...]
O que eu quero mesmo é ver o que existe do outro lado das montanhas, gostaria de deixar minha esquizofrenia e seguir sem ela.

Sobre este ano (de 1996), conclui:

Terminei o ano navegando em pequenas ondas, após passar por uma tempestade enorme que voltaria a enfrenta-la futuramente.

Essa sensação de viver, como na guerra, o convoca a vários campos de batalha. No escrito intitulado *Na caixa com os demônios*, onde se refere, mais uma vez, ao local de trabalho, *Ciro* coloca que:

Minha vida foi se transformando a cada dia que passava em um verdadeiro inferno. [...]
No trajeto [de caminhão, para realizar uma tarefa de trabalho] notei que meu colega, sr. P. M., que estava sentado ao meu lado, começava a bater uma caixa de isopor que estava em seu colo.
Eu notava que suas batidas não eram feitas de forma descompromissadas ou descontraída, eram feitas em um certo compasso, como fosse um código morse ou telégrafo.
Conclui que talvez seriam batidas para forçar meu coração. [...]
Dona J. [...], percebendo que me sentia mal com o cheiro do cigarro, começou a fumar ainda mais, em vários locais aonde eu estava.
Ela dizia; agora sim que eu vou fazer fumaça, e dava risadas.
Descobri também que eu me sentia mal com o cheiro de Omo, detergentes, e vários produtos de limpeza.

Ela então começou a derramar, de propósito, Omo, ao redor do tanque, ou então simplesmente deixar a tampinha erguida, para quando eu estivesse ou passasse pelo local me sentisse mal. [...]

Se ficasse em frente ao prédio era a descarga dos veículos atormentando. Aquela situação estava me transformando em um verdadeiro zumbi ambulante, não conseguia raciocinar direito, meus reflexos diminuindo, muita dor na cabeça e no coração, meus cabelos caindo rapidamente. [...]

Nas reuniões que se faziam no setor, eu notava que 3 ou 4 colegas começavam a fumar ao mesmo tempo, só para fazer seqüência de intoxicação para mim.

Seguindo na mesma temática, agora intitulada *Demônios me procurando por todos os cantos*, Ciro nos leva a pensar que sua casa não se encontra suficientemente fortificada, como um *bunker*, talvez, deixando-o vulnerável a possíveis invasões.

A minha casa o meu terreno tem planície topográfica muito ruim, fica abaixo da linha da rua. Tudo que for gás, gasolina, escapamento de óleo, enfim tudo que entra pelas portas e janelas se é, que se dá pra chamar assim.

Na madrugada de domingo me acordei muito mal sentia uma dor imensa de cabeça não sentia disposição para nada, nem sequer responder perguntas para as pessoas.

Na noite de sábado passei muito mal, o ar extremamente passado insuportável.

É uma batalha que começa a travar, também, com as drogas. É ainda no ano de 2002 que escreve *Com toda certeza*:

Temos que nos unir, sendo soldados do bem, vamos lutar com inteligência, sabedoria, perspicácia, sensibilidade e criatividade.

Vamos combater o tão enraizado câncer da humanidade chamado cocaína e, o resto das drogas em geral.

Cada vez mais acrescentando sérios problemas a humanidade como:

1. Morte.
2. Descaracterização da personalidade humana natural.
3. Inversão da sexualidade.
4. Destruição, promiscuidade, degradação.
5. Destruição da natureza mundial.
6. Está em todos os setores da sociedade.

Em *Demônios me procurando por todos os cantos*, a temática em torno das drogas volta a aparecer.

Acordei mais ou menos bem, até que o V. coleguinha de meu filho [...] apareceu, logo noto e senti, que ele estava com um cheiro anormal, e o ar que ele expirava era sufocante, o V. não fala com pessoas de mais idade, só com jovem.

O V. foi abandonado pelo pai, porque a mulher que o pai dele mora não gosta dele, o V. ficou de mal com o pai por causa disso.

Estava deitado em minha cama quando olho em direção ao teto notei umas nuvens, não sei de poeira outro produto químico estavam inalando em meu quarto e vindo em minha direção. A respiração do V. é muito forte pois ele é viciado em cocaína, nem entendi porque o meu filho ainda não está viciado porque ele sempre anda com o V.. Realmente as drogas tem muitas complexidades para se analisar e descobrir, não se fala mais em nada a não ser em cheirinho ou bolinha.

Até bebê já está traficando, nas fraldas na roupinha, etc...

Fiquei atingido não sei como, pelas tais bolinhas, intupidouras e nojentas.

Nunca tinha visto uma coisa igual, feita pela mão maldita do homemem.

Batalha também com os vizinhos.

Quando entrava na minha rua sempre dava a coincidência de uma moto, caminhão ou carro arrancar da casa de meu vizinho da frente, que trabalhava com carros usados.

Resumindo, me aprofundava cada vez mais na entoxicação, comecei a descobrir que já existia um complô, ou uma espécie de organização, para fazer com que eu permanecesse sempre naquele estado.

Em *Minha luta*, escreve:

[...] me sinto meio ilhado dentro de casa, porque lá na rua, meus vizinhos colocaram 2 carros velhos fedendo à óleo, e gasolina, bem na frente da minha casa.

Eles são marginais, tem luz, tem água, porém não pagam a conta, são ladrões de caminhão, carros, motos.

Acho que eles estão fazendo isto para me prejudicar, e fazer com que eu me mude, coisa que não vai acontecer, pois minha família é decente. [...]

Sei respeitar meu semelhante e realizo minhas tarefas com dedicação.

Só quero um lugar a onde eu possa trabalhar com paz de espírito e organizar a minha vida e de minha família.

A mãe também pode ser uma inimiga, alguém contra quem lutar. Um dia, resolve fazer um traçado da personalidade dela, a partir de alguns pontos, por ele, elencados.

Temperamento: explosivo, antisocial falso, egoísta, dissimulado perigoso, desfalsado.

Aspectos: nunca teve amigos, ou sequer tentou, nunca se esforçou, na simpatia.

Baixa auto estima, vida sexual supostamente desativada, possibilidade de sexualidade reprimida por discriminação social.

Só valoriza vagabundos e pessoas de caráter suspeito, honestas e trabalhadoras não.

Sempre foi preguiçosa e relaxada.

Mau humor constante, por não ter conseguido enriquecer até agora, gostaria de morar em uma cobertura no centro da cidade, detesta pessoas pobres.

Hábitos: possibilidade de uso de drogas, ou algum tipo de barbitúricos.

Aspectos: Atriz, anti esquerda, rápida quando em busca dos seus intentos.
Não é nostálgica.
Desprovida de sensibilidade natural.

Após algum tempo, escreve:

Um ano se passou e já estamos em abril de 2003, e eu me sinto perante a toda a situação de estado de vida em geral como se fosse um capitão de um pequeno barco. Barco este em que minha família é a tripulação, enfrentando várias tempestades no mar bravio da vida, mais temos que estar firmes na resistência com muita fé. Como diz o filósofo “somos simples marionetes no teatro da vida”, em que eu deixei de sê apenas um coadjuvante para se tornar um ator principal.

Freud, no texto, traduzido, para o português, por *A Negativa* ([1925] 1987) coloca que *verneinung* (negativa, negação, denegação⁵²) é o que permite que conteúdos, traços inconscientes, cheguem à consciência, podendo, então, ser operados pelo sujeito. Considera que, ao repudiar algo, o sujeito acaba manifestando uma idéia que lhe ocorrera, suspendendo o recalçamento da mesma: “A negativa constitui um modo de tomar conhecimento do que está reprimido; com efeito, já é uma suspensão da repressão, embora não, naturalmente, uma aceitação do que está reprimido” (Freud, ob. cit., p. 296). A partir desta formulação, Rickes (2002) vai apontar que, para além das questões de manejo técnico, na prática da psicanálise, Freud, neste artigo, nos leva a seguir “[...] a gênese do sujeito psíquico e sua relação com o fora” (ob. cit., p. 62).

Seguindo, então, o texto, Freud afirma que a possibilidade de negar (ou afirmar) algo se dá a partir da função do julgamento, que se relaciona com duas espécies de juízos: o de atribuição e o de existência. O primeiro diria respeito ao que é da ordem dos atributos dos objetos, enquanto o segundo, “à existência real de algo de que existe uma representação” (ob. cit., p. 297).

Seu raciocínio, ao nosso entender, desdobra-se no sentido da introdução da dimensão da alteridade, trazendo à cena o processo de constituição do dentro e do fora, do interno e do externo. Em relação ao juízo de atribuição, no qual observa-se uma primeira operação de expulsão (Rickes, ob. cit., p. 63), Freud vai dizer que ele é movido pelo princípio do prazer, no sentido de que o sujeito procurará incorporar o que lhe confere prazer, o que sente como bom, expulsando o que lhe provoca desprazer:

⁵² Também encontramos, nas traduções para a língua portuguesa, os termos negação e denegação.

Expresso na linguagem dos mais antigos impulsos instituais – os orais – o julgamento é: ‘Gostaria de comer isso’, ou ‘gostaria de cuspi-lo fora’, ou, colocado de modo mais geral, ‘gostaria de botar isso para dentro de mim e manter aquilo fora’. Isso equivale a dizer: ‘Estará dentro de mim’ ou ‘estará fora de mim’ (FREUD, ob. cit., p. 297).

Neste sentido, Rickes coloca que:

Assim, se é possível ao sujeito referir-se a um fora como distinto dele próprio é porque houve, em algum momento, uma primeira operação de expulsão capaz de produzir essas duas instâncias numa certa tensão – dentro/fora; eu/não-eu. Isso porque, de início, é preciso imaginar um tempo em que ela não existia. As origens deste mecanismo que Freud chamou de juízo de atribuição, ou seja, a capacidade de o sujeito decidir sobre as características de algo, inscreve-se a partir de uma expulsão que funda duas instâncias em tensão, em um momento segundo, em relação ao que seria o da pura unidade, em que ainda não se verificaria a existência de um eu e de um não-eu. A negação (expulsão) aparece como subsequente a esse momento inaugural (RICKES, ob. cit., p. 64).

Na seqüência do texto, entende-se que esta separação (dentro/fora, interno/externo) não é algo dado, inscrevendo-se, em um determinado tempo do sujeito, a partir do registro do que resiste à sua satisfação, ou seja, do que está fora. Referindo-se ao juízo de existência, Freud coloca que:

Trata-se, como vemos mais uma vez de uma questão de *externo* e *interno*. O que é irreal, meramente uma representação e subjetivo, é apenas interno; o que é real está também lá *fora*. Nesse estágio do desenvolvimento a consideração pelo princípio do prazer foi posta de lado. A experiência demonstrou ao indivíduo que não só é importante uma coisa (um objeto de satisfação para ele) possuir o atributo “bom”, assim merecendo ser integrada ao seu ego, mas também que ele esteja no mundo externo, de modo a que ele possa se apossar dela sempre que dela necessitar (FREUD, ob. cit., p. 298, grifos do autor).

Fora e dentro se produzem, portanto, na relação ao Outro, não fazendo parte, então, da natureza do indivíduo. É o próprio Freud quem diz: “A antítese entre subjetivo e objetivo não existe desde o início” (ob. cit., p. 298). O interessante é pensarmos que, mesmo sendo um efeito do Outro (o fora e o dentro, ou o interno e o externo), não se trata de uma mera passagem de um para o outro, mas de algo que se inscreve como diferença, como disjunção, a partir da introdução do não, da negação.

Ana Costa (2001) traz a radicalidade desse corte disjuntivo operado pela *negativa*:

Não é simplesmente pensar que alguém enuncie “não é a mãe” esteja encobrendo a verdade de que é a mãe. Muito mais do que isso, o que se evidencia na negação é uma disjunção entre o que seria um código e os atos indicativos de um sujeito. Essa condição disjuntiva podemos encontrar naquilo que Freud propõe como matriz de nosso julgamento, ou seja, naquilo que nos permite representar o que está dentro e o que está fora, o eu e o outro (COSTA, ob. cit., p. 76).

E Freud enfatiza, ainda, como condição para o estabelecimento do juízo de existência, “[...] que os objetos, que outrora trouxeram satisfação real, tenham sido perdidos” (ob. cit., p. 299). Em outras palavras é preciso que o objeto tenha sido perdido, ausentificado, negado, para que se dê o que é da ordem da representação: “Será desde esta operação de negação que ao sujeito será possível empenhar-se no processo de procurar reencontrar o objeto perdido, ausente” (Rickes, ob. cit., p. 67).

Retomando o que traz Rickes (ob. cit., p. 62), no sentido de se tratar, também neste texto, da “[...] gênese do sujeito psíquico e sua relação com o fora”, pensamos que o que está em questão, então, na operação da *negativa*, é a fundação do *eu* a partir do *não eu*, conforme o comentário de Jean Hippolite, acerca da *verneinung*, de Freud, ou seja, “[...] um modo de apresentar o que se é à maneira do não ser” (1998, p. 895). É como se pudéssemos dizer que o *não eu* vem antes do *eu*, que o *não* é o que vai recortar qualquer afirmação.

Novamente recorreremos à figura da *Banda de Moebius*, no sentido de alertar que não se trata, nesta operação da *negativa*, de algo que se dá a partir do enunciado em negação. Referimo-nos à temporalidade do que opera em simultaneidade, ou seja, a enunciação do *não* funda a e se funda na disjuntividade. Produzir a negação é, de certa forma, inverter a

mensagem que vem do Outro, deixando-se marcado seu campo e podendo-se, então, dele se destacar. Neste sentido, Lacan, traz a denegação como o

[...] fenômeno pelo qual o sujeito revela um de seus movimentos pela própria denegação que faz deles, e no momento mesmo em que a faz. Ressalto que não se trata de um desmentido de pertencimento, mas de uma negação formal: em outras palavras, de um fenômeno típico de desconhecimento e sob a forma invertida em que insistimos, forma cuja expressão mais habitual – Não vá pensar que... – já nos fornece essa relação profunda com o outro como tal, que valorizaremos no Eu (LACAN, 1998, p. 181).

Lacan segue, então, falando acerca do transitivismo, ou seja, da impossibilidade (estruturante), em um determinado tempo, de que a criança opere tal inversão (até o momento em que é chamada a responder por ela mesma), o que se manifesta como a “matriz do Eu” (ob. cit., p. 181). O autor aponta, desta forma, que “[...] o primeiro efeito que aparece da *imago* no ser humano é um efeito de *alienação* do sujeito. É no outro que o sujeito se identifica e até se experimenta a princípio” (ob. cit., p. 182).

E, nesse mesmo sentido, Schäffer, ao pensar acerca da denegação, ou da relação entre o sujeito e o mundo, a partir da leitura que faz do comentário de Jean Hippolite sobre a *verneinung*, coloca que:

[...] no início desse processo, o que há é indiferenciação entre o eu e o exterior, entre a representação da coisa e a coisa mesma. O estabelecimento por completo dessa faculdade, que já existia anteriormente mas não completamente construída, é o que permite fazer as diferenciações, de início possíveis – distinção entre o que é representado e o que é percebido, entre o mundo interior e o mundo exterior. Assim, a plena realização da função do julgamento – decidir sobre a existência ou inexistência da coisa e deliberar a respeito das propriedades e qualidades dessa coisa – somente é possível pela criação do símbolo da negação como simbolização explicitada. O reconhecimento do inconsciente, do lado do eu, exprime-se então dentro de uma fórmula negativa – a denegação – mostrando o que é, sob a forma de não-ser (SCHÄFFER, 2002, p.151).

Os fragmentos de textos de Ciro, aqui trazidos, nos remetem a uma escrita que busca a exatidão do que vive, do que sente. Ciro nos escreve acerca da sensação de ser como um prisioneiro de campo de concentração nazista e da necessidade de estar protegido, na casa onde mora, que é por demais vulnerável. Ao mesmo tempo, manifesta o desejo de “ver o que existe do outro lado das montanhas”, dividindo conosco a certeza de que há um outro lado, o qual não pode ver, por uma ausência de corte, de bordas.

Acompanhamos seu sofrimento, nesta indiscriminação entre o externo e o interno, o fora e o dentro, que lhe deixa a mercê do Outro, absoluto, sendo por ele invadido, em todos os momentos, como por exemplo, nas situações de trabalho. Tal como Lacan se refere a Schreber, Ciro encontra-se imerso nesta vivência de totalidade (sem perda, portanto), na qual tudo e nada lhe dizem respeito, chegando ao ponto de se escrever como a marionete principal do teatro da vida. Como se o Outro, aqui, fosse, de fato, um ente com vontades, ao invés de significantes em rede.

O que pensamos, então, é que Ciro se encontra com a tentativa de operar uma inversão, descolando-se do Outro, destacando-se. Mas é como se estivesse em um movimento de *ou eu, ou o outro*, uma relação de dualidade, marcada por uma agressividade guerreira, sem alteridade, sem referência terceira que suporte a separação sem aniquilação. Talvez o que esteja em questão, neste ponto, é uma tentativa de que algo da ordem de uma disjunção negativa opere, permitindo, a Ciro, a experiência de um *não eu*. Como nos traz Lacan ao se referir à *arena*, no estádio do espelho, encontramos, também, a agressividade enquanto qualidade necessária à operação de um corte. Trata-se, porém, de uma agressividade que instaura um intervalo, sendo, portanto, radicalmente diferente da agressão, ou da guerra, onde o que está em questão é a aniquilação do Outro.

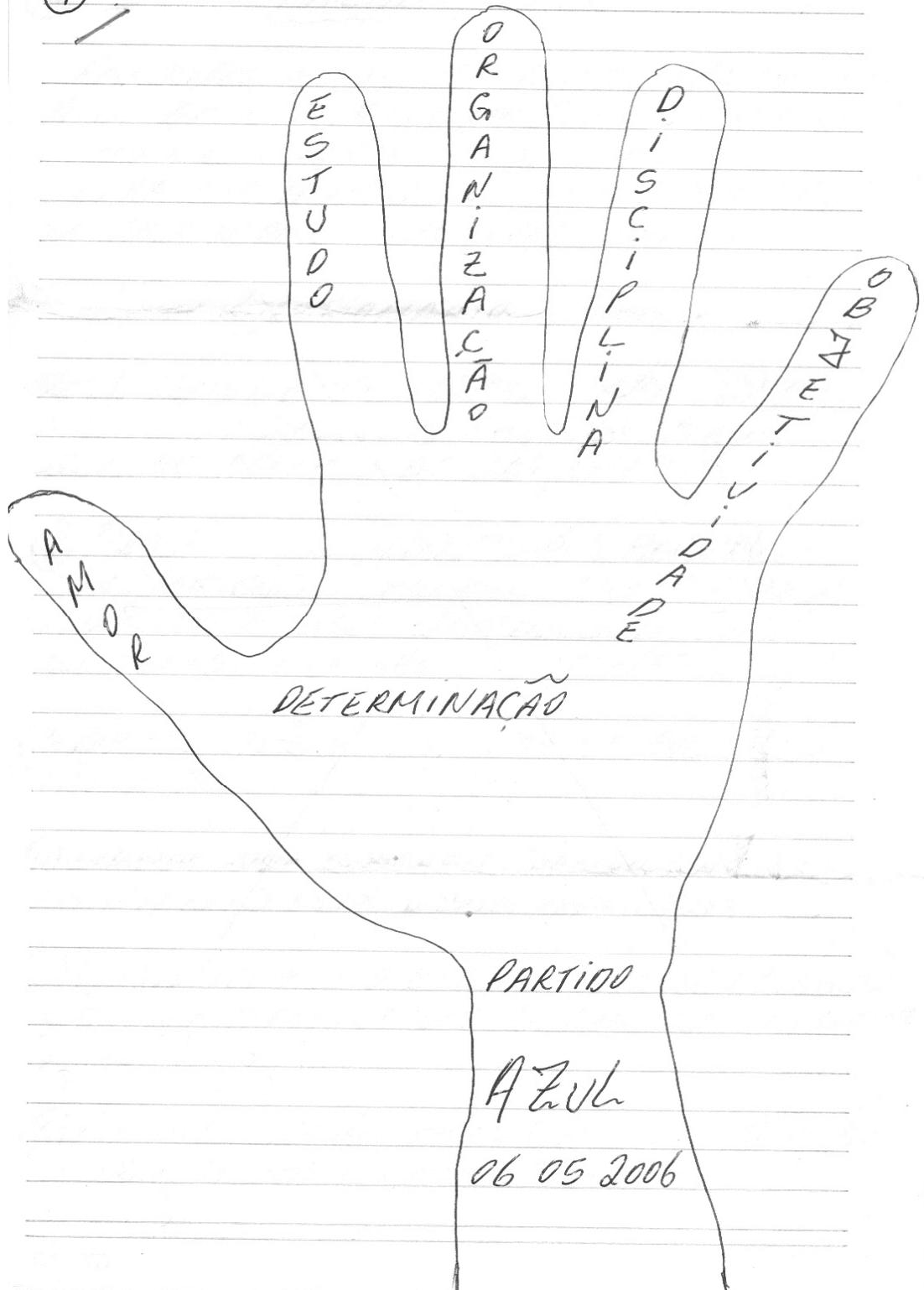
Esse estado de prontidão para a guerra, o qual Ciro parece habitar, nos remete a uma espécie de pedido, no sentido de fazer operar uma separação, um intervalo, entre o *eu* e o Outro, na perspectiva de buscar fundar, mesmo que de forma evanescente, esses campos heterogêneos, em simultaneidade. É como se ele soubesse que, somente assim, poderá se relacionar com o Outro, representar-se no discurso social.

Consideramos que se trata, aqui, da possibilidade de suportar, através de uma presença, a condição para que se produza uma negação, ou seja, a presença como vetor de fomento às possibilidades de construção de uma negação, de uma perda, mesmo se tratando de um movimento de suplência. Como se, o que estivesse em jogo, fosse a possibilidade de Ciro estabelecer alguma relação com a falta, criando-a simultaneamente.

Nesta presença que sustenta, encontramos, também, a instituição na qual este trabalho acontece, que, também, em *dobra*, o produz. Como referimos anteriormente, o nome “Cais” porta, além de uma sigla, uma metáfora, que nunca é explicitada, mas que segue sendo um “sub-texto” institucional. Nos escritos de Ciro, em alguns momentos, nos deparamos com significantes que entendemos ser um produto da relação transferencial estabelecida, também com a instituição: *navegando em pequenas ondas; capitão de um*

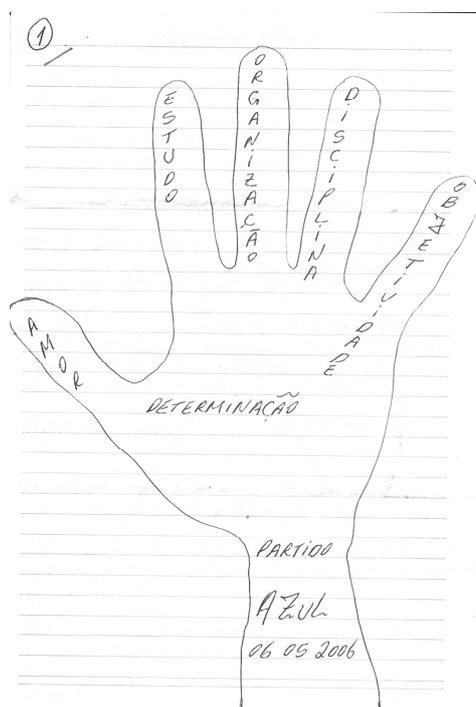
pequeno barco; barco este em que minha família é a tripulação; enfrentando várias tempestades no mar bravio da vida.

1



3.1.2.3 O Partido Azul, o endereçamento

Ciro decide, então, criar um partido político, o *Partido Azul*. É em torno desta questão que passam a girar suas produções escritas por alguns meses. Nesse período, cria a bandeira do *Partido Azul* e começa a me pedir para ser intermediária entre suas idéias (escritas e desenhadas) e a “sociedade”, solicitando-me que seja emissária de suas produções (para o *Partido Azul*), via internet.



Bandeira do *Partido Azul*

Diante do impasse em que me sinto colocada, sugiro-lhe que siga escrevendo, mantendo nossa combinação de leitura e comentários de cada material, e acrescento que talvez seja o momento de pensarmos em organizar os escritos até então produzidos, revê-los, reescrevê-los, encaderná-los. Converso com ele sobre talvez pensar nas formas possíveis de fazer suas produções chegarem em um outro endereço. *Ciro* segue, então, escrevendo.

Então, sob o título *Eu sou assim*, escreve:

Meu pensamento é de fazer uma espécie de corrente de sensibilidade unindo, as artes plásticas, a jardinagem e a natureza, as relações humanísticas, filosóficas ocultas e a música também.

Creio que é através disso é, que irei encontrar o meu caminho, para ser mais útil a minha família e a humanidade. [...]

Quero me relacionar e conviver com pessoas que pensam de forma semelhante à minha.

Que Deus me ajude a encontrar, e a seguir meu caminho.

Em *Filosofia e objetividade para um mundo correto*, começa a desenvolver mais a questão relativa à *corrente de sensibilidade*.

Em muitas vezes somos apenas costumes e vícios, em muitas vezes, na realidade não precisamos daquilo que queremos viver e ter.

Se todas as pessoas fossem perfeitas ou, quase perfeitas, saberiam se transportar para a dor do sofrimento psíquico é físico do seu semelhante.

Em muitas vezes, estamos presentes de corpo físico, porém, ausentes na presença de espírito, isso anula completamente a razão de ser e estar no presente momento, horas e minutos.

Malditos mascarados com suas máscaras, são uns pobres coitados na verdade, porque não sabem do que gostam, e desconhecem o amor.

Um corpo só é humano se o pensamento agir como tal, caso contrário será apenas um organismo bestial.

Da razão de ser homem, é preciso saber realizar uma mulher, também amar e respeitar as crianças, ser produtivo e útil, amar a natureza e as artes, e conseguir chorar, saber ser amigo.

Da razão de ser mulher é preciso usar a feminilidade e sexualidade, com cumplicidade, saber ser mãe carinhosa, vaidosa, hábil, profissional e perspicaz.

Já está provado que a humanidade é má, e a única salvação é proteger a natureza. Existe muita formalidade em torno das coisas mais importantes, tanta formalidade que a própria filosofia antiga se tornou meio obsoleta.

Da razão de homens sem caráter estarem usufruindo de bens e vantagens, enquanto outros de bom caráter sofrem.

Um ser humano só existirá no momento em que estiver fazendo o que gosta caso contrário será apenas um corpo flutuante à serviço de interesses não próprios, despersonalizando a sua própria razão de existir.

Todo controle de natalidade é fundamental para a salvação do planeta, toda pessoa que nascer deverá ser acompanhada e monitorada, não coloca no mundo pessoas de forma desnecessária.

O desrespeito do jovens para com as pessoas de idade, não passa de pura ignorância e hipocrisia, por isto devemos aplicar e desenvolver estudos sobre longevidade saudável.

Somos o que pensamos, e da forma como agimos, só teremos real e verdadeiro valor para a humanidade, se amarmos a natureza e respeitá-la, e procurando conviver com as pessoas certas no lugar adequado.

O progresso, trabalho, distribuição de renda e principalmente investir na felicidade das pessoas.

O que não presta não precisa existir, a exemplo da energia nuclear.

Estilo é muito importante na personalidade de uma pessoa, sem te-lo seria como um barco sem motor e vela.

Voltamos, aqui, a Lacan (1998), em *O seminário sobre o “A carta roubada”*, quando ele se utiliza da homografia, no francês, de *lettre*, que quer dizer, em português, tanto *carta*, quanto *letra*. Em *Lituraterra* ([1971], 1986), o autor coloca que a letra é o que, justamente, faz litoral entre o saber e o gozo, referindo-se, neste texto, à questão do litoral como algo que remete a um espaço geográfico, uma planície que, ao ser sulcada, funda dois campos heterogêneos, dissimétricos, em relação e não em continuidade. Trata-se, então, de um litoral, ou da letra, como uma espécie de “beira” entre dois territórios impossíveis de se homogeneizar. Por aí, diferencia a questão da fronteira e do litoral, estando em jogo, na primeira, uma delimitação de ordem simbólica, sem solução de continuidade entre os campos.

Salientamos que a “beira” nos evoca algo que é da ordem de uma heterogeneidade de lugares, ou o que risca um certo limite. Podemos nos remeter, desta forma, à questão da escrita, dos rabiscos, dos riscos. Não se trata de um limite tal qual se configura o de uma fronteira, no qual uma transposição, sem mudança de plano, torna-se possível, como percebemos no risco de uma cerca, por exemplo. O arriscar da “beira” é outro, tratando-se, então, de planos diferentes, heterogêneos, dissimétricos.

Tomando, então, o conto de Poe e o seminário a este dedicado por Lacan, se consideramos que uma carta é algo que se endereça a alguém de quem se está separado, inferimos, daí, que para um escrito se configurar como carta, a questão da separação coloca-se como imprescindível. Salientamos, porém, que não se trata de uma separação anteriormente já dada, mas sim de algo que se produz no próprio ato do endereçamento, produzindo-o também, em simultaneidade. Ao trabalhar o conto de Poe⁵³, no qual uma determinada carta faz algumas voltas até efetivamente poder retornar às mãos da pessoa a quem havia sido remetida, Lacan finaliza a primeira parte desse seminário escrito, referindo que “[...] o que quer dizer ‘a carta roubada’ ou ‘não retirada’, [*lettre en souffrance*], é que uma carta sempre chega a seu destino” (ob. cit., p. 45).

Entendemos que o texto de Poe é, então, bastante interessante para pensarmos a questão do endereçamento, no sentido de que é no a posteriori, no encontro com o leitor, que

⁵³ Referido anteriormente, neste trabalho, no item 2.1.2.2 Da carta roubada, *o jogo posicional*.

uma carta se configurará como tal. Enquanto não chega a seu endereço, mantêm-se as palavras em sofrimento, à deriva.

A partir de Lacan, podemos pensar que o endereçamento, em sua dimensão simbólica, diz respeito a um circuito, onde há um retorno, daquele ato de escrever, sobre o próprio sujeito que o suportou. É como se o endereçamento se configurasse na volta, em uma dimensão de circularidade. Como a mensagem invertida que o sujeito recebe do Outro, o que se produz “engancha-se” ao Outro e retorna sobre o sujeito que produziu, constituindo-se, somente aí, o endereçamento. Nesta perspectiva, retomamos parte de um trecho de Marcelo Freire, ao se referir ao modo de operação da mensagem invertida,

[...] ou seja, a fala que o sujeito emite, e que produz um efeito sobre os outros, só assume sua efetividade na medida em que é sancionada pelo Outro, o que faz portanto com que o sujeito receba sua própria mensagem sob forma invertida. Assim, através do Outro, o sujeito é constituído em sua própria enunciação, que lhe retorna transformando-o (FREIRE, 2001. p. 46).

Tal como o circuito pulsional, a circularidade aqui colocada, traz a dimensão da abertura, no sentido de que não se trata de um retorno ao mesmo, mas de uma repetição diferencial, o que também nos ajuda a pensar no tensionamento entre a diferença e o mesmo, a referência e a produção do novo, a filiação e a autoria. Colocaríamos, também aqui, a figura topológica da *Banda de Moebius*.

O endereçamento coloca-se, então, como uma tentativa de se deslocar a personalidade de quem produz determinado objeto, e pensar um pouco mais acerca do sistema de posições simbólicas em que se está, o que entendemos ser algo pulsante no conto de Poe.

Como em toda representação, também nas traduções o que é da ordem de uma perda opera: neste caso, perdemos algo precioso na leitura do texto, que é, justamente, o duplo sentido, o trocadilho que a palavra *lettre*, no original, produz. Podemos ler, aqui, que se, como escreve Lacan, “uma letra (carta) sempre chega a seu destino”, para que o estatuto da letra se configure, é preciso o encontro do endereço, o que entendemos como uma relação ao Outro, ao discurso social. Tal encontro implica, necessariamente, uma separação, o litoral, que funda dois campos distintos, heterogêneos, dissimétricos, ao mesmo tempo, em que os coloca em relação.

Se seguimos Lacan, neste mesmo texto, nos deparamos com a questão de que uma carta (*lettre*) que não encontra endereço é uma *lettre en souffrance* (ob. cit., p. 45), uma carta

não retirada, um escrito que fica à deriva. Ao não chegar ao campo do Outro, não se pondo, portanto, em relação a ele, estabelece-se, de algum modo, a experiência do sofrimento.

A partir da psicanálise, desde os textos escritos em 1924 (*Neurose e psicose* e *A perda da realidade na neurose e na psicose*), Freud aponta para a questão de que se trata, na psicose, de um “conflito” entre o eu e a realidade externa, ou “distúrbios na relação do sujeito com a ordem significante” (Freire, 2001, p. 30), com o Outro, se tomamos a conceituação de Lacan.

Retornando ao tema do endereçamento, então, Sérgio Laia, a partir da leitura da obra de Lacan, mais especificamente do seminário que dedica ao escritor James Joyce⁵⁴, detalha um pouco mais esse sulco que se abre quando uma produção encontra um endereço, incidindo, simultaneamente, no sujeito que a produz e no campo do Outro, do discurso social, destacando-se um de outro⁵⁵. O autor insiste nas “conseqüências decisivas”, na literatura, que a obra de Joyce imprimiu, tratando-se de uma produção que está para além das questões narcísicas do escritor, encontrando e constituindo um leitor.

Valendo-se de referências subjetivas, Joyce concebe sua obra, mas quando insisto em Joyce como *poeta de seu próprio poema*, posso sustentar também que ele endereça sua obra para além do campo que lhe concerne subjetivamente. Por isso, a obra, ele a concebe como uma referência de si próprio, mas ela é, ao mesmo tempo, completamente Outra com relação a ele mesmo. Afinal, a obra se impõe, para nós e também para o próprio Joyce, como um Outro nome através do qual seu autor é designado. Além disso, trata-se de uma obra que incide e interfere no campo mesmo do Outro, pois ela opera sobre a língua inglesa e tem conseqüências decisivas tanto para a literatura produzida antes de Joyce, quanto para aquela que será produzida depois dele (LAIA, ob. cit., p. 152).

⁵⁴ É no seminário sobre o *sinthoma*, que Lacan vai pensar, debruçando-se sobre a escrita do irlandês James Joyce, acerca da amarração singular que cada sujeito, psicoticamente estruturado, vai poder operar. Apesar de não termos incluído esse ponto no âmbito de nossa dissertação, em função da complexidade do seminário, que nos demandaria um tempo maior de pesquisa e talvez uma outra escolha de direção, consideramos ser, o mesmo, bastante relevante para refletirmos acerca de nossa experiência (Lacan, Jacques. **Livro 23 - O sinthoma 1975-1976**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2007).

⁵⁵ Sobre este ponto, Freire coloca uma questão que, ao nosso ver, mereceria um maior aprofundamento, o que, talvez, nos desviasse ainda mais do objeto deste trabalho. De qualquer forma, deixamos seu registro, para que possa tensionar com nossa experiência e produzir possíveis reflexões posteriores: “Com o seminário XXIII, responsável pela elaboração do conceito de *sinthoma*, tornou-se possível postular uma direção do tratamento das psicoses que dispense o recurso do delírio, privilegiando-se antes a construção, pelo analisando, de um *sinthoma* com o qual se identifique, e que permita manter junto o seu nó, evitando a crise e possibilitando o mesmo a articulação de algo da ordem de seu desejo” (ob. cit., p.38).

Guerra (2004) também traz uma reflexão neste sentido: “Com a clínica do ‘*sinthoma*’, elaborada por volta dos anos 1970, Lacan permite uma nova forma de compreensão dos fenômenos mentais da psicose que não se ordena pela norma fálica, ancorada na Metáfora Paterna como ideal positivo de organização psíquica, mas pela teoria dos nós. Com isso, não haveria um ponto central ideal, o Nome do Pai, em torno do qual a normalidade se estruturaria nos moldes do funcionamento neurótico, mas Nomes do Pai (...) enquanto maneiras de estabelecimento de laços na composição da realidade, deslocando a ordem fálica do papel de normatizadora desse ideal de normalidade em relação ao qual os outros arranjos se apresentariam negativizados, disfuncionais (ob. cit., p. 50).

Encontramo-nos, aqui, com a questão do endereçamento, tal como foi colocada por Lacan, a partir da leitura do conto *A carta roubada*: a letra, em sofrimento enquanto não encontra endereço, e o campo do Outro, o leitor, o que, a posteriori, possibilitará a questão da inscrição psíquica, como o exemplo de Joyce. Se fosse uma escrita puramente narcísica, ou delirante, talvez não chegasse ao leitor, ao campo do Outro, e sem endereçamento, não há inscrição psíquica possível.

Retornamos, então, ao filme *O zero não é o vazio*, pensando, agora, em Orlando Travesta, mais um de seus “personagens”, que escreve, em pequenos papéis, palavras que vai deixando em caixas de correspondência, anônimas, que encontra pela frente. Para nós, essa atitude se relaciona, justamente, em se tratando de psicose, com a tentativa, quase obstinada, de produzir um endereçamento, ou do encontro de um endereço, que traria, no retorno, o efeito de inscrição psíquica.

Parece-nos que é como se ele (Orlando Travesta) quisesse encontrar um leitor, para produzir o que lhe parece difícil, ou seja, inserir-se no código social, produzindo-se a partir dele. Busca, então, produzir uma inscrição psíquica a partir de inserção social. Em alguma medida, fracassa nisto, tendo, então, que retomar, retomar... Assim como retomamos que o encontro com a esfera social, com o semelhante, pode potencializar a construção de um endereçamento, não se constituindo, entretanto, em sua condição necessária, ou suficiente.

Consideramos, que, na produção deste filme, a questão do endereçamento também se coloca do lado de quem recebia o discurso, a produção, dos diferentes “personagens” nele presentes. É como se houvesse a configuração uma tentativa de constituir um endereçamento, no momento em que, ao se acolher determinada produção, fosse necessário endereçá-la, como isso que passa (conforme coloca Benjamin, ao se referir à narração) “de pessoa a pessoa”.

Sobre esse ponto, retomamos a questão da ficção compartilhada. Acompanhar a produção de um paciente pode estar, justamente, nesse lugar de se colocar como um veículo, como um lugar desde onde o Outro vai falar, trazendo à cena clínica a questão do endereçamento, ou essa disponibilidade que permite articular o campo do Outro com um endereço, operando-se, aí o que é da ordem da diferença, da alteridade.

Pensamos que o pedido que faz Ciro, de ajudá-lo a socializar suas produções, acerca do Partido Azul, relaciona-se aos rudimentos da construção de algo da ordem de um endereçamento, tomando-me como alguém que pode “fazer passar” suas produções.

Neste momento, apresenta uma escrita mais prescritiva, na qual parece considerar que tem coisas importantes a dizer ao Outro. Observamos, aqui, na escrita de Ciro, um certo espectro de uma fundação do campo do Outro, um movimento no sentido de uma possível produção de um lugar ao qual endereçar-se, podendo nele se representar.

Novamente, lemos, então, um pedido: de que este Outro, do qual talvez possa se destacar, devolva-lhe a mensagem (invertida), como um certo arremedo de fundação, de produção subjetiva. Pensamos, aqui, em um modo possível de se estar, simultaneamente, incluído no e excluído do campo do Outro, em uma *extimidade* (como diria Lacan), a partir da qual os campos podem se colocar em relação.

Do contrário, lembramos de Maribel, que após escrever um texto, durante o atelier de escrita do caps, no momento de lê-lo, demonstra um não reconhecimento de algo que escreveu como uma produção própria, tomando o que está escrito como uma invasão em sua folha de papel. Pergunta, então, indignada, ao grupo, apontando para o texto: “O que ele tá fazendo aqui? Quem chamou ele aqui?”.

NA SUPERFÍCIE DO INFERNO (O LIVRO)

NA DÉCADA DE 50 OS AMERICANOS VIERAM DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, E SE INSTALARAM NA REGIÃO DA CIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL, COM SUAS MÁQUINAS PARA FABRICAR CIGARROS, ERA A COMPANHIA SOUZA CRUZ DE CIGARROS.

OS AMERICANOS COMEÇARAM A CONTRATAR PESSOAS PARA TRABALHAR NA PLANTACÃO DE FUMO E NAS MÁQUINAS PARA FINALIZAÇÃO DO PRODUTO.

MINHA TIA JUREMA E MINHA MÃE DORA TEREZINHA, FORAM CONTRATADAS PARA TRABALHAR, SÓ QUE MINHA MÃE TRABALHOU APENAS UMA SEMANA, POIS TODOS OS DIAS CHEGAVA VÔMITANDO POIS SE SENTIA MAL COM O CHEIRO DO FUMO. NAQUELA ÉPOCA TOCAVA NAS RÁDIO AS MÚSICAS DE NOEL ROSA ARY BARROSO E A MÚSICA AMERICANA CHEGAVA AQUI ATRAVÉS DE NAT KING COLLE E TAMBÉM AS GRANDES ORQUESTRAS. SANTA CRUZ DO SUL ERA UMA CIDADE TÍPICA DE COLONIZAÇÃO ALEMÃ COM UMA PORCENTAGEM BAIXA DE NEGROS, MEU PAI ERA UM NEGRO ELEGANTE QUE GOSTAVA DE USAR BONS SAPATOS TERNO E GRAVATAS, USAVA UM FINO BIGODE TINHA PINTA DE NEGRO AMERICANO. EU NASCI EM 28 DE FEVEREIRO DE 1957 ÀS 23 HORAS E 45

3.1.3 Da Partida: Na Superfície do Inferno – o Livro, *a densidade simbólica diferenciada*

Propondo-se a rever o que havia escrito até então, material que eu vinha guardando, como uma coleção, em 2006, Ciro começa a reescrever alguns textos, nos quais se detém, pensando em escrever um livro sobre sua vida, dando a ele o mesmo título de seu primeiro escrito, no início do trabalho comigo.

Foi a partir deste momento, que passei a tomar os textos que, até então Ciro escrevera, como objetos de uma coleção, aos quais, em um movimento de retorno (novamente, em *dobra*), passou a dar outro tratamento, na direção de uma ordem narrativa, de uma narração em forma, agora, de livro.

Entendemos, então, que, nesse momento, poder voltar a escritos anteriores marca uma diferença entre um puro acúmulo e uma coleção, no sentido de, neste retorno, a ordem narrativa, inevitavelmente, se colocar. Retornar nos remete, também, à imagem de um circuito, no caso, o circuito pulsional onde nunca se retorna ao ponto mesmo de onde se partiu, tratando-se, sim, de um retorno sobre o sujeito, mas não no mesmo ponto.

A idéia de escrever um livro sobre sua vida não se sustenta, e ele a acaba abandonando. De qualquer forma, parece começar a constituir um leitor outro, remetendo o que escreve a uma dimensão para a qual posso, justamente, facilitar a passagem.

Remexer nos textos, me leva a pensar nessa perspectiva de um *dobrar-se* sobre o já produzido, um certo movimento de retorno enunciativo. Retornamos, aqui, de certa forma, ao início de nosso trabalho, um início diferenciado, uma repetição diferencial. É como se o fim levasse novamente ao começo, modificando-o, tal como o circuito pulsional, ou retornando a seu avesso, como na *banda de Moebius*. Pensamos, aqui, em Hannah Arendt (1993), quando traz que a capacidade humana de agir diz respeito à capacidade humana de começar algo, à possibilidade de se iniciarem processos novos e sem precedentes, com resultados incertos e imprevisíveis, o que nos remete à questão de que o *fazer* tem a ver com (re)começo e não com um fim a ser atingido.

Retomamos, também, nesse momento, a questão da *dobra*, da qual falamos anteriormente, no sentido do retorno enunciativo aqui presente. Em seu percurso moebiano, Ciro retorna, de certa forma, ao ponto de partida, já estando, porém, em seu avesso.

Ciro, então, não escreve mais sobre o trabalho. Seu interesse se volta para uma história um pouco mais remota, o nascimento, a infância, as mudanças de cidade. Encontra-se em um outro momento, já não está dentro de nuvens de poeira, composta por pequenas partículas de cocaína. Escreve, então, como parte do livro “inacabado”, *Nuvens*.

NUVENS.
OLHO PARA O CÉU.
POÉTICAMENTE AS NUVENS SE TRANS-
FORMAM, HORA UM GALO HORA UM SAPO
RÁPIDAMENTE SE TRANSFORMAM,
HORA UM RATO ORA UM RASTRO
O VENTO EMPURRA, DE UM BICO FAZ UM
RABO, RASGANDO UM RASGO NO CÉU.
UM MENINHO ME DISSSE, QUE É JESUS
QUE FICA BRINCANDO DE DESENHOS DE
NUVENS,
HORA UM PASSARO, HORA UM PEIXE
UFA, UFA HORA UM TRILHO HORA UM FILHO.

Parece-nos que *Ciro* está dando alguma forma às nuvens, recortando o que antes era da ordem de uma bruma. Não está mais no meio delas, podendo, então, olhá-las. Descolando-se delas, pode falar do que vê. É como se pudesse fazer algum recorte, produzir um recorte na demanda indeterminada do Outro. Ao mesmo tempo em que pode dar formato às nuvens, pode se dar algum formato, ou seja, se destacar, produzindo suas bordas.

Contardo Calligaris (1989) enfatiza, acerca do saber na psicose, que este não é “furado”, não se organizando a partir de algo não simbolizado (real), do referente paterno não simbolizado. O que falta, ou melhor, está forcluído, é a amarragem, ou a função organizadora do nome-do-pai (ob. cit., p. 43-4). Sobre o saber, na psicose, acrescenta: “Se tivesse um buraco, seria uma amarragem. Num saber neurótico, na medida em que a função

paterna é reprimida, se trata justamente de um buraco, de alguma coisa simbolizada como buraco, como ausência” (ob. cit., p. 43).

Se consideramos como presente, em Ciro, uma certa dificuldade de constituir algo da ordem de uma permanência simbólica, podemos pensar que poder se reencontrar com suas produções escritas, na presença de um outro, nesse determinado momento, permitiu que a concretude, a materialidade do objeto em questão contribuisse na operação da diferenciação, da separação. É como se o objeto, o texto escrito, se constituísse como resto e efeito de um compartilhamento, portando a resistência decorrente de sua existência (material e produzida pelo sujeito), que impulsiona a constituição de uma suplência do que está fora, do que está dentro, do externo e do interno, assunto que abordamos ao tratar do tema da *negativa*, a partir de Freud.

Nesse sentido, Andrea Guerra (2004) toma o termo *densidade simbólica diferenciada*⁵⁶, ao qual dá estatuto conceitual, para pensar nos efeitos produzidos a partir de um trabalho de oficinas no campo da saúde mental, onde a construção de um objeto concreto, de um produto, de uma produção material está em questão..

Trata-se da “densidade simbólica diferenciada” [...] que diz respeito à materialidade do produto, ou à densidade diferenciada que particulariza e diferencia o uso da atividade nas oficinas das demais intervenções, coletivas ou não, existentes nos serviços que compõem a rede de assistência em saúde mental. Além disso, oferece como epicentro em torno do qual a conflituosa tensão clínica e política pode ser pensada a partir de uma perspectiva ética, servindo também como eixo orientador de qualquer tentativa de organização de um saber possível acerca das oficinas (GUERRA, ob. cit., p. 49).

A autora salienta que, diferentemente dos espaços nos quais a fala está mais em questão, nas oficinas terapêuticas, espaço de mediação entre o psicótico e o Outro absoluto, totalizante, há sempre referência a um produto concreto, material. Vai refletir, então, acerca da potência operacional deste objeto (que produziria um esvaziamento do Outro absoluto), na clínica das psicoses, no momento em que o sujeito psicótico pode “[...] deixar o lugar de objeto de seu gozo para ocupar o lugar de autor, produtor de um objeto com consistência simbólica” (GUERRA, ob. cit., p.51):

[...] ao criar coisas concretas, talvez o psicótico estivesse extraindo do ventre do Outro objetos reais que, permitindo-lhe produzir um resto nessa operação – um objeto *inédito* – talvez lhe conferisse uma densidade simbólica sobre sua

⁵⁶ Termo que toma de uma das entrevistas analisadas em sua dissertação de mestrado.

corporalidade real. O psicótico seria deslocado ou separado dessa posição de objeto do gozo do Outro ao criar um objeto externo, endereçado ao social, via oficinairo ou qualquer outra pessoa ou instituição (GUERRA, ob. cit., p. 51).

Entendemos estar, aqui em questão, o lugar de testemunho e a possibilidade de constituição de um endereçamento, presentes em um trabalho no qual a produção de algo material está em jogo. Ao nos colocarmos, na transferência, como um lugar para o qual determinada produção pode ser remetida, fazendo dela algo que, ao ser criado nesse espaço compartilhado, passa a portar a marca do enlaçamento e da distinção, podemos oportunizar a criação das condições para que um trilhamento, ou um *caminhamento*, na direção de que um endereçamento possa se constituir, mesmo que de forma evanescente.

Lembramos que é no ponto de chegada, ou seja, no Outro, que o endereçamento se dá, ponto que, sempre desde um lugar eticamente ocupado, podemos potencializar. Através da criação de um objeto concreto, entendemos ser possível, à medida do *caminhamento* de cada um, da singularidade de cada um, oportunizarmos, desde um lugar de “passadores”, que o sujeito e o Outro se coloquem em relação, questão bastante delicada ao sujeito psicótico.

Tal objeto, produzido pelo sujeito, com sua *densidade simbólica diferenciada*, ao esvaziar a demanda de um Outro absoluto, poderia, a nosso ver, em uma certa suplência, fazer operar os efeitos da *negativa*, no sentido de, ao disjuntar os campos do sujeito e do Outro, possibilitar que se coloquem em relação.

Acrescentaríamos, à composição deste objeto, cuja densidade é simbólica e diferenciada, que a possibilidade de que o mesmo se inscreva, a partir de tais atributos, é também fruto da potência de permanência que um objeto criado porta. Sabemos o quanto é delicada a questão da permanência, na psicose, e o quanto pode, justamente, a permanência, remeter a algo da ordem de uma amarragem, propiciando a escolha de um caminho a seguir, ao invés da falta de escolha imposta pela errância psicótica, pela não inscrição de uma amarragem central, organizadora. À importância da presença de um outro, na ficção compartilhada, acrescentamos a presença, a permanência, do objeto produzido, na cena terapêutica.

Andréa Guerra coloca, então, que, ao se criar esse produto concreto inédito, no trabalho em oficinas terapêuticas, opera-se um descolamento do psicótico “[...] do lugar de ser ele próprio o objeto-resto que não caiu quando de sua inscrição na linguagem, quando fixou-se ele mesmo nesse lugar, permanentemente à mercê de outra ordem, assujeitado” (ob.

cit., p. 52). E, sobre este ponto, conclui: “A oficina operaria, nesse sentido, sobre os pontos de desligamento do psicótico com a realidade” (ob. cit. p. 52).

Entendemos, aqui, que poderíamos falar não de um desligamento, mas sim, justamente, de uma ligação, ou melhor, a continuidade sem quebra a qual nos referimos anteriormente ao tratar da questão do *estranho*. A partir das colocações da autora, arriscaríamos dizer que se trata, neste trabalho, onde a produção de algo material se coloca em cena, da possibilidade da produção de um “desligamento”, entendido aqui como a disjunção que funda e refunda os campos do sujeito e do Outro, colocando-os em relação.

Andréa Guerra segue:

Talvez o psicótico esteja costurando, com a produção nas oficinas, seus pontos de *capitonné* na realidade através de novas formas de enlaçamento social. Dessa maneira, poderia com a atividade de produção nas oficinas, atividades de circunscrição de gozo, produzir sentidos históricos para sua produção a partir de fragmentos de coisas, inscrevendo-se na linguagem ou inventando uma possibilidade de encadeamento na cadeia significante (GUERRA, ob. cit., p. 52).

E, nesse movimento de torção *moebiana*, presente em nosso trabalho de pesquisa, mesmo sem ser recorrentemente explicitado, retornamos, nesse momento, à parte inicial do texto, quando trazíamos a colocação de Hannah Arendt (1993), ao se referir que os objetos que não tem no uso sua finalidade última, que não portam, em si, a dimensão da utilidade, são, justamente, os que conferem a sensação de consistência, de permanência, aos homens. Para a autora, como dizíamos, é a produção destes objetos que confere, ao homem, uma existência humana, e, às coisas, a possibilidade da permanência, deixando marcas, criando história.

Ressaltamos, também, a partir do trabalho com Ciro, que foi através da escrita (compartilhada), e não de um *fazer* aleatório, que entendemos ter-se possibilitado algo da ordem de uma separação. Enfatizamos, desta forma, que o encontro foi possível a partir de elementos trazidos por Ciro e dessa espécie de “compulsão” a escrever que portava.

A este respeito, faz, também, sua ressalva Andréa Guerra, no sentido de não ser possível, a alguém, que não o próprio sujeito “[...] *a priori*, ‘planejar’ aquilo que poderá promover um encontro entre o real da marca subjetiva com o imaginário social ou estético e a dimensão simbólica da obra produzida sobre uma superfície outra [...]” (ob. cit., p. 53-4). Nessa direção, adverte-nos de que “cada oficina é única”, não havendo, em nosso entender,

prescrição, *fazer* ou objeto ideal possível. Trata-se, sim, de uma perspectiva ética, na qual, está sempre em questão um encontro *moebiano* entre os sujeitos.

Entendemos que, através do *caminhamento* pela escrita compartilhada, Ciro pode experienciar a operação dessa *área intermediária da experiência*, da qual nos fala Winnicott (1975), ou a *zona nebulosa*, referida por Ana Costa (2001), realizando suas tentativas de produzir e colocar em relação, mesmo que de forma evanescente, furo e bordas. Como diz Lacan (1998), “[...] nada existe senão sob um suposto fundo de ausência. Nada existe senão na medida em que não existe (ob. cit., p. 394)”.

É extremamente interessante que Ciro finalize suas *Nuvens* (escrita em forma de poema, onde uma pulsação das palavras está implicada), falando em *trilho* e *filho*, significantes que nos remetem a caminho, à passagem...

3.2 UM TECIDO: DA EXPERIÊNCIA DA ESCRITA

Recolhemos, deste *caminhamento*, um certo percurso trilhado na direção de refletir acerca do estatuto do objeto na clínica da terapia ocupacional. Procuramos trabalhar tal questão, partindo da perspectiva da coleção, cujo princípio, segundo Ana Costa (2003), “[...] orienta-nos o tempo inteiro” (ob. cit., p. 129), e chegando à tessitura de uma narração possível.

Neste trilhamento, recorreremos, novamente, a Lacan (1998), em seu seminário sobre a *carta roubada*, de Poe, para pensarmos acerca do “valor” de um objeto. Quando se refere à “utilidade” das cartas de amor, Lacan aponta que, se fossem para ser úteis, para cumprir uma função, não teriam tanto valor ao serem devolvidas, com o sentido de selar o final de uma relação amorosa:

Se pudéssemos dizer que uma carta cumpriu seu destino após ter desempenhado sua função, a cerimônia da devolução de cartas seria menos aceita para servir de encerramento quando da extinção dos fogos dos festejos do amor. O significante não é funcional (LACAN, ob. cit., p. 29).

De certa forma, trata-se, aqui, de um paradoxo. No início deste trabalho, nos referíamos à questão do esvaziamento da materialidade do objeto, em direção à centralidade de um processo. Para isto, nos utilizamos da figura do colecionador e do ato de colecionar, com o sentido de uma “acumulação” de elementos, subtraídos do contexto em que se produziram (acompanhada, portanto, de um certo esvaziamento dos próprios objetos), para a posterior construção narrativa. Retomamos, agora esta questão, apontando, também, para o valor do objeto, no sentido de sua permanência e potência de fazer marca, mas não pelo seu valor utilitário, não pelo cumprimento de uma função.

Procuramos, assim, através deste *caminhamento*, operar com o movimento circular, ou melhor, espiralar, que enlaça os termos *experiência* e *escrita*, no qual cada um, a seu tempo, ressignifica o outro, produzindo efeitos de escritura.

Neste sentido, gostaríamos de trazer a dupla dimensão da relação da experiência com a escrita e vice-versa. Se, por um lado, se trata de pensar como escrever a experiência, por outro, coloca-se a questão de que a própria escrita produz. Referimo-nos a um texto que é resultante de uma experiência e que, simultaneamente faz experiência ao ser escrito, colocando-se, então, de saída, a tensão que tange a relação temporal colocada em causa: o que vem antes, o que vem depois? Retomamos, aqui, a *Banda de Moebius*, no sentido de que um *caminhamento* em *dobra* nos leva a desconstruir esta experiência de temporalidade.

Para escolher uma forma de começar, nos servimos dos referenciais da escrita ensaística e psicanalítica, no sentido de nos colocarmos a partir de uma posição de recorte (e não de totalização) para escrever a experiência.

Ainda desde a perspectiva da impossibilidade de uma totalização, entendemos que a escrita, ao mesmo tempo em que circunscreve determinado objeto, pode transmitir algo que não se reduz ao seu conteúdo, ou que não há como representar, mas que permite alguma leitura. Considerando-se o que há de inapreensível em toda experiência, é, na medida em que se pode produzir algo da ordem do ficcional, ou seja, de um outro plano que não apenas o do conteúdo da mesma, que uma transmissão pode operar.

Nosso texto parte, então, de um recorte e, portanto, das perdas aí implicadas. Isto já seria suficiente para entendermos que se trata, então, de uma espécie de ficção, ou da experiência de uma ficcionalidade, uma vez que nosso recorte cria seus efeitos de significação, trazendo uma verdade que, ao invés de ser revelada, passa a ser construída.

Sendo assim, não estamos lidando com um referente de linguagem colado à realidade, mas sim, com um recorte por nós produzido, o qual gostaríamos que trouxesse, simultaneamente, a tensão existente entre a filiação de nosso texto (sua relação ao Outro) e nossa própria autoria (ou criação).

Entendemos que, para escrever a experiência, portanto, opera-se nossa inclusão enquanto sujeitos da mesma, produzindo-se um certo apagamento (rasura, furo, descontinuidade) e nossa possibilidade, subsequente, de ficcionalizar. Assim como desejamos que Ciro pudesse construir suas possibilidades narrativas, fazendo-se imprescindível a produção de uma perda (por si operativa), também procuramos produzir, com nosso escrito, uma perda (rasura, furo, descontinuidade) no campo do Outro.

É a partir do texto de Adorno (2003) que pensamos na relação entre verdade e história, no sentido de que não há como separar-se aquilo que se enuncia das condições de enunciação de um determinado tempo, ou seja, o singular do coletivo.

Neste sentido, podemos pensar que a estrutura do objeto que tentamos compor nos contagia, contagiando nosso texto escrito, assumindo, de certa forma, o desenho do que tentamos estabelecer como objeto de trabalho. Adorno nos acompanha, então, na aventura de falar sobre o que se deseja falar: “[...] diz o que a respeito lhe ocorre e termina onde sente ter chegado ao fim [...]” (ob. cit., p.17). E o autor acrescenta, em relação ao ensaio, que “[...] seus esforços ainda espelham a disponibilidade de quem, como uma criança, não tem vergonha de se entusiasmar com o que os outros já fizeram” (ob. cit., p. 16).

Retornamos, aqui, então, à questão do recorte, da não-totalização, que a escrita ensaística nos permite operar. Nesta medida, deixamos muito de fora, produzindo e suportando uma certa perda. É como se tivéssemos que construir o campo, ao mesmo tempo em que construímos o buraco sobre o qual este mesmo campo se organiza. Algo como a imagem que traz Lacan ([1959-1960] 1997) acerca do oleiro, que, ao criar o vaso de barro, produz, simultaneamente, a borda e o furo, colocando-os em relação.

Vários autores⁵⁷ debruçaram-se sobre o texto de Adorno, ensaiando a configuração de um campo que se situaria entre o subjetivismo e o cientificismo, não no sentido de um encontro entre eles, mas, em nosso entender, de algo da ordem de um terceiro campo de experiência: um escrito que, simultaneamente, tensiona autoria e filiação, singular e coletivo.

Ao nosso ver, é a isto que se refere Robson Pereira (2006), ao trazer a questão do efeito de escritura de determinado texto: “[...] mesmo a ficção, para que seja considerada uma ficção, e não simplesmente um subjetivismo desenfreado que pode oscilar entre a má literatura e um escrito psicótico, o escrito tem que produzir um efeito de escritura [...]” (ob. cit., p. 59). O autor segue, salientando que tal efeito de escritura se dá quando o que se escreve vai além (ou em outra direção, talvez) da fantasmática pessoal de quem escreve.

É desta forma que pensamos a possibilidade do efeito de escritura a partir do que escreve Ciro, ou a partir do que escrevemos: é preciso que o texto vá em outra direção, que não somente na de nossa fantasmática pessoal, o que nos levaria, necessariamente, a um exercício de narcisismo extremo, compartilhado em um texto excessivamente pessoalizado.

Abrimos, aqui, um parênteses, para pensar acerca da escrita e da escritura. Pensamos em utilizar, como alegoria, o exemplo da cadela de Lacan ([1961-1962] 2003), referido por ele, ao procurar diferenciar fala e linguagem, no sentido de, justamente, apontar que ter-se a palavra não é o mesmo que estar-se em relação com a linguagem: “Ela não fala o tempo

⁵⁷ Destacamos os textos de Jorge Larrosa, *O ensaio e a escrita acadêmica* e Robson Pereira, *Litoral, sintoma, encontro - quase ensaio*.

todo; ela fala, contrariamente a muitos humanos, unicamente nos momentos nos quais ela tem necessidade de falar” (ob. cit., p. 40). Diferentemente do ser humano, sua cadela jamais o toma por um outro (ob. cit., p. 41).

Segue Lacan, agora referindo-se à experiência analítica, para pensar acerca da relação do sujeito com a linguagem:

[...] ao tomá-los por um outro, o sujeito os coloca ao nível do Outro, com A maiúsculo.⁵⁸ É justamente o que falta na minha cadela, só há para ela o pequeno outro. Não parece que sua relação com a linguagem lhe dê acesso ao Grande Outro (LACAN, ob.cit., p. 42).

E, um pouco mais adiante, se pergunta: “Por que, uma vez que fala [a cadela], não chegaria como nós a constituir essas articulações de uma forma tal, que o lugar, para ela como para nós, desse Outro, se desenvolva onde se situa a cadeia significante?” (ob. cit., p. 42).

A partir daí, poderíamos pensar que a escrita, enquanto impressão, está para a escritura assim como a palavra está para a linguagem⁵⁹? A escrita, enquanto impressão, desta forma, seria a possibilidade do exercício técnico, um certo domínio de um fazer específico, enquanto a escritura envolveria, necessariamente a relação com a linguagem, que dá acesso ao Grande Outro, sustentando uma filiação e possibilitando algo da ordem de uma separação, ou algum efeito de significação, de verdade.

Encontramo-nos, então, na escrita ensaística (ou na escrita do caso, desde a psicanálise), em uma condição de produção que não se totaliza, que não chega a ter um começo, ou mesmo um fim, que não se fecha. Tratam-se de recortes, de fragmentos. Por vezes, a partir desta produção provocam-se efeitos de escritura, operando-se um recorte, no real, que é novo, que é diferente, que não estava ali antes, algo que se recorta de um modo distinto do que até então se recortara.

Tal efeito de escritura se dá no momento em que quem escreve inclui o Outro em sua escrita, sendo por ele, em simultaneidade, incluído, o que nos faz pensar que, se não há leitura, se uma produção não chega no Outro, a escrita também não existe. Ressaltamos que esse movimento, de um incluir o Outro, sendo por ele incluído, se dá não no sentido de uma continuidade entre os campos, mas sim, justamente, no da descontinuidade, da ruptura, da

⁵⁸ O “A maiúsculo” refere-se, aqui, ao *Autre*, do original em francês.

⁵⁹ Entendemos que, caberia, aqui, uma reflexão mais aprofundada acerca do estatuto da escrita na teoria lacaniana.

rasura, construindo-se uma nova borda, um novo furo, uma nova relação entre eles e um subsequente efeito de verdade.

Mas não se trata de reconhecer algo que estaria aí, já dado, pronto para ser coaptado. Ao nomeá-lo, o sujeito cria, faz surgir uma nova presença no mundo. Ele introduz a presença como tal, e, da mesma forma, cava a ausência como tal (LACAN, [1954-1955] 1985, p. 287).

Após este percurso, entendemos ter recolhido, como efeito da experiência, tanto a nossa, quanto a de Ciro (esses efeitos que se dão em *dobra*), novos objetos “coleccionáveis”, novos pontos de partidas para outras possíveis construções narrativas.

Pensamos, a partir desta experiência, que os objetos eminentemente utilitários se oferecem, ao sujeito, na modalidade de uma relação de consumo. Ao serem incorporados, pelo modo de relação que se estabelece com eles, não possibilitam movimento de retorno, fechando-se o circuito em uma perspectiva individual (e não coletiva, e não de incluir o Outro, sendo, por ele, incluído).

Se, por outro lado, com nosso texto, nossa escrita, constitui-se um leitor, produzindo-se endereçamento (mesmo em uma condição de suplência, mesmo que evanescente), tomamos, então, estes objetos, ou, no caso, os textos escritos, como, de certa forma, esvaziados de sua materialidade, no sentido do utilitarismo que poderia estar aí contemplado.

O que recolhemos, então, é, justamente, o paradoxo que um objeto cuja densidade é simbólica e diferenciada (como diria Guerra) porta: um texto-objeto que, simultaneamente, é e não é para ser lido; um texto-objeto que, construído na centralidade de um processo, ao ser “passado”, inscreve a possibilidade do enlaçamento e da distinção (sempre em dissimetria) com o Outro, produzindo endereçamento. Como em um jogo de presença/ausência, atualiza-se, neste ponto do trabalho, a relação entre a inscrição da perda e o trânsito pelo sistema simbólico.

3.2.1 Assinaturas em *dobra*

É chegado o momento de assinar o texto, nosso *caminhamento*. Tal como uma *dobra*, tomamos, também, de Ciro, a trajetória do gesto de assinar suas produções. E fazendo passar nosso escrito, passamos também o dele...

Lembro aqui dos diferentes jeitos como foi assinando seus escritos, os quais trago da forma como foram aparecendo, em uma relação cronológica de tempo:

Juro que o que escrevi aqui é somente a verdade do que eu vivi.

Juro que tudo o que foi escrito aqui aconteceu comigo, ou seja, fatos vividos por minha pessoa.

Tudo que escrevi aqui juro que eu vivi.

Juro que tudo o que eu escrevi aqui é somente a verdade.

Posso estar enganado no que afirmei, porém mais possível estar certo, afirmo que tudo tá certo.

Juro que tudo que escrevi aqui é tudo verdade, ou eu vivi (separando, aqui, o vivido da verdade, criando-se um intervalo).

Assinava seu nome e sobrenomes (materno e paterno) e, logo abaixo, após um *p/* (por) escrevia, novamente, o nome e os sobrenomes, em letras de forma, o que era seguido da referência da cidade onde havia produzido o escrito e da data (eventualmente, seguida da hora) da escrita. Na maioria das vezes, me entregava o escrito original, e guardava, para si, uma cópia. Algumas vezes, me entregou a cópia, guardando o original.

Esse jeito de assinar sempre me intrigou. Penso que talvez estivesse, justamente, tentando criar as condições de produção de uma verdade, de sua verdade, verdade que é sempre ficcional, mas que precisa ser compartilhada, para que se crie alguma possibilidade de saída da auto-referência, da auto-eroticidade. Nem que, para isto, fosse preciso jurar.

Com o tempo, à medida em que sua escrita foi se descolando da realidade por ele vivida, chegando à produção de *Nuvens*, Ciro foi ensaiando o que considerava ser um *nome*

artístico. Suprimiu o texto “testemunhal” que antecedia seu nome, nas assinaturas, bem como as referências a datas e locais, até chegar a um novo gesto: *Cirinho Fagundes*⁶⁰.

Colocamos, então, aqui, um ponto final, também em forma de gesto, neste *caminhamento*. Do nome incluído na fala de Antoninho (*Não me fala em separação, Simone, não me fala em separação, não me fala em separação*) e na escrita de Ciro (*Sim, Simone Lerner foi em 1996, que o monstro começou a mostrar as garras para mim*)⁶¹ já agora em seu avesso, produzimos também nosso intervalo e um novo ponto de partida, um novo ponto de começo.

A handwritten signature in black ink that reads "Simone Lerner". The script is cursive and somewhat stylized, with the first letters of "Simone" and "Lerner" being capitalized and prominent.

⁶⁰ O sobrenome, ficcional, *Fagundes*, refere-se ao sobrenome materno de Ciro.

⁶¹ Páginas 36 e 94, deste trabalho, respectivamente.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. O ensaio como forma. In: **Notas de literatura I**. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2003.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1993.
- _____. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- ARISTÓTELES. Poética. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. Experiência e Pobreza [1933] . In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. O Narrador [1936]. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- CALLIGARIS, Contardo. **Introdução a uma clínica diferencial das psicoses**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- CHEMAMA, Roland (org.). **Dicionário de Psicanálise**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.
- COSTA, Ana Maria Medeiros da. **A ficção do si mesmo – interpretação e ato em psicanálise**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998.

_____. **Corpo e Escrita – Relações entre Memória e Transmissão da Experiência.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

_____. **Tatuagem e Marcas Corporais – Atualizações do Sacrifício.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

COSTA, Jurandir Freire. **O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo.** Rio de Janeiro: Garamoun, 2004.

DUFOUR, Danny-Robert. **A arte de reduzir as cabeças.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura.** São Paulo: Perspectiva, 1989.

FREIRE, Marcelo Muniz. **A escritura psicótica.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001.

FREUD, Sigmund. Projeto para uma Psicologia Científica [1895]. In: **Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1987.

_____. O estranho [1919]. In: **Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1987.

_____. Além do Princípio do Prazer [1920]. In: **Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1987.

_____. A perda da realidade na neurose e na psicose [1920]. In: **Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1987.

_____. A Negativa [1925]. In: **Ed Standard das Obras Completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1987.

_____. Neurose e Psicose [1924]. In: **Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

GAGNEBIN, Jean Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: 34, 2006

GARCIA-ROZA, Luis Alfredo. **Introdução à metapsicologia freudiana – volume 1: sobre as afasias (1891)/o projeto de 1895**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GOLDBERG, Jairo. **Clínica da psicose – um projeto na rede pública**. Rio de Janeiro: Te corá, 1996.

GUERRA, Andréa Máris Campos. **Oficinas em Saúde Mental: percurso de uma história, fundamentos de uma prática**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento, 2000, Porto Alegre, BR-RS.

_____. Oficinas em saúde mental: percurso de uma história, fundamentos de uma prática. In: COSTA, Clarice Moura e FIGUEIREDO, Ana Cristina (org.). **Oficinas terapêuticas em saúde mental**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

JULIEN, Philippe. **As psicoses: um estudo sobre a paranóia comum**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

LACAN, Jacques. **O Seminário – Livro 2 – O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise. [1955-1956]** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____. **O Seminário – Livro 3 – as psicoses. [1955-1956]** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. **O Seminário – Livro 7 – A ética da psicanálise. [1959-1960]** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **A identificação: seminário 1961 – 1962.** Trad. Ivan Corrêa e Marcos Bagno – Recife, Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2003.

_____. **O Seminário – Livro 11 – Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise [1964].** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

_____. **O Seminário – Livro 20 – Mais, ainda. [1972-1973]** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____. **O Seminário - Livro 23 - O sintoma 1975-1976.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2007.

_____. O seminário sobre a “carta roubada”. In: **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. O Estádio do Espelho como Formador na Função do [Eu] tal qual nos é Revelada na Experiência Psicanalítica (1948/1949). In: **Cadernos Lacan – Primeira Parte.** Publicação não comercial/ documento interno da Associação Psicanalítica de Porto Alegre.

_____. Litteratura. In: **Che Vuoi?** Porto Alegre: Cooperativa Cultural Jacques Lacan, v. 1, nº 1, 1986.

LAIA, Sérgio. **Os escritos fora de si – Joyce, Lacan e a loucura.** Belo Horizonte: Autêntica/FUMEC, 2001.

LARROSA, Jorge. O ensaio e a escrita acadêmica. In: **Educação & Realidade.** Publicação semestral da FAGED/UFRGS. Porto Alegre, volume 28, número 2, jul/dez 2003.

LEBRUN, Jean-Pierre. **Um mundo sem limite: ensaio para uma clínica psicanalítica do social.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.

LOBOSQUE, Ana Marta. **Experiências da loucura**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

LIMA, Elizabeth Araújo. Oficinas e outros dispositivos para uma clínica atravessada pela criação. In: COSTA, Clarice Moura e FIGUEIREDO, Ana Cristina (org.). **Oficinas terapêuticas em saúde mental**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

MASAGÃO, Marcelo e MENEZES, Andréa. O Zero não é o vazio. In: **Correio da APPOA**. Porto Alegre, n.141, novembro de 2005.

MAURANO, Denise. **A transferência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PALOMBINI, Analice de Lima [et al.]. **Acompanhamento terapêutico na rede pública**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

PALOMBINI, Analice de Lima. **Vertigens de uma psicanálise a céu aberto: a cidade – contribuições do acompanhamento terapêutico à clínica na reforma psiquiátrica**. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social, 2007.

PELBART, Peter Pál. **A nau do tempo-rei: sete ensaios sobre o tempo da loucura**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

PEREIRA, Lucia Serrano. Sublimação: um interrogante em Freud – um ato em questão. In: **Ato & Interpretação**. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Porto Alegre: Artes e Ofícios, n.14, 1998.

PEREIRA, Robson. Litoral, sintoma, encontro – quase ensaio. In: **Narrar – construir – interpretar**. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, ano XII, número 30, junho de 2006.

PIBAROT, Isabelle. **Não digam para minha mãe que faço atividades, ela pensa que trabalho.** In: Revista do Centro de Estudos de Terapia Ocupacional. Ano 5 – n.5, 2000.

POE, Edgar Alan. **A carta roubada.** Porto Alegre: L&PM, 2003.

RICKES, Simone Moschen. **No operar das fronteiras, a emergência da função autor,** Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2002, Porto Alegre, BR-RS.

_____. **O território híbrido das oficinas terapêuticas: entre a educação e a clínica.** In: SEMINÁRIO PESQUISA EM EDUCAÇÃO: REGIÃO SUL, 6., Santa Maria. [Anais] Santa Maria: UFSM/PPGE, 2006. 1 CD-ROM. 8 f.

_____. **De nomes em partes.** In: As partes – Revista do Atelier Livre da Prefeitura de Porto Alegre. Porto Alegre: julho de 2006, Ano 1, n.1.

RINALDI, Dóris, **A Ética da Diferença – Um Debate entre Psicanálise e Antropologia.** Rio de Janeiro: UERJ/Jorge Zahar.

RODULFO, Ricardo. **O Brincar e o Significante.** Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.

SAMI-ALI. **Corpo real, corpo imaginário.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

SCHAFFER, Margareth. Subjetividade e enunciação. In: **Educação & Realidade.** Porto Alegre: UFRGS, v.24, 1999.

_____. A negação: um problema mal colocado. In: **Aventuras do sentido – psicanálise e lingüística.** Porto Alegre: PUCRS, 2002.

SERAFINI, Giovana de Castro Cavalcanti. **Da tecitura do texto à constituição do leitor: reflexões sobre o trabalho com as letras.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal

do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2006, Porto Alegre, BR-RS.

SHAKESPEARE, William. **Hamlet**. Porto Alegre: LP&M, 1997.

SIMONI, Ana Carolina Rios. **A formação dos profissionais de saúde nas equipes multiprofissionais : sobre a invenção de modos de trabalhar em saúde mental** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2007, Porto Alegre, BR-RS.

Sófocles. **Antígona**. Porto Alegre: LP&M, 1999.

SOARES, Léa Beatriz Teixeira. **Terapia ocupacional – lógica do capital ou do trabalho?** São Paulo: Hucitec, 1991.

SOUSA, Edson. Exílio e Estilo. **In: Psicanálise e Literatura: Escrevendo a Clínica**. Porto Alegre: Artes e Ofícios e Associação Psicanalítica de Porto Alegre, 1997.

_____. O Inconsciente entre o Escrito e o Escritor. **In: Psicanálise e Literatura**. Porto Alegre: Artes e Ofícios e Associação Psicanalítica de Porto Alegre.

TENÓRIO, Fernando. Desmedicalizar e subjetivar: A especificidade da clínica da recepção. **In: A clínica da recepção nos dispositivos de Saúde Mental**. Cadernos IPUB: n° 17, Rio de Janeiro: UFRJ/IPUB, 2000.

TROIS, João Fernando de Moraes. **A travessia da linguagem na obra de Jacques Lacan: uma leitura**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2007, Porto Alegre, BR-RS.

VALÉRIE, Paul. **Variedades**. São Paulo: Iluminuras, 1991.

WINNICOTT, D. W. **O Brincar & a Realidade.** Rio de Janeiro: Imago, 1975.

ANEXO

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Pelo presente consentimento, tenho a dizer que fui informado e que conheço e concordo com minha participação nesse trabalho, que visa pesquisar a relação entre o *fazer* e a produção de subjetividade, a partir do que se produz nos atendimentos, em terapia ocupacional, no CAPS Cais Mental Centro, serviço de saúde mental da Prefeitura Municipal de Porto Alegre,

Tenho conhecimento de que posso fazer qualquer pergunta, caso tenha dúvidas sobre qualquer etapa do estudo, e que poderei obter informações sobre outros assuntos relacionados a esta pesquisa. Sei, ainda, que terei, eu mesmo, ou meus responsáveis, total liberdade para retirar este consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo ao atendimento dispensado nesta instituição.

Entendo que o estudo se utilizará daquilo que eu vier a produzir no trabalho de oficinas ou nos atendimentos individuais de terapia ocupacional. Tenho conhecimento que a utilização dos dados será feita de forma a não identificar meu nome, mantendo sob sigilo minha identidade. Sei e aceito que posso participar de entrevistas e que as mesmas poderão ser utilizadas para fins exclusivamente de pesquisa.

Sei que as responsáveis por esta pesquisa são: a pesquisadora Simone Lerner e a professora Simone Moschen Rickes, que poderão ser contatadas pelos telefones (51) 32121669 e (51) 33165466, respectivamente.

Data: ____/____/____

Nome: _____

Assinatura: _____

Assinatura do responsável: _____